

JOSÉ CLEWTON DO NASCIMENTO

**UMA PRINCESA ‘TOMBADA’ ÀS MARGENS DO RIO
SALGADO: Dinâmica Urbana e Ações Preservacionistas na
Cidade de Icó, CE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Eloísa Petti Pinheiro.

SALVADOR
2002

JOSÉ CLEWTON DO NASCIMENTO

**UMA PRINCESA ‘TOMBADA’ ÀS MARGENS DO RIO
SALGADO: Dinâmica Urbana e Ações Preservacionistas na
Cidade de Icó, CE.**

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Eloísa Petti Pinheiro

Profa. Dra. Ana Fernandes

Prof. Dr. José Borzachiello da Silva

Aos meus pais, Antônio e Francisca.

Ao meu irmão Nivaldo (in memoriam).

A Waleska.

Ao meu mestre e amigo José Lemenhe.

Eles, de maneiras diferenciadas, me mostraram a importância da transmissão de experiência coerente.

Aos que me ouviram

E me fizeram ouvir:

Alexandre, Ana Fernandes, André, Carol, Cláudio, Cláudia, Clóvis, Dráulio, Eduardo,
Eloísa, Emanuel, Eveline, Janaína, José da Silva, Liliane, Liana, Luciene, Marco Aurélio,
Michele, Miguel, Milton, Pasqualino, Roberto Castelo, Roberto Sawitzki, Romeu Duarte,
Silvana, Vladimir ...

Sou imensamente grato.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – O MODERNO E A MEMÓRIA: o caminho trilhado pela institucionalização das práticas preservacionistas.	17
I.1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PENSAMENTO PRESERVACIONISTA	23
I.1.1. O CONTEXTO MUNDIAL	23
I.1.1.a. Os Precusores: os modelos francês e inglês	23
I.1.1.b. O Século XX e os Novos Valores: a teoria de Alois Riegl e a noção de patrimônio urbano de Gustavo Giovannoni.	28
I.1.1.c. As cartas de Recomendações	32
I.1.1.d. O PROCESSO RECENTE: utilização do Patrimônio cultural como pólo de atração de capital.	36
I.1.2. O CONTEXTO NACIONAL: da excepcionalidade da obra de arte à busca pela qualidade do lugar	41
CAPÍTULO II – ICÓ, UM LUGAR	58
II.1 – ICÓ: TRANSFORMAÇÕES URBANAS...	61
II.1.1. Política urbanizadora de Portugal	61
II.1.2. O povoamento do interior nordestino: rios, bois, currais	63
II.1.3. Ceará : um grande curral!	65

II.1.4. Icó: uma vila pastoril... ..	68
II.1.5. ... que se desenvolve sob os auspícios do binômio gado-algodão... ..	70
II.1.6. ... e é coroada: A Princesa dos Sertões.	73
II.1.7. A Princesa é destronada... ..	80
II.2. ... E INTENÇÕES PRESERVACIONISTAS	85
II.2.1. O Rodoviarismo e o sonho de revalorização econômica. As tentativas de transformação da imagem da cidade e as primeiras preocupações preservacionistas.	85
II.2.2. Novos sonhos: o Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos e o pré-tombamento do núcleo histórico da cidade.	89
CAPÍTULO III – UMA PRINCESA TOMBADA ÀS MARGENS DO RIO SALGADO: ICÓ, MONUMENTO NACIONAL (1996-2002)	99
III. 1. Preservação do Patrimônio Cultural e a Ação do Planejamento urbano: em busca da valorização da Qualidade do Lugar.	100
III.2. A ação do IPHAN: entre o tradicional e o (re)inventado.	104
III.2. 1. O poder de seleção – O tombamento: justificativas e delimitação das áreas de proteção.	104
III. 2.2. O poder de “persuasão”: discurso e ação como agentes “conscientizadores”.	109

III.3. O Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará – PROURB: em busca da qualidade do lugar através do desenvolvimento sustentável e desconcentrado.	119
III.3.1. Desenvolvimento local e sustentável: utopia do terceiro milênio?	121
III. 3.2. Intenções de valorização da qualidade do lugar em Icó através do Plano tor de Desenvolvimento Urbano.	122
III. 3.3. Justificativas para a implementação da atividade turística em Icó: estratégias de convencimento”.	125
III.3.4. Turismo e (in)sustentabilidade: algumas considerações	129
III.3.5. Os Planos de Prioridades: necessidade de “a imagem suplantar a realidade”.	133
CONCLUSÃO	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
LISTA DE SIGLAS	167
LISTA DE MAPAS E FIGURAS	168
ANEXOS	175

RESUMO:

A institucionalização da memória através do discurso e da prática preservacionista, aponta o caminho da **ressemantização dos bens culturais**, estes a cumprirem uma função que, no caso dos bens culturais imóveis – edifícios e centros históricos – passa a ser ditada pelos agentes e valores ordenadores do espaço, a revelarem práticas paradoxais, entre o preservar e o destruir, tanto no âmbito conceitual como na materialidade.

No que diz respeito às práticas preservacionistas contemporâneas, a ação aponta para a **ressemantização do patrimônio cultural, tendo em vista a “utilização”, por parte das práticas capitalistas, deste patrimônio como produto apto a funcionar como “pólo de atração de capital”**. A prática preservacionista contemporânea, ao valorizar o lugar como **espaço de significação cultural**, o torna apto a responder a sua função no mundo capitalista, como **espaço competitivo**. Esta condição acaba na maioria das vezes por afastar esta prática de sua finalidade de origem, revelando-se como paradoxo e atestando a sua condição como elemento caracterizador da modernidade.

Estas questões serão no decorrer do presente estudo através da análise do caso da prática preservacionista em decurso no núcleo histórico da cidade de Icó, apresentando como vetores de orientação, de um lado, o IPHAN, como instância do saber responsável pela instância do tombamento do núcleo histórico da cidade, em nível federal, e o PROURB – Programa que absorve este saber; de outro, a prática do turismo como mola propulsora do desenvolvimento sócio-econômico. Tais vetores, em suas ações, indicam um processo de subordinação do **lugar** em sua instância representativa do **ser**.

ABSTRACT:

The institutionalization of memory through discourse and preservation practice, points to the way of **resignificance of cultural riches**, these exercising a function that, in the case of real estate – buildings and historical centers – is then dictated by the agents and ordering values of space, revealing paradoxal practices, from preservation to destruction, in the conceptual and material fields.

In relation to the contemporary preservation practices, actions points to **resignificance of cultural patrimony, considering the “use”, by the capitalist parties, of this patrimony as a product fit to work as a “pole for attraction of capital”**. The contemporary preservation practice, when valuing the place as a **space of cultural significance**, makes it apt to respond to its function in the capitalist world, as **competitive space**. This condition, most of the time, turns away its original reason, revealing itself as a paradox and testifying its condition as an element that characterizes modernity.

These questions will, in the present study through case analysis of the preservation practice in development in the historical nucleus in the city of Icó, be presented as orientation values, on the one hand, IPHAN, responsible for the instance of declaration of landmark status of the city’s historical nucleus, in federal level, and PROURB – program that absorbs this knowledge; on the other hand, tourism practice as a propeller for social and economic development. Such vectors, in its actions, indicate a process of subordination of the **place** in its representative instance of **being**.

INTRODUÇÃO

“Encontramo-nos diante de um paradoxo: a luta pela defesa se apresenta como uma luta contra a adaptação destrutiva à mundialização, ideológica e econômica. Em todos os lugares, os mesmos modelos de consumo e de relações sociais, fundados nos mesmos interesses privados, levariam a uma homogeneização de comportamentos, a uma desafeição do patrimônio, a uma uniformização das cidades. A proteção do patrimônio dependeria, então, da defesa dos particularismos, da heterogeneidade e da diversidade. Ora, o que há de mais universal do que a ideologia do Patrimônio?”

Jerôme Monnet

Em dezembro de 1997 o núcleo histórico da cidade de Icó, no Estado do Ceará, passa a ser considerado “Patrimônio Nacional”, evidenciando a sua importância como elemento fundamental no que diz respeito à documentação de um “significativo capítulo da história do país”, como espaço que atesta a conquista do e conformação territorial do Nordeste e particularmente, do Ceará nos séculos XVII, XVIII e XIX, amparados nos sistemas econômicos da pecuária e do algodão.

O núcleo tombado evidencia estes aspectos através da materialidade dos edifícios – “testemunhos da história” – e as justificativas apresentadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN¹ – órgão responsável pelas ações preservacionistas, passam também a relacionar este espaço com a imagem de um “passado” que foi próspero: uma época em que a cidade era conhecida como “A Princesa dos Sertões”.

Este passado já não mais existe. Em decorrência de uma política centralizadora de poderes na capital da província, pautada na captação e nucleação de grande parte da produção para Fortaleza, e tendo como agravantes o aparecimento de novos ramais para escoamento da produção – de início, os ferroviários e mais recentemente os rodoviários – consolida-se o processo de fragilidade dos núcleos urbanos do interior, com grandes implicações na região do Vale do Jaguaribe. Icó, como um dos principais núcleos produtores da região, sofre o impacto. Atualmente a cidade, situada no perímetro delimitado pelo Polígono das Secas, e

¹ IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é a atual sigla do órgão responsável pela preservação dos bens culturais passíveis de preservação no âmbito nacional. Convém lembrar o tal órgão passou por diversas denominações em sua existência – SPHAN, DPHAN, IBPC – todas elas indicadas na lista de siglas citadas no início desta dissertação.

com uma depreciação crescente de seu espaço físico antes próspero, faz jus ao título de “cidade do já-teve”.

Pensemos então no presente: hoje, “Patrimônio Nacional”, porém ainda estagnada, a forma material da Princesa dos Sertões sobrevive apesar desta não representar mais todas as funções e finalidades que lhe deram origem. E o que fazer? Podemos ver que, no mundo contemporâneo, as ações tendem com relativa frequência a inserirem estes espaços em outro contexto, relacionado-os a funções diferenciadas daquelas para as quais foram originalmente criadas.

Dentro desta abordagem, a institucionalização das práticas preservacionistas – que se afirma então durante a transição dos séculos XIX e XX – passa a ser inserida, objetivando evitar uma perda (coletividade/estabilidade), porém com ressemantização de valores: as novas relações entre espaço e sociedade redefinem na maior parte das vezes as relações entre função e espaço edificado, de forma que não é raro notarmos intervenções “preservacionistas” que acabaram por promover uma radical ou completa descaracterização do que se pretendia resguardar.

Por outro lado, percebe-se que estas ações preservacionistas, desde seus primórdios, desenvolvem-se concomitantemente e em consonância com as grandes transformações urbanas ocorridas durante o período em questão, de acordo com os novos valores que regem o espaço, que criam novas estruturas urbanas pautadas nos avanços tecnológicos/informacionais e nas questões de mercado. Ou seja, enquanto a ordem mais geral determina as modificações no ambiente urbano, as ações de preservação são

instituídas levando-se em conta uma redefinição de sua função dentro da divisão social do espaço, como afirma Milet: “... *a permanência desses espaços só é possível... na medida em que seu significado seja reinterpretado, ou seja, é necessário que o suporte físico ambiente construído, herança de formas sociais anteriores, se adeque às atividades e necessidades desenvolvidas por uma sociedade produtora de mercadorias*”. (Milet, 1988:47)

O objetivo desta dissertação consiste em, a partir de análise do processo de tombamento do núcleo histórico de Icó – através de embasamento teórico e pesquisas de campo - apresentar como a prática institucionalizada acompanha – e ratifica – o caráter paradoxal da modernidade. Em se tratando da preservação dos núcleos históricos das cidades, esse paradoxo estará indicado na ressemantização dos espaços: se por um lado viabilizam a preservação da materialidade, por outro a descontextualizam e auxiliam no processo de dessacralização dos mesmos.

Em uma fase inicial, correspondente ao primeiro capítulo, buscar-se-á evidenciar estas questões numa abordagem mais geral, tomando como base a gênese do pensamento preservacionista institucionalizado e todo o processo de formação do corpo de regras que irá reger as ações, passando por todas as fases – legitimação do poder, preservação e desenvolvimento, preservação e prática do planejamento urbano, preservação e indústria cultural – orientando estas questões para o contexto nacional, onde insere-se o processo de tombamento do núcleo histórico de Icó, como cidade-documento da **civilização do couro**. Numa era **global** esta imagem será elevada à condição de **singularidade**.

Como o discurso preservacionista contemporâneo aliado às ações de planejamento urbano passam a trabalhar com o conceito de **qualidade do lugar** em prol da requalificação dos espaços, julga-se necessário caracterizar Icó como **lugar**. Está será a tônica do segundo capítulo, onde de início, buscar-se-á evidenciar a importância do núcleo como parte integrante do processo de conformação do território cearense. Cumpre perceber e ressaltar que à medida que se estabelecem as atividades produtivas o território vai sendo continuamente conformado, isto é, as relações sociais vão sendo concomitantemente espacializadas, tornando-se referenciais como **espaço vivido**.

Entretanto, as relações econômicas e político-administrativas são continuamente modificadas em decorrência do processo de hegemonia da capital frente às cidades interioranas, ocasionando o desmantelamento econômico das mesmas. A cidade de Icó passará então por um processo de decadência econômica que irá perdurar por todo o século XX. Algumas tentativas de revalorização em prol de sua reintegração no contexto econômico são feitas, ocasionando transformações consideráveis no seu espaço físico.

Em contrapartida, a partir dos anos 40 percebe-se o início de um discurso que demonstra preocupações com a preservação da imagem da cidade como representativa da época áurea da **civilização do couro**. Esta discussão vai acompanhando a mudança de conceituação relativa ao pensamento preservacionista durante as décadas de 60 a 80. Na década de 70, inicia-se o processo de tombamento do núcleo histórico, atingindo o momento maior com o tombamento do núcleo em 1997.

Ao mesmo tempo em que a possibilidade de valorização da cidade através de seu patrimônio cultural se torna palpável, ela se revela ambígua, quando atesta-se a necessidade de inseri-la no mundo de acumulação flexível. A qualidade do lugar se dará, portanto, pela capacidade deste se adequar a sua condição de **espaço de competitividade**, onde a condição ocupada pelo núcleo histórico de Icó como **espaço cultural representativo** será utilizado como alibi para a sua inserção no contexto.

O terceiro capítulo versará sobre a atuação dos agentes responsáveis pela definição da cidade de Icó como lugar, considerando as seguintes questões: entendendo que a prática preservacionista – através da atuação do IPHAN – e as ações do planejamento urbano – através das propostas estabelecidas pelo PROURB – serão os agentes que irão atestar e definir a qualidade de Icó como lugar, como serão estabelecidos os parâmetros de definição? Para quem são direcionadas as ações? As intervenções – em projeto e as realizadas – enfatizam a essência/singularidade do lugar?

Saliento, portanto, neste capítulo a importância de se trabalhar como recorte espacial, a partir da delimitação do “centro histórico” – poligonal de tombamento – porém, não se detendo apenas a esta marcação, visto que a cidade, apesar de em processo de estagnação, apresenta uma dinâmica, indicada pela vinculação entre áreas. Outra consideração deve ser feita quanto ao recorte temporal, que não deve se encerrar apenas na delimitação de uma **imagem específica de cidade específica** – no caso de Icó, a cidade representativa dos séculos XVIII e XIX – pois, o referencial teórico a ser utilizado nos remete a uma

conceituação relacionada ao **tempo de agora**, baseado na relação de **experiência coerente** entre **passado, presente e futuro**.²

Ciente da importância das discussões acerca da conceituação de **lugar**³, procurar-se-á responder às questões por ora colocadas, no intuito de servirem como base para reafirmar a condição paradoxal das práticas preservacionistas inseridas num contexto maior como parte integrante da formação da modernidade, esta grande interrogação, atualmente exacerbada a partir da afirmação de nossa condição pós-moderna.

² Conforme explicitado adiante, baseado em referenciais teóricos de Benjamin (1987), Harvey(1992) e Jameson(2000).

³ No meu entender, antes de qualquer ação preservacionista nestes núcleos urbanos, é preciso um estudo criterioso sobre a definição destes espaços como lugar, a qual estou levando esta discussão ao contexto particular da cidade de Icó, no intuito de contribuir na formação de um corpo de discussão acerca do tema.

CAPÍTULO I – O MODERNO E A MEMÓRIA: o caminho trilhado pela institucionalização das práticas preservacionistas.

“A proteção é um ato eminentemente moderno, pois se trata de fabricar a história no dia, de compor permanentemente a memória, de produzir incessantemente a lembrança”.

Jerôme Monnet

A questão que levanto a partir destas páginas iniciais – e que permeará toda esta dissertação – nasce das discussões referentes à mudança de concepção relativa aos termos **memória** e **preservação**, quando do advento da modernidade.

Enquanto questões relacionadas ao conceito de memória, no sentido de instrumento de garantia de transmissão de valores simbólicos através das gerações, são anteriores ao advento da modernidade, a preservação como institucionalização dessa memória, surge concomitante e em consonância ao discurso desta, como elemento caracterizador do Estado Moderno.⁴

Essa mudança de concepção deriva das transformações relacionadas com a passagem de uma sociedade pré-industrial para a sociedade burguesa/industrial, tendo como causa principal a ruptura ocorrida no modo de produção e vida artesanal, atrelada a fatores como o avanço do conhecimento científico e racional, vinculados à nova forma como o homem passa a apreender o mundo.

O fluxo de conhecimento acerca de um mundo mais amplo e potencialmente apreensível, ocasionado a partir dos grandes descobrimentos, orientados pela descoberta e utilização de novas técnicas de navegação, fizeram da Renascença a época em que se testemunhou uma nova percepção / apreensão das relações espaço-temporais, nas quais passa-se a entender que o espaço era conquistável, podendo assim ser representado e apropriado para fins de

⁴ Segundo Vera Milet, “*ao longo da História, existem diferentes formas de preservação às quais correspondem diferentes significados sociais*” (Milet, 1988: 37). Se faz necessário enfatizar que a abordagem da dissertação encaminhará o pensamento para a apropriação, por parte do Estado, dos ideais preservacionistas, a partir da formulação de um corpo de normas e regras, visando estabelecer a partir destes o princípio de autoridade. A esta forma de apropriação está direcionada a utilização do termo **institucionalização**, termo utilizado com frequência pela autora citada nesta nota (Ver Milet, 1988).

ocupação e ação humana; o tempo, por sua vez, passaria a ser mensurável – regido e registrado por instrumentos – e entendido como grandeza linear, em detrimento de sua condição anterior, relacionada com as qualidades finitas do espaço feudal. Esta nova condição da relação espaço-tempo – apreensível, apropriável e mensurável – evidenciada pela nova visão do mundo será também revelada pelas transformações do espaço físico, enquanto espacialização das relações sociais.

Nas formações pré-industriais, os ambientes construídos eram predominantemente organizados de acordo com um sistema de signos e representações orientados pelos referenciais que reproduziam as condições necessárias à continuidade de uma **coletividade** e **estabilidade** das relações sociais, e por conseguinte do espaço físico.⁵ O mundo feudal era intramuros: o conhecimento produzido limitava-se a estabelecer relações com este mundo.

Com o advento e desenvolvimento da sociedade industrial, o poder passa a ser estabelecido de acordo com o processo produtivo, tendo os ambientes suas relações alteradas, visando o acompanhamento das transformações impostas pela produção e consumo de mercadorias: observa-se que a prática capitalista absorveu de maneira abrangente os princípios vigentes de racionalidade e progresso técnico, visto que com as transformações nas práticas de produção e reprodução da força de trabalho, o avanço do conhecimento – científico,

⁵ Como especifica Milet: “Na verdade, o problema diz respeito tanto às estruturas urbanas das cidades antigas, heranças de formações sociais anteriores, como também ao modelo espacial medieval dos burgos, cujas origens provinham de pequenos centros de artesãos, e de comercialização ou, ainda, de lugares religiosos ou senhoriais. Em muitos desses lugares, as ordenações municipais impediam a destruição das edificações por iniciativa de agentes privados, ocorrendo as transformações por iniciativas da municipalidade em função do alargamento das ruas, por exemplo. A ordem mais geral, no entanto, é a estabilidade do núcleo original, dando-se o crescimento urbano pela incorporação da periferia através da construção de “novos muros”. (Milet, 1988:52)

técnico, administrativo, burocrático e racional – se torna premissa indispensável para o progresso da produção e do consumo capitalistas.

As mudanças passam a indicar conseqüências materiais para a organização da vida diária, onde aponta-se para a formalização da razão – onde a sociedade perde as relações tradicionais e é despojada de seu caráter mítico e profético – o surgimento de um “mundo desencantado”, onde o homem se converte em mero agente da lei do valor, sendo transformado e reduzido a estatuto de “coisa”, e com a automação (progresso técnico!) torna-se, também, um apêndice da máquina, absorvido pela repetitividade e impossibilitado de se reconhecer em suas criações.⁶

Os novos valores estarão presentes na configuração de um novo espaço, onde se percebe não só a dessacralização das estruturas urbanas existentes como também fatores como o surgimento de novas estruturas urbanas, baseadas no avanço tecnológico, e uma nova forma de apropriação do uso do solo, onde o direito à propriedade passa a estabelecer novas relações entre o coletivo e o individual – este último sendo evidenciado – implicando no surgimento de novas relações entre espaço e sociedade.

As relações passam a se desenvolver diante de constantes paradoxos, característicos da modernidade: se por um lado as grandes transformações ocasionadas pelo advento da sociedade burguesa industrial levam o homem à tentativa de domínio e controle da natureza

⁶ Não se pretende, com estas considerações, fazer uma leitura idealizada da sociedade pré-industrial – fato contestado por Monet (in RSPHAN no.24, 1996) ao criticar com veemência a imagem que se faz da cidade pré-industrial, como “cidade pretensamente feliz”, símbolo de uma “idade de ouro urbana”. A análise aqui elaborada tem por objetivo indicar que as questões relacionadas à memória e preservação só se mostram necessárias a partir do momento em que há uma desestabilização no sistema de referências e necessidades sociais, e como conseqüência das estruturas urbanas.

através da razão instrumental, estas mesmas transformações passam a ocorrer de uma maneira rápida e assustadora, levando o mesmo homem a desorientar-se e se sentir temeroso, perdendo o controle sobre as mesmas. A sensação de que algo se perde ante a fugacidade dos fatos – principalmente no que diz respeito às questões relacionadas com a coletividade – se torna inevitável. Estabelece-se a **crise dos sentidos**, que será também evidenciada no espaço, como materialização das relações sociais. Estas questões passam a ser alvo de considerações mais aprofundadas durante os séculos XIX e XX, percorrendo caminhos por ora divergentes.⁷

⁷ O francês **Viollet-le-Duc** evidenciava desta forma toda a sua preocupação com a questão da “crise”: *“Estará o século XIX destinado a concluir-se sem uma arquitetura própria? Esta época, tão rica de descobertas, que dá mostra de uma grande potência vital, transmitirá aos pósteros somente pastiches ou obras híbridas sem caráter?(...)* *“Se a arquitetura chegou a esse estado de crise forte, penosa e perigosa, é que não se pensou bastante em lhe fazer seguir o movimento intelectual e material do nosso tempo.”*(Viollet-le-Duc apud RESTAURO, 1996:04). (O grifo é nosso)

Seguindo outro rumo, o crítico de arte inglês **John Ruskin**, vinculado ao pensamento romântico – onde se privilegiavam *“os valores da sensibilidade e o lugar do sujeito na percepção do mundo”* (Fonseca, 1997:61), vinculava a crise dos sentidos a um mundo industrial em desnaturalização. A cidade industrial e seu passado estavam condenados e irremediavelmente perdidos. Portanto, a busca de um resgate só seria possível através da memória afetiva, da sensibilidade estética. Considerava-se então que os monumentos e as cidades que retratavam este passado estariam condenados ao desaparecimento.

Para ilustrar com mais ênfase este debate sobre a **crise dos sentidos** e a **crise da criação**, pode-se citar o caso do projeto da Ringstrasse de Viena, onde a classe burguesa triunfante retrocede ao passado, através do **ecletismo tipológico**, tomando emprestado da prateleira da história o estilo mais condizente com a imagem do edifício. A intervenção, com espelho dos valores sociais e políticos da burguesia liberal vienense, passa a ser alvo de severas críticas, que partem de vertentes diametralmente opostas: **Camilo Sitte**, filho de artesão, critica o sacrifício da tradição em prol das exigências da vida moderna. Não discordava diretamente do ecletismo tipológico, porém, propunha uma relação mais harmoniosa entre o edifício e o espaço público, criticando veementemente a sensação da **ágorafobia**, onde, segundo ele, os grandes espaços abertos, as ruas demasiadamente largas e as praças monumentais isolam o edifício e o ser humano. Pensava, portanto, nas

Portanto, no momento histórico em que o homem se apercebe que diante das transformações de ordem material e intelectual, passa a perder sua base referencial, torna-se necessária a institucionalização⁸ da memória, como reação a este processo.

Torna-se evidente também que este movimento está acontecendo concomitante às transformações urbanas – as cidades exalam modernidade. A preservação – baseada na premissa de busca dos referenciais – não deverá, no entanto, se tornar um entrave a estas transformações, a serviço do capital e pautadas no progresso. O caminho a ser seguido passa pela apropriação dos bens referenciais, porém, com ressemantização dos mesmos.

Sob estes aspectos, apontam-se duas proposições: a primeira, onde a institucionalização da preservação acompanha e ratifica o discurso da modernidade, e a segunda, onde as ressemantizações propostas aos bens se afastam exatamente do objetivo a que se propunham, ou seja, da busca de uma base referencial que sirva de vínculo entre espaço e sociedade.

Passamos, portanto, a analisar estas proposições a partir de duas vertentes: memória como **legitimadora de poder** e memória como **coisificação/mercadoria** – contrabalanceadas por

proporções da praça barroca como expressão visual do ideal de comunidade; Já **Otto Wagner** vinha de outra formação, influenciado que foi pela mãe – que provinha de uma rica família burocrata e imbuíu o filho com novos valores empresariais. Para ele, portanto o revivalismo histórico dos prédios da Ringstrasse constituía um mascaramento da modernidade pela qual passava a sociedade vienense. Passou então a sugerir em suas propostas – bem ao contrário de Sitte – o rebaixamento do historicismo em favor da civilização “moderna, racional e urbana”.

⁸ Sobre institucionalização, ver nota de rodapé no. 4.

outras preocupações, levadas à tona pela complexidade atestada pelas relações sócio-culturais e pela dinâmica das cidades – tais como preservação e desenvolvimento, preservação e cidadania – levando-se em conta o avanço do capitalismo como prática política e econômica – e, nos dias de hoje como dominante sócio-cultural – e o desenvolvimento de novas técnicas – desde a exaltação da máquina pelos futuristas até os nossos dias, da era da informação e das comunicações – no caminho da **desnaturalização** do mundo. Observar-se-á, portanto, que o valor **memorial** almejado, na verdade será suplantado pelos valores intrínsecos aos espaços ressemantizados, sejam eles **históricos**, **artísticos** e/ou **culturais**.

I.1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PENSAMENTO PRESERVACIONISTA

I.1.1. O CONTEXTO MUNDIAL

1.1.1.a. Os Precusores: os modelos francês e inglês

A institucionalização do pensamento preservacionista como elemento caracterizador do Estado Moderno inicia a consolidação de suas bases a partir da Revolução de 1789. Durante este período começa a se evidenciar um propósito de destruição sistemática de tudo o que fizesse referência ao antigo regime – os bens da igreja e da nobreza. Estas proposições passam a ser suplantadas pela sugestão da apropriação destes bens **pelo povo e para o povo**, por meio da **legitimação do patrimônio pelo valor de nacionalidade**, ou

seja, estes imóveis passariam a constituir **documentos de uma nação** de interesse cultural e político:

“A idéia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens” (Fonseca, 1997:58).

Assim, o modelo francês – estatal e centralizador – passa a se desenvolver em torno da noção de patrimônio de forma planificada e regulamentada – pela **verdade** e a **lógica do conhecimento positivo** – visando ao atendimento de interesses políticos/ideológicos do Estado.

Este discurso e ação preservacionista se desenvolve concomitante às intervenções Hausmanianas, numa Paris que passa a ter valor de limite: *“Desenlace de uma tradição e ponto de partida de outra”* (Choay in RUA no. 6: 16). Hausmann fez da cidade inteira um sistema de comunicações; atua também na conformação de uma nova escala para a cidade, rompendo *“o quadro das relações sociais de proximidade características da cidade pré-industrial”* (Choay in RUA, no. 6, 17), criando, porém, um novo espaço proporcional e relativo à modernidade de Paris, segundo Walter Benjamin, a capital do século XIX.

Paris se mostra moderna, para o homem moderno. Consumidores de vitrines e flaneurs vivenciam a cidade, que é palco também para um homem movido pelo interesse pelas grandes exposições, pela magia da nova tecnologia do ferro, pelo vidro, material onde

facilmente se pode apagar os rastros. Porém, estes mesmos espaços ainda são ocupados pela figura representada pelo homem ligado ao interior burguês, que busca de todas as formas a evidência de suas marcas, seja nos tapetes, seja nos mobiliários.

Este movimento – a princípio, visto sob a forma de paradoxo – também vai se apresentar quando das intervenções relativas à preservação dos monumentos: Se as questões relacionadas à memória e identidade elevam esses monumentos à condição de representantes da nação e portanto, passíveis de preservação e intervenção do Estado, este mesmo Estado é exigido no tocante à transformação da estrutura urbana em função da emergência das novas necessidades vinculadas ao capital. Assim,

*“o urbanismo recupera os grandes monumentos do passado num novo contexto da malha urbana ao mesmo tempo que destrói suas funções e seu contexto histórico. Isola o edifício do seu antigo cotidiano, do cotidiano dos cidadãos e o adequa, através do motivo monumental na grande avenida, à necessidade mítica da burguesia, conferindo ao monumento um novo status ideológico” (Milet, 1988: 07). (...) “É a noção do **mise en valeur** que propõe valorizar o monumento típico, destruindo todo o seu entorno, criando um cenário visual falso, mas que permite a perfeita visualização do monumento, ou seja, o primado da estética e da grandiosidade” (Milet, 1988: 64).⁹ (O grifo é nosso).*

⁹ Dentro desta mesma abordagem, assistimos em 1933, através dos preceitos estabelecidos pelos CIAMs – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – a formação de uma nova mentalidade, num movimento que congrega arquitetos *“reunidos pela vontade de romper com o passado e pela fé na técnica”* (Choay in RUA, no. 6: 20), redefinindo o papel do arquiteto dentro desta nova sociedade. O edifício passa a ser pensado e identificado como objeto técnico – máquinas – tornando-se autônomo, *“desligado de toda dependência ou articulação contextual e eventualmente, reproduzível pela indústria”* (Choay in RUA, no. 6: 19). isto não se identifica com as formas e as tradições arquitetônicas do passado. Exclui-se, portanto, a possibilidade de conservação dos centros antigos como dinamizadores do processo de desenvolvimento das cidades: *“O Plan Voisin de Paris é exemplar, ao arrasar os bairros antigos e conservar alguns monumentos isolados transformados em curiosidades históricas e turísticas”* (Choay in RUA, no. 6: 20). A prática preservacionista

Já na Inglaterra as premissas referentes às concepções de conservação e restauro tomaram um rumo diferenciado em relação ao modelo francês. Enquanto este – estatal e centralizador – visava atender os interesses políticos do Estado, aquele tendia a valorizar o culto ao passado através de princípios éticos-estéticos. O conceito de nação foi trabalhado a partir de princípios relacionados com uma imagem emotiva, ou seja, *“o sentimento nacional se desenvolveu com ênfase nos aspectos culturais típicos, diferenciadores de cada nação”* (Fonseca, 1997: 62).

Estes princípios eram justificados em função das profundas transformações ocasionadas pela **Revolução Industrial**, principalmente no que diz respeito aos modos de produção e reprodução da força de trabalho, ocasionando a ruptura do artesanal em prol da automatização. Pautados no pensamento romântico, artistas, poetas e pensadores passaram a privilegiar *“os valores da sensibilidade e o lugar do sujeito na percepção do mundo”*. (Fonseca, 1997: 61).

Londres – grande potência industrial e principal foco das transformações ocasionadas pelo advento da máquina – se tornava o cenário ideal para o empreendimento das críticas ao novo mundo, que surgia, em **desnaturalização**, pleno caos na concepção dos românticos. O crítico de arte inglês John Ruskin se inclui entre estes pensadores, tornando-se um dos mais severos críticos do mundo desnaturalizado da máquina. As suas idéias irão influenciar

ainda se move em torno do *mise en valeur* e os monumentos a serem preservados vinculam-se ao conceito de **excepcionalidade**, de **obra de arte**, e a seleção é restrita as edificações que simbolizam a história dos poderes, e do Estado.

de maneira marcante o pensamento preservacionista da época, pautando-se em duas premissas: a sua ojeriza ao trabalho industrial e o seu discurso ético-moral.

Para Ruskin, tudo deveria ser pensado e enquadrado numa crítica a um mundo industrializado, opressivo, alienante, desumanizante. A sua crítica, portanto, parte de uma extrema recusa à industrialização em prol da atividade humana, sendo a “mão humana” o instrumento sagrado por excelência:

“Os homens não foram feitos para trabalhar com a precisão dos instrumentos, para serem precisos e perfeitos em cada ação; se pretendermos obter tal precisão, se desejarmos que seus dedos meçam distâncias como rodas dentadas, que seus braços tracem curvas como compassos, então será necessários torna-los desumanos ...[portanto] ... para aqueles que amam a arquitetura o toque das mãos é tudo”(Ruskin apud A LÂMPADA DA MEMÓRIA, 1996:04).

Imprime-se, portanto, um tom nostálgico à prática preservacionista, constituindo-se o anti-restauro de John Ruskin, uma atitude piedosa e de respeito a um artefato humano, devidamente divinizado, uma atitude de revolta que beirava o extremo, contra a sociedade industrial em formação.

Em suma: enquanto na França , para evidenciar a legitimação do poder estatal, os princípios que regem a seleção dos monumentos enfatizam a erudição, na Inglaterra a seleção toma um rumo oposto, garantindo o papel memorial da preservação através de uma maior participação de organizações comunitárias, com ênfase no cotidiano da cidade.

I.1.1.b. O Século XX e os Novos Valores: a teoria de Alois Riegl e a noção de patrimônio urbano de Gustavo Giovannoni.

No início do século XX, juntam-se às duas vertentes citadas – a partir de uma nova abordagem conceitual – os preceitos relativos à teoria dos valores do austríaco Alois Riegl. O ponto fundamental para a compreensão da teoria de Riegl em relação ao culto dos monumentos consiste que em sua análise busca retirar a questão do patrimônio da instância tecnocrática, remetendo-a a diferentes formas de percepção do mesmo monumento. É sua intenção também, deselitizar a questão, buscando referências nos diferentes extratos sociais. Riegl vai partir da consideração que os princípios que regem a conservação dos monumentos – à época estavam relacionados aos conceitos de **monumentos históricos e artísticos**, precisando estes, porém, passar por uma revisão conceitual. Para ele a condição de status a que foram elevados os monumentos – segundo Choay, a partir de 1820, baseados na institucionalização da prática de preservação francesa – prioriza o caráter **artístico**, erudito e canônico na seleção dos mesmos.

Riegl considerará, a rigor, que todo monumento artístico é histórico, na medida em que “*representa uma etapa determinada, em certo modo individual, em la evolución de alguno de los campos creativos de la humanidad*” (Riegl, 1987: 57). Da mesma forma, todo monumento histórico é artístico, visto que o histórico consiste em tudo o que existiu e não existe mais relacionado ao contexto em que surgiu. Portanto, toda a atividade humana tem o direito de reclamar para si um valor histórico, concluindo-se que não cabe mais falar em monumentos históricos e artísticos, pois eles se fundem em um só: a partir de então, deve-se reportar aos monumentos como **monumentos históricos**.

Por outro lado, Riegl passa a afirmar a necessidades de outros parâmetros que fujam da canonização vigente, partindo estes do conceito de que não existe no culto ao monumento um valor **absoluto**, mas simplesmente um valor **relativo**, relacionado à **contemporaneidade**, ou seja, o culto a um monumento evocador de um tempo passado – o **valor de ancianidade** – estará estritamente relacionado com o caráter perceptivo do homem do século XX: atesta-se o valor histórico, porém sob um ponto de vista contemporâneo, o que ele representa no presente.

Riegl também observa que este valor de ancianidade corre o risco de se perder irremediavelmente se os homens cessarem de utilizar o monumento. Esta utilização passa necessariamente a funcionar no sentido de transformar o valor histórico em fator de desenvolvimento. Em outra instância, era necessário aproximar esta questão a uma nova adequação a um consumo cultural de massa. E *“solo lo nuevo y completo es bello según las ideas de la masa; lo viejo, fragmentario y descolorido es feo”* (Riegl, 1987: 81). A conceituação de **valor de novidade** do monumento vincula-se portanto a esta variável.

A Teoria dos Valores de Alois Riegl passa a evidenciar a importância da utilização do monumento como forma de preservação do mesmo, bem como busca vinculá-lo a uma utilidade, relacionada aos preceitos da contemporaneidade, ou seja, junto ao **valor de culto dos monumentos**, estabelece-se uma **função** que o direcione no caminho contrário à museificação.

É neste sentido que está direcionado o pensamento do italiano Gustavo Giovannoni, cuja importância consiste em inserir no debate uma preocupação em conceber aos conjuntos

urbanos antigos, simultaneamente, um valor de utilização e um valor museológico, integrando-os – e não excluindo-os – da concepção de organização territorial, ou seja, a condição de monumento – obra de arte – não deve se tornar elemento de oposição a um ordenamento territorial dos assentamentos urbanos recentes, baseados nas técnicas mais avançadas de transformação do espaço.

Desta forma, Giovannoni sugere para estas cidades um ordenamento territorial que leve em conta, para o desenvolvimento de uma nova sociedade, a importância do vínculo entre os elementos formadores de uma escala de desenvolvimento territorial – grandes redes técnicas de equipamentos, como as de comunicação e telecomunicação – e os complementos necessários definidores de lugares de permanência e de repouso, caracterizadores de uma escala de desenvolvimento local. Sob esta ótica, aponta-se para a possibilidade de integração de qualquer fragmento urbano num plano de ordenamento local, regional e territorial, alertando sempre para alguns princípios básicos tais como a negação da condição museológica destes espaços, bem como a necessidade de se respeitar a escala e a morfologia dos mesmos:

“O patrimônio urbano antigo não deve ser relegado a funções museológicas; com efeito, ele pode ser utilizado para usos contemporâneos, de proximidade, integrada, portanto, nos planos de urbanismo e de ordenamento, desde que sua nova destinação seja compatível com sua morfologia”. (Choay, in RUA no. 06: 17). Ou ainda, *“(…) isolar ou libertar um monumento acaba por significar, na maior parte das vezes, mutilá-lo”* (in Choay, 2000:172}.

Aliado a estes princípios, a importância do valor educacional/pedagógico destes espaços: Giovannoni aponta para a necessidade de se estabelecer, nos trabalhos de reconstituição dos

monumentos, uma relação de **veracidade**, que apoiada nas novas fontes e técnicas documentais, afastem cada vez mais essas intervenções de um caráter enganador/falsificador da história.

A partir das novas concepções indicadas por Riegl e Giovannoni, passam a surgir questões que irão gerar uma nova forma de orientação da prática preservacionista: Os monumentos não podem mais ser vistos apenas como obras de arte, pois fazem parte da dinâmica das cidades ; acontece a “expansão tipológica” do patrimônio histórico, quando passa-se a privilegiar uma “arquitetura menor”, também digna e passível de preservação; essa expansão é respaldada pelas descobertas arqueológicas das artes e técnicas aplicadas, a ampliar o campo das culturas passíveis de preservação, ou seja, descobre-se a cultura pré-histórica e a cultura dos índios ; como consequência, o termo **cultura** é reavaliado, deselitizando-se e expandindo-se: “aparecem” as culturas minoritárias, a cultura popular, cultura do pobre, do vulgar, o **Patrimônio Cultural** . Ao mesmo tempo ocorre – como já previa Riegl – uma busca, por parte de um público menos “erudito”, da visita dos monumentos históricos, vinculada a uma nova atividade de lazer: o **turismo**.

As novas orientações indicam o caminho da utilização do patrimônio cultural como bem econômico, inserido no processo de acumulação de capital. Para Choay, *“a cultura perde o seu carácter de realização pessoal, torna-se empresa e rapidamente indústria* (Choay, 2000:185). Alia-se a este aspecto, a mundialização dos valores e das referências ocidentais, que contribui para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais, tendo como veículos transmissores o corpo de regras, normas e critérios estabelecidos pelas **Cartas de Recomendações**, que irão corresponder também à atuação de organismos internacionais

especificamente voltados para a cultura e a incorporação, pela ONU – Organização das Nações Unidas – da figura de direitos culturais, e, pela UNESCO, da figura de Patrimônio Cultural da Humanidade no âmbito das atividades de preservação.

I.1.1.c. As cartas de Recomendações

Dentro da análise da formação deste novo corpo de regras, será tomada como primeira referência o trabalho da UNESCO datado de 1962, que prima pela salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, estabelecendo para isto o controle dos trabalhos de construção dos novos edifícios, visando uma proteção especial às proximidades dos monumentos, o que irá caracterizar o conceito de **entorno** – lembrando que com isto, o que se chama de entorno não deve ser considerado com excepcionalidade, este tem por função evidenciar e valorizar o monumento tombado.

A **Carta de Veneza**, de 1964, ao apontar que os princípios que regem a Conservação e o Restauro devem ser elaborados e formulados num âmbito internacional, cabendo a cada país estabelecer a relação com o contexto e suas respectivas tradições, passa a evidenciar a internacionalização e exteriorização destes preceitos.

Estes princípios irão girar em torno dos seguintes aspectos: na noção de **Monumento Histórico** como testemunho de uma civilização particular que indique uma evolução significativa, sendo tratado como acontecimento histórico; no estabelecimento da **Conservação e do Restauro** como um corpo disciplinar, relacionado de forma direta com as ciências e técnicas aplicadas; na conceituação de **preservação dos monumentos** não só

como obras de arte, mas também sob forma de testemunho histórico; numa preocupação com a destinação desses monumentos, no sentido de os mesmos terem uma função que seja útil à sociedade; na preservação de sua ambiência em sua escala, já relacionada ao conceito de entorno, estabelecido pela UNESCO em 1962; na concepção de que as obras de restauro deverão destacar-se na composição arquitetônica e ostentar a marca de sua época, ou seja, a restauração não deve falsificar o documento de arte e de história. Neste aspecto torna-se explícito o compromisso com a **verdade**, ratificada pela utilização, na atividade do restauro, de técnicas e fontes documentais que evidenciem esta veracidade.

A **Carta de Quito**, de 1967, representa com clareza a inserção deste corpo de regras no âmbito dos países periféricos, em especial os da América Latina, como já sugeria a Carta de Veneza, atribuindo a cada país a incumbência de relacionar os preceitos internacionais ao contexto e tradições locais.

Este documento aponta o vandalismo urbanístico e o empobrecimento que vêm sofrendo a maioria dos países americanos, como sendo as principais causas da destruição do potencial de riqueza destes países: o seu patrimônio cultural. Sugere como solução para este problema, a adoção de medidas de emergência relacionadas com a revalorização dos bens patrimoniais. Estas medidas deverão consistir em “soluções conciliatórias”, na perspectiva de **aliar o passado com o presente** e para além disso, utilizá-lo como meta de desenvolvimento sócio-econômico.

Na perspectiva de um desenvolvimento no âmbito social, atribui-se ao Estado a tarefa de estabelecer e destinar ao monumento uma forma de compatibilizar interesses públicos e

privados, bem como trabalhar a questão da preservação no âmbito de um programa de conscientização cívica, através da criação de uma programação educativa.

Quanto à esfera do econômico, parte-se do pressuposto de que os monumentos, como as riquezas naturais do país, devem ser entendidos como “recursos econômicos”, fato que atribui a estes um valor que, para além do simbólico/cultural, os inserem como elementos integrantes dos planos de desenvolvimento das cidades. Afirma-se portanto, que a utilização dos centros históricos no processo de valorização das cidades se realiza em função do desenvolvimento econômico da América Latina, como forma de por em produtividade uma riqueza até então inexplorada.

A atividade turística se apresenta como de valorização dos monumentos , no intuito de que o exercício desta atividade contribua para reconhecer e afirmar a importância do patrimônio cultural como elemento dotado de grande significação nacional, dando aos monumentos uma função tanto econômica como pedagógica.

Afirma-se neste processo a importância da atividade turística no que diz respeito à salvaguarda de uma grande parte do patrimônio cultural da Europa, que estava condenado à completa e irremediável destruição, sendo perfeitamente cabível a utilização desta atividade também como forma de evitar o desaparecimento do patrimônio cultural nos países da América Latina, inserindo estes monumentos no processo de desenvolvimento econômico-social do novo mundo. A partir destas análises, os esforços se concentram na busca de uma legislação eficaz que alie organização técnica e planejamento racional vinculados à atividade turística.

Com relação à forma de proteção dos monumentos, evidencia-se uma preocupação com a relação volumétrica dos espaços, sob forma de delimitação de zonas, indicando-se diferentes graus de proteção.

As questões de relação entre o bem cultural e sua área envoltória passam a ser enfatizadas com mais veemência a partir de 1975, no documento intitulado **Manifesto de Amsterdã**: a integração dos conjuntos históricos na vida coletiva é evidenciada de maneira mais explícita, ou seja, passa-se a atribuir uma importância “cultural” também ao entorno, no sentido de se preservar uma **ambiência**, bem como integrá-lo como um registro de marco temporal.

Na **Carta de Nairóbi**, de 1976, estabelece-se uma série de conceitos que dizem respeito à visualidade e ambiência do bem tombado. Entre estes conceitos, os que se referem a termos como **centro histórico**, **ambiência** e **salv guarda**.¹⁰ O mesmo documento afirma a necessidade do estabelecimento de normas que trabalhem os conjuntos históricos e os monumentos isolados de maneira diferenciada pois, no primeiro caso há uma forte relação entre os elementos constitutivos, o que lhes determina uma certa unidade, enquanto que no

¹⁰ Conforme Documento da UNESCO de 1976, (apud GALLO, in V SHURC, 1996:04), Considera-se “**conjunto histórico** ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses ‘conjuntos’ que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão em regra, ser conservados em sua integridade.

Entende-se por **ambiência** dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.

Entende-se por **salv guarda** a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno”.

segundo as relações se estabelecem de maneira diversificada, dependendo do grau de integração deste com sua área envoltória. Quanto à regulamentação e controle das novas construções, sugere-se a busca por um enquadramento harmonioso entre o novo e o antigo, levando-se em conta a estrutura espacial e ambiência existentes.

Para Choay (2000), entretanto, apesar da formulação destes documentos indicarem o caminho do tratamento não museológico dos tecidos urbanos antigos, a prática indica uma ambiguidade. Este tipo de conservação não desapareceu: ainda se trabalha nesta direção. Os centros históricos ainda permanecem congelados, sem integração com os demais setores das cidades.

I.1.1.d. O processo recente: utilização do Patrimônio cultural como pólo de atração de capital.

Estabelecendo-se uma análise crítica com relação às ações implementadas recentemente, visando a valorização dos centros históricos, percebe-se que as propostas indicam o caminho do **pastiche** e da **encenação**, causando muitas vezes uma sensação de estranhamento, onde não se apreende mais o espaço à nossa volta. Para Jameson (2000), a justificativa para esta situação reside na atual relação do homem para com o mundo, que resulta num estado de desorientação (esquizofrenia), devido à perda do elo entre passado, presente e futuro, estes desvinculados de uma transmissão de experiência coerente – fato já evidenciado por Walter Benjamin (1987).

Sem um vínculo mais aprofundado, o homem apega-se ao pastiche e ao simulacro e torna-se referências superficiais. Perde-se a cada momento o caráter humanista das relações, e a história perde a sua condição de elemento transformador.

Transferindo este debate para o espaço urbano, devemos considerar que o atual estágio do capitalismo nos induz a pensar com a idéia da globalização na **quebra das barreiras espaciais** – onde o avanço tecnológico e a revolução nos transportes e nas telecomunicações, provocam uma nova apreensão das relações temporais e uma ilusão do encurtamento do espaço irão gerando a já anunciada **aldeia global**.

Trata-se de um mundo onde a difusão instantânea da notícia o deixaria ao alcance da mão de todos, causando uma **desterritorialização**, causa maior de uma possível **morte do Estado**. Um mundo que procura ser evidenciado como homogêneo.

Para Santos (2000), entretanto, todo este discurso não passa de “fábulas” e “mitos” contemporâneos, próprios de uma sociedade (pós) moderna, contraditória, que está nada mais do que a enfatizar um discurso que não passa de uma nova forma de encantamento do mundo. Ele rebate tal discurso afirmando que estes elementos acabam por aprofundar as diferenças locais. No que diz respeito à morte do Estado, considera:

“Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil”.(Santos, 2000:19)

Dentro deste pensamento, Harvey(1994) afirmará que todos estes aspectos geram uma intensificação da competição espacial entre países, regiões e cidades, que vai resultar numa busca desenfreada pelo “espaço defensável”; ou seja, dentro da característica do mundo moderno, de que algo se perdeu – ou está se perdendo – enfatiza-se a importância da **qualidade do lugar** frente ao mundo homogeneizado.

Aqui se faz necessária a relação com a produção – e consumo – destes espaços. Mas, sobre quais parâmetros está sendo fundamentada esta busca pela qualidade do lugar? Santos afirma:

“Tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da história atual do capitalismo globalizado”. (...) “o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. (...) o fato é que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas e explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos. (...)Este é o trabalho da publicidade ... que se transformou em algo que se antecipa à produção”. (Santos, 2000:40).

Além do mais, há de se enfatizar como consequência uma tirania da técnica dos grupos hegemônicos, absorvida também via informação, pelos países periféricos, quase sempre de maneira errônea, no intuito de que esta absorção os remeta também à condição de força hegemônica.

Sob esta ótica, as cidades portanto devem atuar, neste mundo da tirania do dinheiro, da técnica e da informação, enquanto pontos de atração para o capital, munidas de formas de persuasão em prol de enfatizar a qualidade do lugar. Esta ênfase será buscada através de

três aspectos: na tentativa de melhorar o desempenho das cidades como centros de consumo e fontes de atração e retenção do capital, na busca da identidade e política de lugar, e numa ênfase maior na imagem da cidade, do que na própria realidade. A lógica da globalização encontrará na idéia do patrimônio histórico instrumentos que viabilizarão alguns espaços urbanos também como bens econômicos.

Um dos instrumentos a ser utilizado consiste nas propostas de normatização visando a intervenção em áreas históricas. Pode-se tomar como exemplo o documento datado de 1995, denominado **Carta de Lisboa**, que enfatiza a **Reabilitação Integrada** como maneira mais eficaz de vincular as intervenções na busca de uma **identidade** relacionada com a **qualidade do lugar**.

A reabilitação como **estratégia de gestão** vai além de uma simples renovação urbana, pois prima pela requalificação da cidade existente através de intervenções que tendam a: valorizar potencialidades sociais, econômicas e funcionais do espaço em questão; melhorar a qualidade de vida da população, propondo para os espaços físicos intervenções que **preservam dinamizando**.

Entretanto, no entendimento de Choay, estas propostas preservacionistas que buscam a integração dos espaços antigos na vida contemporânea constituem numa *“forma paradoxal, audaciosa e difícil de valorização patrimonial”* (Choay, 2000:191), visto que estão pautadas em atividades que primam em evidenciar as práticas de um mundo

capitalista. A autora indica, para reforçar esta idéia, algumas formas em que podemos detectar o patrimônio cultural como elemento integrante deste mundo do mercado, a saber:

Valorização – termo ambíguo, por evidenciar ao mesmo tempo, duas apropriações: a coisa de valor, no seu sentido referencial/simbólico, que está sendo suplantado pelo valor da coisa, ou seja, sua inserção como bem econômico; **Conservação e restauro enquanto disciplina**– Choay afirma que apesar das Cartas de Recomendações condenarem as reconstituições, estas continuam a ser a tônica das propostas contemporâneas; **Encenação** – os monumentos são apresentados como espetáculos, evidenciados pelas intervenções sonoras e luminotécnicas, que passam a ser mais importantes que os próprios monumentos; **Animação** – presença de “intérpretes” entre o sujeito e o objeto, ou seja, influência da informação e a publicidade, que muitas vezes ao invés de evidenciar, acabam por obscurecer a verdade; **Modernização** – na verdade, significa a introdução no corpo das velhas construções, de um implante “regenerador”; **Rentabilização** – O patrimônio servindo como chamariz para atividades lucrativas; **Entrega** – o monumento é colocado nas mãos da massa pronta para o consumo.

A apreensão de todo este aparato conceitual torna-se de fundamental importância para a compreensão da realidade brasileira no que diz respeito à política de preservação, visto que os reflexos são nítidos no que diz respeito às transformações ocorridas no pensamento preservacionista no Brasil, alguns deles manifestando-se desde as primeiras intenções e atuações práticas.

I.1.2. O CONTEXTO NACIONAL: da excepcionalidade da obra de arte à busca pela qualidade do lugar

A partir do final da década de 30 do século XX¹¹, com a implantação do Estado Novo e a era Vargas, inicia-se no Brasil um período de grandes transformações de ordem política e de ordem econômica. A feição de um país essencialmente agro-pastoril, passa a ser modificada com incentivos dados à política de industrialização, onde a região sudeste passa a atrair os investimentos financeiros, já pautados na estrutura da economia cafeeira.

É neste período que se começa a pensar na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional sob forma de institucionalização. Maria Cecília Londres Fonseca (1997) irá denominar este momento de **Fase Heróica** (1937-1970), que principia sob uma ótica de construção de uma **identidade nacional**, a partir da ideologia do Estado Novo – regime que se mostra ao mesmo tempo popular e autoritário – aliado ao pensamento dos intelectuais modernistas, que, como representantes do saber intelectualizado, fizeram prevalecer o ideário tecnocrático e racionalizador da corrente francesa, que buscava identificar, através do patrimônio histórico e artístico, uma cultura “nacional” homogeneizada em busca de

¹¹ Justifico as análises feitas apenas a partir do final da década de 30 porque foi durante este período que se efetivou a institucionalização da preservação no Brasil, com a criação da SPHAN. Não estou com isso descartando a importância do processo de formação da consciência preservacionista no país, para o qual oriento algumas leituras: ANDRADE, Mário de. *Cartas de Trabalho*. Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1981; MILET, Vera. *A Teimosia das Pedras: um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano*. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988 – no que se refere a Parte II – A preservação dos bens culturais no Brasil, Capítulo 1 – Da colônia ao estado nacional.

evidenciar uma nação que ao mesmo tempo estava direcionada a um futuro promissor, porém voltada para um passado rico, heróico e belo.

Os critérios de seleção elegiam o barroco mineiro como expoente maior do passado desta nação, tendo o valor artístico prioridade sobre o valor histórico, ou seja, a cidade é evidenciada pelo seu caráter formal, como obra de arte. Exemplificando o caráter preservacionista deste período, podemos analisar algumas intervenções na cidade de Ouro Preto – tombada em 1938 – onde o arquiteto Lúcio Costa, então responsável pela aprovação dos pareceres de tombamento do recém-criado SPHAN, procurou exercer na prática os seus princípios teóricos em prol de uma **boa arquitetura**, vista tanto nas cidades mineiras como na arquitetura que emergia, seguindo os passos de Le Corbusier.

Considerando as duas arquiteturas como exemplos de “beleza e verdade”, Costa aponta características que as unia, evidenciando-as. A sua defesa em favor da construção do Grand Hotel de Ouro Preto – projeto de Oscar Niemeyer – se torna, na verdade, uma defesa de dois grandes exemplos da considerada “boa arquitetura”: de um lado, Ouro Preto, obra de arte e “cidade já pronta”; de outro, o Grand Hotel, edifício

“de excepcional pureza de linhas, e de muito equilíbrio plástico. (...) Uma obra de arte, e como tal, não deverá estranhar a vizinhança de outras obras de artes, embora diferentes, porque a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior – o que não combina com coisa nenhuma é a falta de arquitetura” (Costa apud RSPHAN, 1987: 109). (os grifos são nossos).

De acordo com Lia Motta, a cidade de Ouro Preto foi

“usada como matéria prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista. (...) as supostamente poucas edificações novas no conjunto eram encaradas como um retoque, devendo ser executadas de forma a diluir-se no contexto antigo ou ser contemporâneas (modernistas), desde que de boa arquitetura”(Motta in RSPHAN, 1987:110).

Quanto às restaurações, deveriam seguir o princípio de eliminação dos aspectos “bastardos” das edificações, ou seja, deveriam ser excluídas as modificações sofridas pelas mesmas, que a afastavam do caráter excepcional das tipologias caracterizadoras dos séculos XVII e XVIII. A preservação dos espaços tombados durante este período era portanto, justificada apenas pelo valor da preservação, sem maiores vínculos com os problemas urbanos. (figs. 01 e 02).

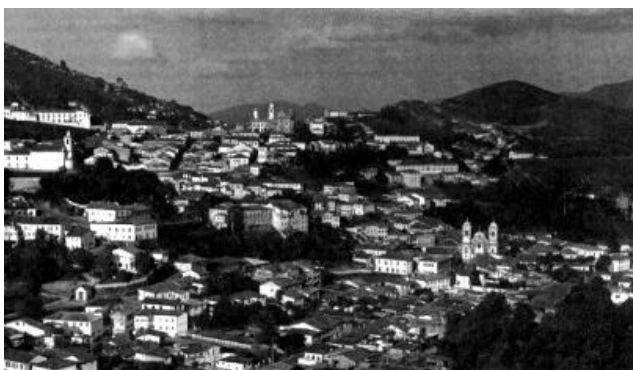


Fig.01 – Ouro Preto. Sítio histórico, tombado pelo seu caráter de excepcionalidade.



a



b

Fig. 02 – O ideário modernista e a busca da identidade nacional, através da verdade do barroco colonial. Ouro Preto e o prédio do Liceu de Artes e Ofício.

- a. O prédio com características ecléticas.
- b. O colonial recriado, após considerações de Lúcio Costa, no croqui ao centro.

A partir dos anos 50¹², entretanto, as cidades – principalmente as consideradas “históricas” – passam a apresentar problemas urbanos bem mais intensos pois as mesmas passavam de uma situação de estagnação econômica para um processo de crescimento acelerado e de pressão demográfica, frutos dos avanços registrados, tais como, implantação de indústrias nas suas imediações e, como consequência, aberturas de estradas para facilitação do fluxo de mercadorias.

Algumas cidades passam a receber um fluxo turístico considerável, como também se tornam vítimas da especulação imobiliária, que passa a comprometer a paisagem natural, afetando de maneira desfavorável os conjuntos históricos. A política preservacionista, portanto, deverá a partir de então, redirecionar as atividades, pautadas em novas conceituações, a fim de evidenciar a prática de preservação através do planejamento urbano e do aproveitamento turístico, ou seja, não se pode atuar nestas cidades-monumento apenas no sentido de resolver problemas de manutenção de suas características formais.

Evidencia-se durante este período – após o término da Segunda Guerra Mundial – uma arrancada maior na política de industrialização do país, que atinge seu auge durante o Governo Kubitschek, quando a estrutura montada já se apresentava semelhante à de países mais desenvolvidos. Portanto, o Brasil do final dos anos 50 já se apresenta com uma nova

¹² As questões relacionadas ao período compreendido entre o final dos anos 50 e o início dos anos 80 serão aqui direcionadas de acordo com as dissertações de Sant'Anna (1995) e Ferrare (1996), ambas produzidas no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

feição: com um modelo industrial,¹³ voltado basicamente para o mercado interno e financiado pelo capital estrangeiro.

Intensifica-se a abertura do país ao aporte estrangeiro, como o incentivo à implantação de uma série de indústrias dinâmicas, prevalecendo a automobilística, principal vetor no modelo de urbanização a ser seguido. A situação em que o rodoviarismo passa a dar o tom da política de desenvolvimento urbano só se modificaria com a crise do petróleo, em 1974, abrindo espaço para outras alternativas, entre elas a que procurou, na vinculação entre preservação dos recursos naturais / patrimônio cultural e desenvolvimento, reverter a concentração urbana no sudeste através do incremento na base econômica das metrópoles do nordeste, bem como o fortalecimento dos núcleos de médio porte.

Surge, a partir de então, a possibilidade de se valorizar a proteção do patrimônio, usando este último também como fator de acumulação capitalista, através do incremento da atividade turística, fato indicado, mesmo que de maneira indireta, por Andrade, ao citar sugestões para o re-desenvolvimento econômico do recôncavo baiano:

“... [não se pode] ... esquecer o grande potencial turístico da área que, além de possuir belas paisagens naturais, foi, no passado, região de grande importância econômica, pelo que possui cidades com monumentos históricos de alto valor, como Cachoeira e Santo Amaro”(Andrade, 1979:121).

No caso brasileiro em questão, o apoio técnico da UNESCO se apresenta como fator indispensável no estudo para a identificação de soluções referentes às cidades tombadas,

¹³ Aqui evidencia-se um paradoxo: o modelo buscado baseia-se na implementação de indústrias, porém a estrutura fundiária tradicionalista não é modificada.

apontando para a necessidade de reestruturação do sistema estatal de proteção do patrimônio. Neste sentido, Renato Soeiro – presidente do SPHAN no período 1967-1979 – procura estabelecer contato com o então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, de onde surge a idéia de se promover encontros de governadores cujo objetivo consistia na busca de soluções em prol da defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Foram promovidos dois Encontros de Governadores, respectivamente em Brasília(1970) e Salvador(1971), nos quais são estabelecidas as linhas gerais da nova política de preservação, pautadas, basicamente, na articulação entre os poderes públicos, sob a orientação da SPHAN, respaldados pela criação de órgãos preservacionistas nos âmbitos estadual e municipal.

No ano de 1973 é criado o **Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH** – que visava empreender uma compatibilidade entre interesses de preservação e desenvolvimento – através de um planejamento urbano visando à atividade turística – bem como a importância da articulação entre todos os níveis de instância governamental, partilhando ambos a responsabilidade pela preservação do patrimônio nacional – buscando uma descentralização do poder ¹⁴. Estes pontos vão ao encontro dos preceitos orientados pelas Cartas de Veneza, de 1964, e de Quito, de 1967.

O programa foi formulado por um Grupo de Trabalho Interministerial, reunindo representantes do MEC, EMBRATUR, SUDENE, Ministério do Planejamento – através da SEPLAN – e Coordenação Geral, cujos objetivos consistiam na geração de renda para o

¹⁴ Sobre este segundo aspecto, é importante lembrar o Encontro de Governadores realizado em Salvador no ano de 1971, que tinha em pauta a questão da necessidade de uma articulação mais eficaz entre os poderes governamentais em relação às políticas patrimoniais.

Nordeste pautados no incremento da atividade turística, e na conservação do patrimônio histórico de acordo com o esforço integrado entre os poderes públicos, tendo como universo de abrangência os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Amparados na estratégia de se valorizar o potencial turístico destas cidades, as práticas deveriam, a princípio, implantar infra-estrutura mínima para o desenvolvimento desta atividade, ficando a restauração de monumentos ou pequenos conjuntos e a divulgação de belezas naturais e manifestações folclóricas a funcionarem como chamarizes para a população turística.

Como critério para seleção das cidades e prioridades nas obras, foram levados em consideração a possibilidade de integração imediata à atividade turística e a questão da manutenção, onde se deu ênfase às cidades que mostravam algum tipo de risco de arruinamento iminente. Além disto, buscou-se privilegiar, a princípio, as cidades com feição “barroca”, visão ainda presa ao valor artístico como critério de seleção: inicialmente foram indicadas para avaliação as cidades de Salvador (BA), Cachoeira (BA), São Cristóvão (SE), Laranjeiras (SE), Penedo (SE), Marechal Deodoro (AL), Olinda (PE), Igarassu (PE), São Luís (MA) e Alcântara (MA).

Ao longo do processo, passou-se a identificar potencial turístico em outros requisitos que não somente na presença de monumentos históricos não excepcionais, fato que já evidencia a influência dos preceitos da Carta de Veneza, a privilegiar também conjuntos urbanos

“modestos e triviais” como Lençóis, Rio de Contas, Itaparica e Mucugê, todos na Bahia, elevando-os à condição de patrimônio nacional.

O processo atinge alcance maior, onde cidades tidas como menos significativas também entram como alvos de apreciação. É o caso das cidades de Oeiras e Piracuruca no Piauí, de Icó e Aracati no Ceará, de Vila Flor no Rio Grande do Norte, conjuntos urbanos, arquitetônicos ou paisagísticos, que “*estão afastados dos núcleos mais desenvolvidos ... [e, por conseguinte, se apresentam] ... degradados pelo abandono, pelas dificuldades de acesso, pela falta de qualquer apoio turístico*” (Telles, 1974:4). Entretanto, possibilidades de inserção no contexto são evidenciadas, como explicita o estudo para tombamento das cidades de Aracati e Icó:

“... os acervos urbanos e arquitetônicos dos séculos XVIII e XIX de Icó e Aracati conservam-se ainda bastante íntegros e, a partir de um planejamento geral, podem ser recuperados e valorizados com a recomposição de alguns edifícios descaracterizados e com a restauração de outros, degradados ou em estado de ruína” (Telles, 1974:3).

No primeiro momento do programa, pode-se considerar uma série de conquistas, entretanto, a confrontar-se com inúmeras dificuldades. Podem ser consideradas conquistas a criação na esfera estadual de uma estrutura para proteção do patrimônio que, aliada ao deslocamento da questão da esfera exclusivamente cultural para a econômica, evidenciam a tentativa de descentralização que girava em torno do SPHAN, como dono do poder e do saber. Entretanto, evidenciou-se, a partir dos resultados obtidos até então¹⁵, algumas dificuldades

¹⁵ Segundo Sant’anna (1995), de 22 projetos concluídos até 1976, apenas 6 eram capazes de gerar recursos para a sua própria sustentação.

de execução do programa : os estados dificilmente implementavam as obras de infraestrutura básica, bem como davam prioridades a outros investimentos, vinculados basicamente às atividades agrícolas e de desenvolvimento industrial. Começa-se a questionar a atuação da atividade turística como fator de revalorização dos centros históricos, visto que os recursos desprendidos geralmente favoreceram aos interesses privados ligados à prática capitalista da atividade turística, em detrimento da valorização da preservação do bem cultural como atividade auto-sustentável.

Quanto às práticas preservacionistas, apesar de uma mudança de conceituação, na tentativa de deselitizar a questão – como pretendia a Carta de Veneza, influenciada por Riegl – a preocupação ainda era prioritária para a recuperação de monumentos ditos excepcionais, evidenciando ainda o artístico sobre o histórico, ideal reverenciado pelos intelectuais do SPHAN.¹⁶

Apesar das problemáticas, a análise positiva de alguns resultados do PCH Nordeste provocaram de imediato, o interesse de estados do Sudeste, que procuraram, através da mediação política, a contemplação com os investimentos do referido programa, fato que se concretiza a partir de 1975, com a instituição de um Grupo de Trabalho para estudar a

¹⁶ “O pouco interesse da administração central da DPHAN pelo tombamento de Porto Seguro se relacionava ao fato de que o conjunto era considerado sem grande valor artístico. Lúcio Costa, por exemplo, concorda com o tombamento, com a ressalva de que ele deveria ser feito apenas ‘por interesse histórico’. A falta de excepcional valor artístico também foi utilizada para encobrir a crescente hesitação do órgão em aplicar o tombamento em áreas urbanas a partir dos anos 40. As enormes responsabilidades que implicava e a falta de estrutura do órgão, levavam a constantes arquivamentos de processos ou adiamento de decisões. O caso mais notório é, sem dúvida, o da cidade de Igarassu, cujo processo de tombamento foi aberto em 1945 mas só foi concluído em 1972” (Sant’Anna, 1995: 169).

extensão do programa inicialmente para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Mato Grosso. O Grupo de Trabalho foi responsável por uma minuciosa avaliação do desempenho do programa do Nordeste, sugerindo a sua extensão e homogeneização para todo o território nacional. Atrelada a esta modificação de cunho político-administrativo, tem-se uma modificação de cunho conceitual, com o aumento de inscrições de cidades **modestas e triviais**, como patrimônios passíveis de preservação.¹⁷

Entretanto, a questão da cultura não poderia ser vista apenas em sua relação com o desenvolvimento, mas também como elemento atuante para a formação da cidadania. É criado o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC – funcionando como atividade crítica e complementar em relação ao IPHAN, que privilegiava os bens de pedra e cal. Segundo Aluísio de Magalhães, diretor do IPHAN nacional na década de 80, os bens

¹⁷ Segundo Sant'Anna, *“a partir dos anos 60. a cidade-patrimônio, deixa de ser concebida somente como cidade-monumento, passando a ser vista também como testemunho da evolução da organização social, fazendo juz ao nome de ‘cidade histórica’. Aos antigos valores histórico e artístico agrega-se o valor paisagístico como um critério predominante na seleção de áreas urbanas. A noção de paisagem, de resto, sempre presente em todos os tombamentos extensos, ganha maior força, incluindo cada vez mais o aspecto ambiental e cada vez menos a questão puramente arquitetônica”*. (Sant'Anna, 1995;170).

Novos conceitos como o de **entorno do monumento** são evidenciados, inclusive em propostas de tombamento, como o de Itaparica na Bahia, onde se tinha duas igrejas passíveis de tombamento, as Igrejas Matriz e de São Lourenço. Entretanto, para se manter a ambiência dos monumentos e a escala urbana, optou-se pelo tombamento do conjunto existente entre as duas igrejas, tornando-se um caso claro de preservação do entorno, pois não se foi tombado o conjunto pelo seu valor em si, mas para guardar as características acima citadas. É também a partir deste período que se verifica uma tendência acentuada da participação da sociedade na abertura dos processos de tombamento, reagindo ora a favor, ora contra as propostas apresentadas.

tombados pelo órgão se apresentavam “mortos” em relação à vida social e econômica das comunidades que por sua vez era “dinâmica”. Além da criação do CNRC, a política preservacionista foi desenvolvida de maneira a se evidenciar fatores sociais, onde temos como exemplo os planos para as cidades de Olinda e São Luiz, onde a questão habitacional foi considerada como uma das premissas básicas. (Figs. 03 e 04)



Fig. 03 – Olinda/PE – Prática preservacionista que vai do caráter excepcional...

Fig.04 - ... à arquitetura modesta (b), passando pela participação popular nas decisões (a)



a



b

Entende-se que a principal contribuição dada pela expansão do PCH consistiu na forma como deveriam ser tratados os sítios históricos, não mais como apenas locais de valorização turística: as propostas elaboradas a partir de então evidenciavam preocupações com a política urbana. As operações de conservação de áreas urbana-patrimônio também deveriam ser realizadas através de elaboração de planos diretores e de desenvolvimento urbano.¹⁸

¹⁸Neste sentido, foram realizados trabalhos neste nível nas cidades de Parati, Salvador, Ouro Preto, São Luis, Alcântara – elaborados pela UNESCO – bem como os planos diretores para as cidades de Laranjeiras e São

A abrangência da conceituação e do programa de preservação de cidades históricas abre uma nova perspectiva visando o desenvolvimento das mesmas, atreladas a uma função, mais voltada às questões urbanas e sociais. Os resultados, porém, são, no mínimo, contraditórios: análises a respeito das intervenções processadas durante o período 1973-1979, nos revelam que quase sempre estas eram elaboradas em defasagem com relação à estrutura urbana real.

No sentido conceitual, percebeu-se, com a descentralização das funções dentro do SPHAN, uma tentativa de diminuição do poder dos técnicos desta instituição, o que não correspondeu a realidade, visto que, apesar dos novos conceitos – atenção às culturas e arquiteturas minoritárias – continuavam os mesmos procedimentos. Há de se considerar também a atuação de órgãos como a UNESCO, financiadores e consultores de alguns planos, que tendem a petrificar e museificar os núcleos históricos, segregando-os dos demais espaços da cidade.¹⁹

Além destes aspectos atestou-se que a ênfase dada pelo PCH à utilização do potencial turístico das cidades foi tida como um dos grandes problemas do referido plano, visto que

Cristóvão, em Sergipe, e o de uso do solo e preservação para Marechal Deodoro, em Alagoas; o Plano Geral de Recuperação do Pelourinho, e de planejamento urbano para dez cidades de Minas Gerais, a saber: Santa Bárbara, Diamantina, São João Del Rey, Conceição do Mato Dentro, Prados, Tiradentes e Serro, Santa Rita Durão, Barão de Cocais e Catas Altas do Mato Dentro.

Com relação à vinculação entre preservação do patrimônio e desenvolvimento urbano, podemos citar o caso de Marechal Deodoro, onde o plano de uso do solo e preservação do patrimônio foi praticamente excluído em prol dos interesses especulativos relacionados a ocupação da praia do Francês, importante ponto na rota turística do estado das Alagoas. Sem contar que, apesar da tentativa de se trabalhar um plano integrado entre a política preservacionista e atividades desenvolvimentistas e modernizantes – como a construção da Rodovia AL-101 e do pólo Cloro-químico nas proximidades da cidade – não se obteve um resultado satisfatório, tendo a atividade preservacionista sido “engolida” pelas demais.

¹⁹ Como será atestado no objeto de estudo desta dissertação.

houve um direcionamento muito grande dos investimentos governamentais à atividade turística, deixando de lado a questão cultural mais ampla do patrimônio.

A partir do final da década de 80, o sistema de planejamento urbano implantado durante o período da ditadura entra em crise, ao mesmo tempo que se percebe com mais intensidade a perda do poder econômico e sócio-cultural das áreas centrais das grandes cidades. As modificações administrativas tendem cada vez mais a incumbirem os municípios de responsabilidades maiores, vinculando-os geralmente à incentivos vindos através de parcerias com a iniciativa privada. Aposta-se cada vez mais na descentralização administrativa como alternativa para a solução dos problemas, inclusive os urbanos:

“No que se refere ao planejamento urbano tem-se um quadro em que a diminuição da capacidade de investimento coloca as administrações municipais frente à necessidade de definir estratégias viáveis de desenvolvimento econômico a nível local. O planejamento urbano, de forma similar às grandes corporações privadas que tratam de ambientes competitivos e incertos quanto ao futuro, adota o planejamento estratégico para identificação das potencialidades e oportunidades do desenvolvimento dos municípios” (Zanchetti, Marinho, Milet, 1995).

Voltamos portanto às questões para o debate sobre a **qualidade do lugar**, o **espaço defensável** como busca do caminho, através do **desenvolvimento sustentável**. Aponta-se para o turismo como alternativa a ser viabilizada. As cidades devem atuar como pólos de atração de capital (Harvey,1994), e como consequência as cidades históricas como instrumentos que viabilizarão a inserção destes espaços como bens econômicos (Choay, 2000), o incentivo à prática da atividade turística nestas cidades se apresenta como uma das opções mais viáveis para a implementação da prática capitalista. Este se mostra o caminho

tomado pelas mais recentes intervenções nos núcleos históricos de algumas cidades brasileiras. (fig.05)



Fig.05 – Pelourinho/Salvador – Novas cores e nova função, vinculados à mercantilização do espaço.

O rumo tomado pelas intervenções do IPHAN em território cearense revela algumas semelhanças com o quadro apresentado: a partir dos anos 90, ocorre o tombamento de três núcleos históricos, como espaços representativos do processo de povoamento do Estado, através do binômio gado-algodão, a saber: Aracati e Icó no Vale do Jaguaribe – respectivamente, porto exportador e importante centro comercial localizado nas duas principais vias do Ceará colonial – e Sobral, principal empório comercial do Vale do Acaraú. Estes núcleos, antes com vínculos em comum, hoje se apresentam em situações completamente distintas. Sobral tornou-se um pólo industrial, com considerável área de abrangência na região norte do Estado; Aracati se localiza em uma faixa litorânea bastante visada pelos empreendimentos turísticos.

A cidade de Icó, no entanto, está situada numa área abrangida pelo Polígono das Secas, portanto, a princípio, fora da rota de desenvolvimento econômico do Estado, gerando preocupações, por parte do IPHAN, na questão relacionada a um possível desenvolvimento sustentável:

“O município está situado em região que não apresenta um vetor de desenvolvimento econômico de escala a considerar. A sede municipal, desde os primórdios, é lugar de passagem e de rápida permanência de viajantes. Já se registra a presença e o interesse de visitantes da região e do interior do Brasil pelo centro histórico, porém a sustentabilidade do conjunto e da cidade está ligada à moradia de sua população e dos usos que lhe são correlatos.” (Dossiê IPHAN, 2000).

É política do IPHAN, portanto, buscar formas de parcerias que invistam nesta sustentabilidade e criar uma imagem que justifique a atuação dos diversos parceiros no referido núcleo histórico, no caso de Icó, a mística de ser uma das primeiras cidades sertanejas tombada. A ênfase em qualifica-la como cidade representativa da “civilização do couro” estabelecerá o vínculo com a **qualidade do lugar**: Icó passará a ser evidenciada como um espaço que

“constitui importante indicativo do processo de conquista do território e desenvolvimento do nordeste brasileiro ... [documentando] ... com fidelidade essa trajetória histórico/cultural feita de rudezas, de árduas lutas, de riquezas e refinamentos e também de insuspeitas delicadezas e de encantadora rudeza do povo” (Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº O65/97, 24 de outubro de 1997, 17).

O tombamento do núcleo histórico da cidade abrirá caminho para a utilização do patrimônio cultural como elemento de qualificação do espaço, na busca do re-desenvolvimento da região. Atestada a **qualidade do lugar** através da justificativa de proposta de tombamento, alia-se a esta, uma proposta de inserção da cidade no roteiro

turístico do Estado, ou seja, busca-se evidenciar o **local** através de uma atividade que prima pelo **global**. Esta proposta é amparada por toda uma **estratégia de convencimento**²⁰, que contempla a articulação entre poderes através dos órgãos competentes: IPHAN, responsável pelo saber intelectualizado; Secretaria de Turismo do Estado – imbuída na nova visão turística que evidencia não só o mar, mas também serras e sertão – e Prefeitura Municipal, que explicita:

“O turismo é a maior fonte empregadora do mundo e Icó tem potencialidade de sobra para atrair turistas nas áreas de eventos e cultura. Já estamos trabalhando em parceria com o IPHAN, Secretaria de Turismo do Estado e EMBRATUR, a execução de grandioso projeto de recuperação do Centro Histórico. Este fato será noticiado para o Brasil e exterior e Icó será incluído em roteiro turístico das diversas operadoras brasileiras. A atividade vai propiciar a implantação de serviços de boa qualidade. Será ampliada e melhorada a rede de hotelaria, incluindo-se as pousadas dentro do sítio histórico, bares, restaurantes e lanchonetes. Surgirá a atividade do guia turístico e das empresas transportadoras de turistas”. (Prefeitura Municipal de Icó, Plano de Trabalho, 2001/2004).

Torna-se evidente durante todo o discurso a afirmação da **qualidade do lugar** de Icó, enquanto cidade representativa do período de formação territorial do Estado: **uma imagem específica de cidade específica**. Entretanto a importância cada vez maior de se dar ênfase no **preservar dinamizando**, conforme apregoa a já citada Carta de Lisboa de 1995. Em outras palavras, pretende-se afirmar que os núcleos históricos não devem ser considerados amorfos, como **eternas imagens do passado**.

Levando em consideração este pensamento, é de extrema importância estabelecer o que considero como **qualidade do lugar** em Icó. Afirmo que as considerações a serem feitas

²⁰ Assim conceituo **estratégia de convencimento**: ação de caráter militar, que impõe regras e valores, com o objetivo de comprovar a eficácia de tal ação.

estarão baseadas na busca de um vínculo de **experiência coerente** entre passado, presente e futuro (Jameson, 2000; Benjamin, 1987) e na indicação do lugar como **espaço vivido** (Carlos, 1996).

Lanço então as questões: como poderemos estabelecer, em Icó, esta relação? As propostas visando a preservação do referido núcleo histórico estão realmente evidenciando a **qualidade do lugar**? Me proponho a partir de então, identificar este **lugar** a partir destes questionamentos.

CAPÍTULO II – ICÓ, UM LUGAR

“Naqueles dias a cidade do Icó era o maior empório comercial e social do centro da Província. Tinha uns seis mil habitantes, muitos deles comerciantes, portugueses ou descendentes destes, que supriam o interior e os sertões das províncias vizinhas com mercadorias européias. Mais de 1000 carros de bois transitavam anualmente do Icó para o Aracati. Comboios de centenas de cavalgadas, por ocasião da safra, vindos do Cariri, dos altos Sertões do Jaguaribe, do Piauí e das proximidades paraibanas enchiam o quadro urbano, constituído de três ruas principais, quatro igrejas, uma cadeia, um mercado. Uma escola de latim e duas primárias atendiam à religião, à Ordem, ao Ventre e às Letras da cidade. Meia dúzia de sobrados revestidos de azulejos, plantados no meio do casario chato e pesado, envaidecia os icoenses e pasmava os simplórios sertanejos.”

Relato da Comissão Científica de Exploração, em 1859.

“... do valor histórico, esplendor arquitetônico e alta temperatura que sempre caracterizaram a cidade e atraíram historiadores, arquitetos e turistas, só o calor permanece indiferente à ação do tempo e à falta de uma consciência da necessidade de preservação do passado histórico”.

Jornal “Diário do Nordeste”, 1º de outubro de 1987

A definição de lugar aparece atualmente como um dos temas mais abordados pelos segmentos que trabalham com a cidade e o planejamento urbano, e no caso mais específico, nas intervenções direcionadas à valorização destes espaços através da preservação do patrimônio cultural, visto que a caracterização do lugar se apresenta como uma das peças-chave para qualificá-lo como “espaço defensável” frente a massacrante tendência do homogêneo imposta pelo mundo contemporâneo. A **singularidade** do lugar se torna um elemento representativo na luta contra o **global** desumanizante. Atesta-se a importância desta abordagem, porém, passa-se a questionar a maneira como está se estabelecendo esta característica que irá diferenciar os lugares frente ao mundo homogêneo.

Neste capítulo, abro a discussão a respeito desta abordagem, partindo dos seguintes questionamentos: no atual contexto, é possível ainda, pensar o lugar como singularidade? Se ainda é possível, como se pode apreender esta singularidade em sua essência?

No entendimento de Carlos(1996) esta questão passa pela definição de lugar como “*porção do espaço apropriável para a vida – apropriado através do corpo – dos sentidos*” (Carlos, 1996: 20), o **espaço vivido**, onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões. Esta abordagem procura afastar a noção da representação do lugar como “*triunfo das formas e não da vida*” (Carlos, 1996: 20), definição muito comum quando nos confrontamos com leituras que privilegiam o visual frente aos demais sentidos, característica da prática contemporânea, onde o **ver** predomina sobre o **ser**.

Esta também demonstra ser a preocupação de Walter Benjamin nas suas leituras sobre as cidades, quando atesta que os edifícios ao contemplarem uma dupla função de recepção – a ótica e a tátil – não poder ter sua especificidade compreendida apenas por um estado de contemplação e sim por sua habitabilidade (Benjamin, 1987: 193).

A proeminência do **ver** sobre o **ser** na definição da qualidade do lugar pode indicar o caminho para a construção de não-lugares, sendo a atividade turística uma das propulsoras desta prática. Procurando o afastamento da mesma, aponta-se para uma integração diferenciada entre o **olhar de fora** – a prática global – e o **olhar de dentro** – a singularidade, a partir do momento em que se pense a história particular de cada lugar se desenvolvendo ou melhor se realizando em função de uma condição de respeitabilidade entre tais abordagens. O lugar aparece então como “*base da reprodução da vida (...) analisado pela tríade habitante – identidade – lugar*” (Carlos, 1996: 20), identidade esta funcionando como vínculo entre o habitar – no sentido de ser/pertencer – e o lugar. (o grifo é nosso).

Torna-se necessário evidenciar que esta será a abordagem utilizada no que diz respeito à leitura do núcleo urbano de Icó como lugar, ou seja, a formação desta identidade (Carlos, 1996) através da compreensão das práticas cotidianas detectadas na espacialização das relações sociais, estabelecendo o que Jameson (2000) determina como **transmissão de experiência coerente**. Este processo deverá ser entendido através da apreensão dos momentos de rupturas e permanências, vistos a partir do presente, porém, de acordo com o pensamento benjaminiano, que não vê o passado como algo ne utro:

“Benjamin queria que o historiador partisse do seu condicionamento presente para investigar o passado. Mas queria ainda mais: que a matéria do passado jamais passasse por ‘neutra’. Precisamos sentir, concretamente, que a nossa relação com o passado só será verdadeira se mexer conosco, se nós estivermos nos dando conta de que aquele passado nos concerne, tem algo de nós”.(Konder, 1988: 54).

Baseado nesta concepção , analiso o núcleo urbano de Icó como **lugar do reconhecimento** do processo de formação e transformação do território cearense, vinculando-o ao atual processo de globalização. Dentro desta ótica, tratarei de reconhecer todo o processo de rupturas e permanências que direcionem à leitura do núcleo urbano como **Vila Pastoril, Princesa dos Sertões, Cidade do Já-teve e Cidade-Patrimônio Nacional**, onde se buscará o afastamento de qualquer relação do lugar como uma “idealização do espaço”, ao evidenciar a análise a partir de uma interação da complexidade inerente à cidade.

II.1 – ICÓ: TRANSFORMAÇÕES URBANAS...

II.1.1. Política urbanizadora de Portugal

O interesse português pelas terras brasileiras veio se dar vários anos após o seu descobrimento, movido pela necessidade de salvar o país de uma crise iminente, causada pela desestabilização política e econômica da Coroa, como consequência da quebra de hegemonia portuguesa na rota das especiarias e pelo endividamento surgido devido ao emprego de capital na política de expansionismo mercantil.

Para Portugal a palavra colonização possuía dois significados: um **econômico**, ligado ao conceito de **riqueza da nação**, ou seja, exploração das riquezas tendo em vista a acumulação de bens extrativos e/ou apropriação/produção de bens passíveis de transformação em dinheiro; o outro, **político**, relacionado com a posse e defesa de terras e a expansão do território.

A política urbanizadora se apresenta, portanto, como parte integrante deste processo de colonização. Era necessário conquistar, conhecer e colonizar o imenso território brasileiro. Num primeiro momento, a ação se restringiu à criação de vilas num movimento exploratório e de defesa, situadas em pontos estratégicos, atendendo aos requisitos do significado político de colonização.

Percebe-se a intenção da Coroa em aliar colonização com urbanização a partir da implantação do sistema de capitanias hereditárias quando aos donatários era designada a tarefa não só de exploração de riquezas, como também a de fundação de Vilas. Entre 1532 e 1650 foram fundadas 32 vilas, das quais somente 07 pela ação direta da Coroa.

Boa parte destas Vilas se localizou no litoral, tendo sua fundação relacionada com a implantação do sistema canavieiro, mola propulsora para a afirmação da política colonialista portuguesa, baseada no domínio da Metrópole sobre as colônias. Atrelada a esta política, inicia-se o povoamento do litoral brasileiro, sendo verificada uma maior concentração ao longo da costa nordestina. A fácil aclimatação da cana-de-açúcar no Brasil,

país de clima predominantemente tropical, bem como a boa perspectiva de um mercado consumidor existente, foram fatores preponderantes para o desenvolvimento desta cultura no país. O litoral nordestino veio a ser privilegiado devido à existência do solo de massapê – apropriado para a plantação e o cultivo da cana – e pela maior facilidade de intercâmbio com a Coroa, devido a sua localização estratégica.

Após 1650, verifica-se que a urbanização na colônia busca novos rumos: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais sofrem intenso processo de povoamento, vinculados à descoberta das minas de ouro, como também é incentivado o povoamento do interior nordestino, através do sistema pecuarista, atividade complementar do sistema canavieiro, fornecendo-lhe transporte e alimentação.

II.1.2. O povoamento do interior nordestino: rios, bois, currais ...

Alguns fatores contribuíram para que o sertão nordestino se mostrasse adequado à prática da pecuária extensiva, dentre eles: disponibilidade de grandes extensões de terras, sistema de criação, forma de remuneração do trabalho e inexistência de mercado competidor, visto que nos pastos do sul esta prática ainda não era conhecida. Por outro lado, a instalação de uma fazenda se tornava bem menos onerosa se comparada com os engenhos. Bastava se ter disponibilidade de grandes áreas, próximas a um curso d'água - garantindo água e pasto aos animais - algumas cabeças de gado, poucos vaqueiros para o pastoreio e uma habitação com curral, que eram construídos usando os recursos do próprio meio natural. O incentivo

da Coroa veio por intermédio da concessão das Datas de Sesmarias, visando o povoamento e a produtividade das terras nordestinas.

Os rios exerceram um papel importante neste processo de povoamento. Ao longo do rio São Francisco, primeira corrente de povoamento, instalaram-se várias fazendas de gado. Delas partiam verdadeiras expedições, que posteriormente ocuparam as bacias hidrográficas do sertão nordestino alcançando as terras do Piauí, Ceará e Maranhão. De Pernambuco surgiu outra trilha de aventureiros, partindo de grandes centros comerciais da capitania – Olinda, Igaracu, Goiana – em direção às margens do Rio Parnaíba, encontrando-se com a rota dos baianos. A primeira corrente denominou-se **Sertão de Dentro**; a segunda, **Sertão de Fora**, conforme cita Capistrano de Abreu:

“Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando de Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam as correntes baiana e pernambucana”.(Abreu, 2000:156)

Os rios tornaram-se então os principais vetores de orientação, entrecortando as serras que rodeiam os vales, formando verdadeiros currais naturais. Nestes vales formaram-se os primeiros povoados, locais de pouso das boiadas ou de instalações de fazendas de criar, que darão início à formação de uma rede de núcleos com características próprias, adequadas ao meio físico-geográfico em que se inserem. (Mapas 01 e 02, p.67)

II.1.3. Ceará : um grande curral!

Diversos foram os fatores que fizeram com que o Ceará entrasse tarde para a história econômica do Brasil colônia e que causaram a disparidade entre essa capitania e as de Pernambuco e Bahia: a resistência dos indígenas, as dificuldades de acesso à costa, a forte ocupação francesa no Maranhão, estendida até terras cearenses. Todavia, o principal fator do descaso português residia no que se entende pela significação dada à palavra colonização, em termos econômicos: **explorar riquezas**. O Ceará não era rico em metais, muito menos possuía o solo massapê, adequado ao plantio canavieiro. O Ceará, portanto, inexistia economicamente.

As circunstâncias que fizeram, a princípio, o português pisar o solo cearense, ainda no século XVII, foram ditadas pela necessidade de posse e afirmação da costa leste-oeste brasileira, procurando não perder terreno junto aos holandeses e franceses. A criação da vila de Fortaleza em 1726, capital da província, é justificada por sua localização ao meio caminho entre o Recife e o norte desconhecido e como ponto estratégico de defesa frente a ameaça estrangeira.

Uma definitiva ocupação do território cearense veio através da prática do criatório no século XVIII, ao longo dos rios com maior volume d'água. A doação das Sesmarias intensifica este processo, mais freqüente à margem do Rio Jaguaribe e seus afluentes como salienta Pe. Couto :

“Criadores que eram (os sesmeiros), sem terras bastante para acomodar seus gados, em terras alheias, pagando rendas caras, sem possibilidades de incrementar o criatório, dispuseram-se então a marchar para o rio, que descobriram, chamado pelo tapuia, Jaguaribe. Instalando-se, com currais de gado e casas de vivendas disseminaram-se pela ribeira dos Icós, dos Quixelôs, Riacho do Sangue e circunvizinhas. A taxa de terras concedidas constava-lhes de 123 léguas de comprimento, por 12 de largo, ficando no meio, o Jaguaribe”. (Pe. Couto, 1960: 20)

O Desenvolvimento comercial da região jaguaribana no contexto econômico da província durante o século XVIII, é justificado pela introdução do processo de industrialização e comercialização da carne salgada, **o charque**. O aparecimento desta técnica deveu-se, acima de tudo à busca por parte dos fazendeiros, de uma solução para se livrarem dos impostos que eram cobrados sobre o gado, por ocasião do abate em açougues públicos, bem como um recurso compatível para superar as grandes perdas obtidas durante o tráfego entre as zonas de produção e comercialização, pois, de acordo com o desenvolvimento do sistema pecuarista, expandia-se sua área de atuação, aumentando por consequência, as distâncias a serem percorridas.

As estradas coloniais passariam a ser de relevada importância no contexto econômico local, por servirem como principal meio de ligação entre as áreas acima citadas. O fluxo maior se dava na **Estrada Geral do Jaguaribe**, que fazia a ligação entre o Porto de Aracati, via médio e baixo Jaguaribe e os sertões baianos, nas margens do São Francisco; e pela **Estrada das Boiadas**, principal escoadouro das fazendas de criar do Piauí, no rumo das grandes feiras pernambucanas. (Mapa 03, p.67)

A preocupação com o controle desta produção ocasionou a prática, por parte da Coroa Portuguesa, da fundação de vilas, e por conseguinte, do aparato burocrático / administrativo necessário para se obter esse controle. Duas vilas despontam como principais aglomerados urbanos: **Aracati**, no litoral, porto e escoadouro da produção, e **Icó**, no sertão, como principal entreposto comercial, localizado em posição privilegiada, no entroncamento destas duas principais vias do Ceará colonial.

II.1.4. Icó: uma vila pastoril...

A Vila de Icó é criada em 1729 e regulamentada em 20/10/1736, a partir de um núcleo preexistente – fruto da ocupação de sesmeiros ao longo do Jaguaribe e afluentes, que ali instalaram seus currais de gado e suas vivendas –desenvolvendo-se sob a denominação de Icó de Cima, em torno de uma capela, construída em 1709, com a proteção de Nossa Senhora da Expectação.

Com a regulamentação da Carta Régia de 1736, que criou a Vila de Icó, fez-se necessária a existência de uma Igreja Matriz, bem como a construção de uma Casa de Câmara e Cadeia, elementos básicos ... “ *não só para a boa administração da justiça mas para a aquietasão daqueles povos pella distancia de 50 léguas que ficava da villa do aquiras do que era termo...*”(in Santos, 1968:43/44), Ou seja, condicionantes para o surgimento de uma população fixa, tão necessária para o êxito da política urbanizadora da Coroa. É indubitável a importância da Igreja como elemento condicionador deste processo, retratada no espaço, e

no caso de Icó, corroborada com a construção de outra igreja ,em 1749, sob a proteção de Nosso Senhor do Bonfim.²¹

A regulamentação da Carta Régia não se restringia apenas aos prédios públicos, existindo uma intenção clara na regularização e uniformização do espaço como um todo, com ruas direitas e largas e casas com quintais, conforme explicita outro trecho deste importante documento:

“... deixando sítio para se edificarem as cazas nas mesmas direituras e igualmente com seos quintaes competentes de sorte que a todo tempo se conservem as mesmas larguras das ruas sem que em nenhum cazo e com nenhum respeito se possa dar licença para se ocupar nenhuma parte dellas...” (in Santos,1968: 43/44) (o grifo é nosso).

Importante salientar que a tentativa de uniformização do espaço teve que ser condicionada às características do meio físico - geográfico existente – a grande esplanada formada pela rua larga é um reflexo físico da presença da rota das boiadas no quadro urbano – e que nem todas as recomendações foram cumpridas de imediato: um exemplo claro, a construção da Casa de Câmara e Cadeia, cujo processo se estendeu de 1741 a 1821, ano da inauguração do edifício. (Mapa 04 -fig. 06, p.77)

Quanto às habitações, seguem o padrão tipológico lusitano da casa tipo corredor, inserida em lotes compridos, com dois acessos: social e de serviço. A imposição da presença do

²¹ Estas igrejas, com características semelhantes às de Pernambuco revelam a influência do intercâmbio entre as duas capitânicas. Entretanto, a arquitetura chega aos sertões cearenses de forma simplificada, tornando-se exemplo claro da adequação às técnicas construtivas e aos materiais disponíveis. As igrejas surgem, como consequência, sem ornatos e com pedras de obra próprias da região.

quintal revela uma tentativa de adequação da sociedade – à época, notadamente rural – ao incipiente meio urbano. As fachadas das casas delimitavam o espaço da rua. Portas e janelas, em contato direto com o exterior, faziam a transição entre os espaços público e privado. (Mapa 04 - fig. 07, p.77)

O espaço constituído pelos prédios públicos, em conjunto com a grande via formada pelo trajeto natural das boiadas, a implantação das primeiras casas com seus quintais, ocupando todo o lote urbano e o surgimento dos becos, perpendiculares às vias constituídas pelo conjunto de casas, vão corresponder ao quadro urbano da vila , no final do século XVIII. (Mapa 04 - fig. 08, p.77)

II.1.5. ... que se desenvolve sob os auspícios do binômio gado-algodão...

O processo da salga de carne iria encontrar os primeiros revezes nas secas de 1777-1780 e 1790-1793, responsáveis pela queda da produção do charque cearense e pela transferência da técnica para o sul do país. Entretanto, a cultura algodoeira encontra nas terras cearenses um ambiente adequado para seu desenvolvimento que irá se juntar o fator da disponibilidade da mão-de-obra gerada pela expansão da pecuária e por ela não absorvida.

O binômio gado-algodão passará a atuar como elemento responsável pela expansão do povoamento na província. Concomitante a esta investida da produção agrícola, verifica-se a intenção, por parte dos comerciantes instalados na vila de Fortaleza, de uma relação direta

de comercialização com Portugal, como recurso para diminuir o controle exercido por Recife nesta praça. Este processo não interessava em nada aos comerciantes do Vale do Jaguaribe, há muito tempo vinculados aos comerciantes pernambucanos. O cultivo do algodão, porém, ganha cada vez mais espaço no território cearense motivado por uma inserção mais vantajosa do produto no mercado internacional – se comparado aos produtos pecuaristas – e pelo desenvolvimento concomitante da cultura de subsistência na província.

O controle pela comercialização do produto interessava tanto aos comerciantes de Fortaleza – por gerar um início de acumulação de produção – como também aos comerciantes e fazendeiros do vale do Jaguaribe – mostrando a possibilidade de recuperação da retração sofrida pelo sistema pecuarista. Com base nestes aspectos, estímulos não faltaram para que os fazendeiros com capital investissem na cultura algodoeira. O vale do Jaguaribe continuava como grande área produtora, e novas áreas – com influência da capital – foram incorporadas à zona de produção, merecendo destaque as terras das regiões serranas de Uruburetama e Meruoca.

O desenvolvimento da agricultura no período 1790-1820 não altera o quadro urbano pré-existente. Aracati e Icó, cidades do vale do Jaguaribe, ainda ostentam o poder econômico. A primeira passa por um processo de vitalização da função comercial. A segunda tem sua posição reforçada, como núcleo intermediário na centralização de produtos da região do vale do Jaguaribe. Fortaleza sofre uma incipiente expansão como núcleo exportador. As demais vilas justificam sua existência como tais, devido a sua incipiente função burocrática. Girão corrobora esta afirmativa:

“A bacia jaguaribana, berço do povoamento, ainda mantinha o cetro econômico, de que expressão mais inerente a casa de sobrado, privativa dos argentários. Havia-as muitas no Aracati e no Icó, ao passo que Fortaleza não contava nenhuma e em Sobral estava por levantar-se a segunda. Ao sul, o Crato eram palhoças, raras as casas de alvenaria. E Quixeramobim no centro, uma quase ficção como grupo humano”. (Girão,1947: 240)

A agricultura comercial para exportação, entretanto, beneficiaria a capital cearense, através de diversos fatores. Com o início da comercialização direta com Lisboa, a partir de 1803, a cidade é dotada de infra-estrutura para transações mercantis, através de estudos para a construção de porto e mole, prédios para Alfândega e Tesouraria da Fazenda. As transações internas são incentivadas com a construção do Mercado Público e regularização das feiras livres semanais. As ações da Câmara evidenciam os interesses dos comerciantes locais.

Mesmo com todo este incentivo ao comércio e já centralizando um maior volume de produção do algodão, a estrutura física de Fortaleza ainda é inferior ao quadro apresentado por Aracati e Icó. Alguns fatores justificam este aspecto: centralização da produção da pecuária por mais de um século, a área de influência do Porto de Aracati ainda era maior que a de Fortaleza, o vale do Jaguaribe ainda era o principal centro abastecedor de outras áreas do interior e ainda continuava-se a utilizar os mesmos canais de escoamento de produção.

II.1.6. ... e é coroada: A Princesa dos Sertões.

A partir do início do século XIX, modificações de natureza política, pautadas nas decisões de uma classe dominante emergente brasileira, procuraram mudar a imagem da colônia, agora transformada em Reino Unido (1808). Nos anos 20, já independente, o país busca a viabilização de um Estado Nacional, o que iria influenciar as modificações tanto no espaço físico, quanto no aspecto sócio cultural .

Intenções civilizatórias foram a mola propulsora para a formação de uma nova imagem desta importante colônia, pois a partir da vinda da Família Real para o Brasil, a criação do Reino Unido de Portugal e Algarves e por conseguinte, a Abertura dos Portos às Nações Amigas, as ações em torno das cidades passariam a ser não só de exploração, como também na intenção do **civilizar**: conhecer, classificar, esquadrihar as peculiaridades do país para melhor controlá-lo, adequando-o aos padrões europeus.

Neste processo civilizatório as preocupações com estética e salubridade eram evidentes e tinham como objetos de maior atenção as principais capitais – Rio de Janeiro, Salvador e Recife – não ficando, porém, restrito às mesmas. A difusão das idéias contemporiza todas as cidades economicamente ativas e por conseguinte, é importante veículo na consolidação do ideário. No Ceará, as cidades de Aracati e Icó inserem-se neste contexto, por estarem situadas no berço econômico da província. A análise dos relatos sobre a vila de Icó à época se torna instrumento precioso para a compreensão deste processo.

Os primeiros relatos buscam justificar a importância econômico-social da vila, pautados em quantitativos – rendas e população - na sua posição geográfica e na listagem dos produtos comercializados - couro, algodão, rapadura - Num determinado momento, passam a inserir dados referentes ao quadro urbano: as ruas, os prédios públicos, as casas... espaços a serem “modernizados”.

Em 1842 a vila passa à cidade, e com este título toda uma preocupação de se adequar ao processo civilizatório por qual passava o país. A própria denominação de **Princesa dos Sertões**, como ficou conhecida a cidade à época, mostrando o contraponto existente entre o título nobre, carinhoso e meigo, e as condições naturais que influenciam o espaço – clima, temperatura, vegetação – reforçam a idéia de uma sociedade preocupada com as questões de estética e salubridade, premissas indispensáveis para a viabilização deste processo civilizatório.

Estas premissas podem ser vistas claramente no Código de Obras e Posturas de 1850. Além do mais o documento atesta uma preocupação com a uniformização e regularização de ruas e edifícios, tentativa já feita pelos preceitos da Carta Régia de 1736. Entre as atribuições regulamentadas pelo Código constavam: a nomeação de arruadores e corduadores para o trabalho de alinhamento de edifícios e construção de ruas seguindo os preceitos estabelecidos; a regularização de ruas, becos e travessas, tendo as ruas dimensões maiores, evidenciando a hierarquização entre as mesmas; a uniformização das testadas das casas, com indicação da dimensão da fachada, do número de vãos, da dimensão dos vãos, a presença obrigatória de cornijas. A cidade, localizada em área de vale, portanto, em terreno

plano, reforçou o caráter de uniformização do espaço. As intenções visando aspectos relacionados à salubridade foram expressas em alguns itens, buscando a higienização do espaço: proibição gradativa de atividades comerciais, proibição da circulação de animais. (ANEXO 1 – p.176)

A utilização de novas técnicas e materiais, tais como o vidro, ferro, calhas pluviais também passam a referenciar uma nova imagem para a cidade: moderna, seguindo os padrões europeus, lugar de moradas de uma sociedade, também moderna. A permanência de vários hábitos e costumes, e o rebatimento no espaço físico, entretanto, é notória.

Em 1859, a Comissão Científica de Exploração – expedição enviada ao Ceará por D. Pedro II – visita a cidade de Icó. Em seus relatos, além da confirmação da importância comercial da cidade, descreve-se o quadro urbano “*constituído de três ruas principais, quatro igrejas, uma cadeia, um mercado*”, já existentes à época da vila²², acrescido de *Uma escola de latim e duas primárias que atendiam à religião, à Ordem, ao Ventre e às Letras da cidade.* Preocupações de uma sociedade civilizada que, entretanto, se mostrava “pasmada” diante das renovações: *Meia dúzia de sobrados revestidos de azulejos, plantados no meio do casario chato e pesado, envaidecia os icoenses e pasmava os simplórios sertanejos.*” (Braga *in* Revista da Academia Cearense de Letras, 1956: 225). (Mapa 04 - Figs. 09 a 15, p.77)

²² As igrejas do Monte e do Rosário são citadas no Código de Obras e Posturas de 1850, como limites à expansão urbana e completam o quadro de edifícios religiosos, em soma com as duas igrejas anteriormente citadas. O mercado indicado ainda se situa na rua Imperial – ou rua Grande, atual Ilídio Sampaio – sendo o novo prédio construído apenas no ano de 1876.

O Teatro da Ribeira dos Icós, construído em 1860 pelo francês Pedro Theberge se apresenta como uma das mais representativas obras deste processo civilizatório, ao trazer as linhas neoclássicas ao sertão rude. Concomitante à construção do Teatro, a família Theberge esforça-se em implantar hábitos e costumes civilizatórios entre esta sociedade “simplória”:

“ ... As meninas freqüentam colégios, ou casas de ensino: algumas moças tocam, ou aprendem a tocar piano ... Há na terra quatro pianos; e parece que se deve sua introdução à família Thebérge, cuja mulher e filha (francesas) tocam; e a mulher dá lições.” Alguns costumes, entretanto, permanecem: *” Quando se entra em uma sala, as moças aparecem mas sentam-se à parte na conversação ...”* (Alemão *apud* IPHAN, 1996: 16).

Esta dicotomia se apresenta também ao nível das construções:

“Há casas (como a que acaba de fazer o vigário) que têm bonito aspecto, mas dentro são simples salas e alcovas de telha-vã. Quase todo o madeirame do telhado, barrotes de soalho, etc., é de carnaúba. São pouco adornado de trastes, que são sengelos (em algumas casas, da melhor gente, vi cômodas de mógono, ou de outra madeira, na sala de visitas, assim como cadeiras de balanço). Os balcões das janelas, ou portas de sobrados são de grades de ferro. Há poucas vidraças: as portas muitas não são pintadas. As casas térreas têm rótulas, e são ladrilhadas com tijolos hexagonais..” (Alemão *apud* IPHAN, 1996: 16).

E não só nas residências: O teatro, símbolo maior de uma modernização vigente, com sua imponência neoclássica, internamente atesta a rudeza do homem sertanejo. E as cadeiras ... **são de couro!** (Mapa 04 – Figs. 16 a 19, p.77)

Em termos de uso e ocupação do lote urbano, detecta-se, a partir da segunda metade do XIX, duas mudanças consubstanciais: a primeira demonstra que alguns terrenos com fundos para a rua do Meio são fracionados e passam a ser ocupados como residências populares. Cria-se então um contraste entre os belos e ostentosos sobrados e um tipo de residência mais simples, porém, influenciada pela solução arquitetônica tradicional. Interessante salientar a relação espacial existente entre essa rua e a Igreja do Rosário. (Mapa 05 - Figs. 20 e 21, p.79)

A segunda se refere à construção do novo Mercado Público em 1876, que, ainda sobre a égide do ideário civilizatório, passaria a exercer um raio de ação sobre o tecido urbano: Não só determinou a desejada setorização do espaço – com o deslocamento das casas comerciais para o seu entorno – como também evidenciou uma nova forma de ocupação e parcelamento do solo – as edificações agora erguem suas fachadas para as vias perpendiculares (becos e travessas). (Mapa 05 - Figs. 22 e 23, p.79)

II.1.7. A Princesa é destronada...

O processo de desenvolvimento da cidade passará a se reverter na transição entre os séculos XIX e XX em decorrência de uma política centralizadora de poderes na capital do estado, pautada na captação e nucleação de grande parte da produção estadual na até então incipiente Fortaleza, causando o desmantelamento das transações comerciais entre Recife e as cidades de Aracati e Icó.

Fortaleza, tem sua hegemonia econômica assegurada através do aumento de sua área de influência - gerado por decisões tomadas pela administração provincial apoiadas pelo Império, tais como os contratos exclusivos com as capitânicas de navegação, causando o fechamento do porto do Aracati e excluindo o vale do Jaguaribe da comercialização externa – e o surgimento de novos canais de escoamento, através de investimentos rodoviários e ferroviários, que não contemplaram as cidades do vale do Jaguaribe. Conforme Girão:

“Este ano de 1866 marca a data da autonomia comercial cearense e o começo da influência de comerciantes ingleses na praça de Fortaleza em que até então, preponderavam os portugueses. A navegação direta assegurou a hegemonia da capital sobre Aracati e Icó, reduzidas, gradativamente, as transações com Recife. Em 1867 já as exportações pelo porto fortalezense somavam 3.934:600\$000, contra 619:200\$000 pelo Aracati e 156:444\$000 pelo Acaraú.. Para Fortaleza era importante garantir o carreamento das riquezas serranas da Aratanha, Maranguape, Acarape, de princípio pela condução rodoviária e, logo mais, pela das locomotivas, correndo a alma dos trilhos de ferro. Entrava pelos olhos a necessidade de apressilhar à capital o encontro sertanejo da província e a fertilidade do Cariri, com a açanha, no caminho, dos produtos daquelas serras ubertosas.” (Girão, 1947: 349/350)

O primeiro passo a essa visão de integração foi dado em 1873, com o início da construção da estrada de ferro Fortaleza – Baturité. O trem surgiria como elemento modernizante que iria acabar com a monotonia dos carros puxados a boi. A proposta era ousada, conforme indica a assertiva:

“A maior importância do melhoramento deriva de uma linha férrea para Baturité... liga-se ao futuro desta linha. Baturité e os municípios adjacentes, tão importantes pela cultura do café, não é somente sob o ponto de vista do comércio e da indústria que convém ser ligados à capital, mas especialmente sob o ponto de vista social e político. A linha que se dirigir a Baturité há de ser necessariamente uma secção do traço de maior extensão que se encaminhar ao Crato, e esta por sua vez do sistema geral, quando realizar-se o grande pensamento de ligar o Rio de Janeiro às províncias do Império.”
(Girão, 1947: 351).

Outro passo a ser dado consistia na captação dos produtos da zona norte e os municípios ligados às serras de Uruburetama, Ibiapaba e Meruóca. A partir de 1910, Fortaleza amplia sua área de influência, com a construção dos ramais ferroviários ligando a capital à região sul do estado. A estrada de ferro chega a Iguatu em 1910, em Lavras da Mangabeira no ano de 1917, e Crato e Juazeiro em 1926. Estas cidades passam a despontar no cenário econômico, passando Icó para um plano secundário. Assim sendo, o porto de Fortaleza capta cada vez mais o excedente da produção interiorana. Cria-se uma nova rota de rotas de mercadorias, influenciadas pela modernização dos meios de transporte. Extingue-se o domínio econômico da Recife sobre o Ceará. Icó e Aracati entram em declínio. A função de grande entreposto comercial exercida por Icó fica reservada a um contexto mais local.
(Mapa 06 – p.82)

Durante este período, a cidade passa por crises no plano sócio-econômico, intercaladas por raros períodos de desenvolvimento, como o ocorrido no início deste século, ocasionado pela atuação de alguns comerciantes de peso apoiados na estrutura do sistema algodoeiro. Como consequência, neste período são construídas edificações que seguem o padrão eclético europeu, ao gosto das elites. (Mapa 05 - figs. 24 e 25, p.79).

Observa-se um crescimento ordenado em direção à atual Avenida Carlota Távora – nas proximidades do Mercado Público – área que passa a receber a implementação de pequenas indústrias de beneficiamento de algodão. Entretanto, uma forte epidemia de cólera na primeira década do século provocou a saída de várias das famílias tradicionais da cidade, ocasionando também a falência das incipientes indústrias e, por conseguinte, acabando com o breve ciclo de retomada de desenvolvimento. (Mapa 07, p.91)

O quadro de decadência é inevitável : toda a área do Vale do Jaguaribe / Sertão do Salgado passa, de região economicamente ativa à área problema, relacionada ao efeito seca, fenômeno este que justifica a criação da Inspetoria Geral de Obras contra as Secas – IPHOCS. O órgão patrocina a obra do Açude do Cedro, em Quixadá, no serão central do Estado. A política passa a atuar em outras áreas, e no município de Icó é construído, em 1924, o Açude Lima Campos.

A situação econômica desta região se complicará a partir dos anos 30, com a política federal implantada por Vargas no Estado Novo, gerando os princípios de industrialização no país e o fortalecimento do poder decisório no Sudeste. Surgem as grandes metrópoles e

os fenômenos das migrações, em direção aos pólos de desenvolvimento. Fortaleza passará a figurar como um centro urbano regional, e os sertanejos passarão a invadi-la.

Os investimentos federais e estaduais não permitem visualizar a conscientização de uma política de desenvolvimento regional consistente, que fortaleça substancialmente os núcleos urbanos inseridos na **área problema**, e os projetos surgidos não levam em conta preocupações com o **lugar** onde estão sendo implantados.

A abertura das estradas de rodagem, por exemplo, não chegou a reintegrar Icó na rota de circulação de mercadorias, visto que o município perdeu o posto de principal centro econômico para o vizinho, Iguatu, sendo a construção da Rodovia CE-184²³ e da Ponte Piquet Carneiro, sobre o rio Salgado, em 1938, justificada pela necessidade de se interligar de maneira mais rápida este pólo comercial à capital.

Apesar de estar fora desta rota de desenvolvimento, a cidade ainda possuía uma localização geográfica estratégica, como ponto de passagem obrigatório entre o norte e o sul do país. Assim sendo, a construção, na década de 40, da Rodovia BR-116, margeando a cidade passou a gerar tanto uma expectativa em relação ao “progresso” – no âmbito do desenvolvimento econômico – gerando tentativas de “modernização” – alterações na da imagem tradicional – no seu quadro urbano, influenciados pelo poder político do município, como também estas idéias passam a incomodar, pois tendem a modificar a

²³ Atual CE – 282.

imagem da cidade relacionada com o seu período áureo, gerando as primeiras preocupações com a preservação do espaço.

II.2. ... E INTENÇÕES PRESERVACIONISTAS

II.2.1. O Rodoviarismo e o sonho de revalorização econômica. As tentativas de transformação da imagem da cidade e as primeiras preocupações preservacionistas.

Considerarei como o ponto de partida para estabelecer o vínculo entre dinâmica urbana e intenções preservacionistas na cidade de Icó, a análise de um relatório datado do ano de 1941, atribuído ao pintor José João Rescala, à época prestando serviços ao SPHAN. Neste relatório, salienta-se algumas preocupações ocasionadas pelo ideal de progresso, que chegava com a construção da rodovia federal:

“A cidade passou longo período em completo abandono, a propriedade desvalorizada, vendia-se um sobrado por 1:000\$000 e até por 700\$000. Outros preferiam demolir as suas casas para venderem o material. Com a passagem da estrada de rodagem tronco, a cidade foi reabitada e está em franco progresso, progresso este pernicioso à feição primitiva da cidade. A preocupação da prefeitura é intimar os proprietários a modificarem as fachadas de suas casas, o que está infelizmente acontecendo em grande escala, prejudicando assim a única cidade talvez no Ceará que reunia um conjunto apreciável de arquitetura tradicional. Disse reunia, pois o que hoje existe é um terço do que havia 3 anos atrás. (...) O atual prefeito que está reformando a cidade, obrigando os proprietários a substituírem as fachadas de todas as casas antigas, disse-me que vai reformar o Teatro, irá trocar as galerias de madeira por cimento armado etc. (...) Restam poucas casas que

por falta de dinheiro não foram reformadas, entre estas uns 10 sobrados". (Rescala apud IPHAN,1997: 17) (o grifo é nosso).

Esta documentação – que demonstra uma preocupação clara com a descaracterização da imagem de uma cidade em prol de uma suposta modernização – teve como meta principal a análise do estado de conservação de edifícios públicos e privados, considerados os mais representativos da cidade, ou seja, os de caráter monumental.

Foram listados e analisados os seguintes imóveis: Igreja Matriz de N. Sra. da Expectação; Casa de Câmara e Cadeia; Igreja do Bonfim; Sobrado do Barão do Crato; Teatro Municipal; Sobrado com mirante, na rua Grande; Sobrado na rua Grande (atual Prefeitura); Sobrado na rua Grande,s/n; Igreja do Rosário; Igreja do Monte e Casa da Pólvora (já demolida). Apesar de não existirem relatos sobre o Mercado Público, aparecem, no Relatório, alguns registros fotográficos do mesmo. Percebe-se que em nenhum momento Rescala se reporta aos edifícios de caráter popular situados na Rua do Meio, acontecendo, às vezes de serem registrados em fotografias alguns edifícios localizados nesta rua, porém, relativos aos fundos das residências imponentes da rua Grande (Ilídio Sampaio). (Mapa 12, p.106)

Convém lembrar, entretanto, que este relatório foi realizado à época em que estão sendo tombados os sítios históricos ditos excepcionais – as cidades barrocas mineiras são os exemplos mais notáveis – aspecto que faz do citado relatório um importante documento a respeito de preocupações com cidades situadas fora do eixo (cidades barrocas), apesar de se

perceber na análise do mesmo, uma tendência de valorização das obras representativas da cultura oficial.

O relatório de Rescala se apresenta também como indicativo da presença na cidade de edifícios significativos e passíveis de preservação pela abertura, em 1962 – mais de 20 anos depois da vinda de Rescala – do processo de tombamento em nível federal de um dos edifícios representativos do poder à época da consolidação do núcleo pecuarista: a Casa de Câmara e Cadeia.²⁴

A partir da metade do final da década de 60, torna-se digno de nota as pesquisas empreendidas pelo prof. arq. José Liberal de Castro, orientando os alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, cujo produto resultou numa abrangente documentação a respeito dos edifícios públicos e privados de Icó, documentação esta amplamente utilizada durante os estudos para tombamento do núcleo histórico da referida cidade, realizados pelo IPHAN.

No que diz respeito ao sonho de revalorização econômica da cidade, percebemos então que os ideais de progresso e o sonho de uma cidade “moderna” transformaram o espaço, porém este sonho não foi concretizado, pois na verdade a construção da rodovia tinha por finalidade o escoamento da produção para Fortaleza, e não incluía um programa de revalorização dos municípios pelos quais passava.

²⁴ O tombamento só veio a se efetuar no ano de 1975.

Apesar do alerta quanto a questão de transformação da imagem da cidade, os princípios de “modernização” continuam, e o início da construção da **Igreja Nova** se torna outro exemplo destes ideais. A proposta partiu da tentativa de se construir uma igreja que abrigasse sobre o seu teto, todos os fiéis em louvação ao senhor do Bonfim na época da festa destinada ao santo. Era a idéia do “majestoso” e do “imponente”. Iniciada na década de 50, teve seu término apenas na década de 90 e foi motivo de muitas controvérsias por parte da aceitação como templo religioso. A construção se destaca no contexto, muito mais pelo sentido de apropriação – e de interferência negativa – do espaço, do que pelas suas qualidades arquitetônicas (Mapa 07 – fig. 32, p.91)

A cidade tende a crescer seguindo a orientação do eixo já existente (sudoeste-nordeste / nordeste-sudoeste), onde se percebe a mesma forma de disposição dos lotes, salvo em áreas que sofreram influências de novos agentes, como é o caso do setor comercial e das áreas relacionadas com a inserção das rodovias no espaço urbano (Mapa 07 – figs. 26 a 31, p.91). Os novos espaços públicos ainda demonstram a qualidade evidenciada pelos existentes. Salienta-se este aspecto pelo – ainda hoje – constante uso dos generosos largos e calçadas. (Mapa 09 – figs. 33 a 36, p.98)

II.2.2. Novos sonhos: O Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos e o pré-tombamento do núcleo histórico da cidade.

A década de 70 irá representar um outro período em que se buscará uma nova revalorização do município. De um lado, inicia-se um longo processo de tentativa de valorização hidroagrícola das terras nordestinas, principalmente o sertão. O vale do Jaguaribe/Sertão do Salgado entraria na questão através da implantação do **Perímetro Irrigado Icó – Lima Campos**, que representaria a penetração com maior intensidade do capital industrial e financeiro na área, sob os auspícios do DNOCS, que ao distribuir lotes, controlava totalmente nesta fase inicial, toda a plantação, transporte e comercialização. Os encarregados desta tarefa eram os engenheiros agrônomos, que agiam no sentido de orientarem os irrigantes no plantio, ensinando-lhes novas técnicas agrícolas desconhecidas, como a adubação e a irrigação; posteriormente recolhiam toda a produção de cada irrigante e comercializavam-na, tratando por fim da prestação de contas, ou seja, descontando os gastos dispendidos no processo produtivo, sendo a diferença distribuída segundo a produção individual.

Na intenção de substituir o “cinza” do estio sertanejo pela esperança do “verde”, foram desapropriadas terras produtivas, entregando-as a pessoas que não tinham o conhecimento das técnicas do cultivo. A promessa de “dias melhores” provocou o fenômeno da migração da população de municípios vizinhos, ocasionando a ocupação periférica na cidade, que passa a ser vista sob uma ótica excludente, à margem do processo histórico.

A implantação do perímetro, muito próximo à área urbana, sem deixar espaço para expansão, acabou por ilhar a cidade. No final da década de 80, houve uma permuta de terras entre o DNOCS e Prefeitura, visando a expansão do quadro urbano da cidade. Estas terras foram adquiridas pela classe mais abastada, criando o bairro **Novo Centro**, gerando a saída das pessoas de maior poder aquisitivo da antiga área residencial, ocasionando a proliferação dos cortiços e avanço do comércio na mesma. Salienta-se neste período, o crescimento da área periférica da cidade, às margens da BR-116. Em todos os dois casos – área nobre e periferia – percebe-se a perda de qualidade espacial, tanto dos espaços públicos, como dos espaços privados, evidenciando-se uma depreciação do lugar. (Mapa 08, p.92)

Concomitante a estas transformações vamos ter o início dos estudos visando a preservação do núcleo histórico da cidade, com o pedido de inscrição no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos núcleos históricos das cidades de Aracati e Icó, pelo então assessor do IPHAN e representante do Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – Augusto Carlos da Silva Telles, durante o I Seminário de Estudos sobre o Nordeste – Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, realizado em Salvador, entre os dias 26 e 29 de novembro de 1974.

Uma análise desta documentação expedida por Silva Telles indica que as cidades de Aracati e Icó podem ser inseridas na nova abordagem conceitual (cidade-documento) enfatizada pela Carta de Veneza, de 1964:

“Ditos acervos apresentam interesse regional e, mesmo, valor nacional, seja pelas suas tramas urbanas, de traçado ortogonal, pouco comuns nos núcleos brasileiros antigos, seja pelos seus acervos arquitetônicos, que apresentam caráter próprio e diferenciado dos existentes em núcleos de outras regiões do país. Além disso, por terem sido seus sobrados e casas construídos em épocas sucessivas, desde o final do XVIII até o ocaso do XIX, ocorre diversidade de soluções arquitetônicas, o que mais valoriza estes acervos urbanos.” (Silva Telles, 1974 : 04)

As sugestões concernentes à Carta de Quito, de 1967, que indicam uma proposta de desenvolvimento para estas cidades, através das obras de manutenção/valorização dos núcleos históricos para fins turísticos também são postas em prática, bem como também as preocupações com as questões de **entorno e ambiência**:

“Para a preservação dos dois núcleos , propomos sua inscrição nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo valor paisagístico, urbanístico e arquitetônico que apresentam. Deverá ser realizada demarcação, definindo, para cada caso, as zonas de proteção

rigorosa e as áreas de preservação com vistas à ambientação e à proteção paisagística.” (Silva Telles, 1974 : 04/05)

A proposta de tombamento do núcleo histórico de Icó ganha força com o tombamento, em nível federal, da Casa de Câmara e Cadeia – Estudada no processo nº 653-T-62, e inscrita no Livro de Tombo em 17/11/1975.

Em julho de 1976, o arquiteto José Liberal de Castro, envia ao IPHAN, o pedido de tombamento em nível Federal do Teatro da Ribeira dos Icó, na intenção de posteriormente...

“solicitar gradativamente o tombamento das edificações que contornam a Praça Central da cidade. Nela se encontram a antiga Casa de Câmara e Cadeia, já tombada, o Teatro e o conjunto Sobrado Barão do Crato/Igreja do Bonfim. Nas proximidades fica a Matriz de N. Sra. da Expectação.”
(Castro, 1976: 01/02).

Interessante perceber que o pensamento de Liberal de Castro ainda está atrelado a valorização do espaço como excepcionalidade, visto que as edificações listadas denotam este aspecto. Esta questão fica mais clara quando cita-se o Teatro da Ribeira:

“O tombamento deve referir-se particularmente à fachada de frente, embora envolvendo a ambientação e a volumetria do atual edifício, cujos interiores nunca foram completados condignamente”. (Castro, 1976:01).

Em resposta ao pedido de Liberal de Castro, foi sugerido que se aguardasse o resultado do encaminhamento do pedido de tombamento do núcleo histórico da cidade, proposto por Silva Telles. Em 1978 o processo é aberto, sob a inscrição nº 968-T-78. Entretanto, os

estudos relativos à cidade não foram realizados de imediato, ficando o processo arquivado até 1996, ano que se pede a reabertura do mesmo, por parte do IPHAN - 4º CR/Ce.

A resposta a esta questão pode vir da própria estratégia da política de preservação implantada, partindo da constatação de que para que haja eficácia na proposta é necessário que os monumentos tenham uma utilização e se mostrem economicamente viáveis. Assim sendo, foram estabelecidos critérios de prioridades, onde se interessava, de imediato,

“... a recuperação de monumentos existentes em núcleos possuidores de infra-estrutura turística ou em suas áreas de influência... e/ou ... os monumentos em via de destruição ... tivesse ou não possibilidade de pronta utilização e rentabilidade.” (Silva Telles, 1974:02).

Apesar da constatação de que nem sempre os acervos mais importantes de cada Estado se situam em áreas economicamente viáveis à implementação desta política, ou seja, estarem afastados dos núcleos mais desenvolvidos – ao qual se sugere uma atenção especial àqueles núcleos – o que se pode constatar foi o privilégio dado a cidades que já possuíam uma infraestrutura turística propícia à implementação do projeto, bem como os núcleos possuidores de um acervo histórico e artístico com maior grau de magnificência – os casos de Salvador e São Luis, por exemplo.

Durante o período de pré-tombamento, as atividades realizadas pelo IPHAN se resumiram basicamente à sistematização de dados e preparação de documentação visando a delimitação de uma possível área de tombamento, sendo tomado como referência o inventário realizado pelos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, orientados pelo prof. José Liberal de Castro. Como

atividade intervencionista, concretizou-se em 1979, o restauro do Teatro da Ribeira, a partir de um convênio celebrado entre SEPLAN/Presidência da República e Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará, com recursos do PCH, em conformidade com o que se propunha os Compromissos de Brasília e Salvador – articulação e partilha de responsabilidade entre poderes, no que diz respeito à política preservacionista.

Neste mesmo período a cidade continua a sofrer algumas intervenções que apontam para a perda de qualidade ambiental, nas quais a construção da Estação Rodoviária – que acentuou a quebra do vínculo existente entre a Igreja do Monte e a área mais antiga da cidade, bem como incentivou a ampliação da zona de comércio e serviços em uma área que poderia ser mais adequada para implementação de espaços de lazer, através da integração entre o Largo do Monte e o rio Salgado – bem como a intervenção no Largo do Theberge – onde não se levou em consideração a sua localização, como área de entorno de um bem tombado em nível nacional (Casa de Câmara e Cadeia), muito menos a preocupação de se adequar o projeto às características morfológicas da área. Ainda se constatou no período uma demolição constante de sobrados, vinculada a questão da invasão do comércio na antiga área residencial. Esses fatores evidenciam cada vez mais a depreciação do espaço urbano, induzindo ao título de **Cidade do Já-teve**²⁵.

Percebe-se que estas alterações estão quase em sua totalidade vinculadas às ações do poder público, o mesmo que se utiliza dos meios de comunicação para atestar o “alto nível de descaracterização do patrimônio histórico”, a necessitar de medidas urgentes de “preservação”. Aponta-se para a necessidade da preservação vinculada à articulação entre

²⁵ Conforme reportagem veiculada no jornal A Gazeta, em novembro / dezembro de 1991.

as diversas instâncias de poderes, mas em termos práticos não se evidenciam ações que abordem problemas relacionados à dinâmica e complexidade do espaço urbano. Mascara-se esta problemática, reduzindo-se o discurso a considerações meramente formais. (Mapas 09 e 10 – figs. 33 a 41,p.98)

A partir dos anos 90 passa-se a vivenciar um novo sonho de revalorização deste espaço urbano, desta vez através da possibilidade “real” do tombamento do núcleo histórico, fato que se concretiza em dezembro de 1997. A ação preservacionista passa a ser vinculada a implementação de uma política de planejamento urbano que buscará enfatizar a prática do desenvolvimento sustentável e descentralizado, evidenciando-se a atividade turística no município como principal vetor de desenvolvimento, utilizando o patrimônio cultural como **álibi**, ou seja, será o legado deste patrimônio que irá evidenciar a singularidade de Icó, como **lugar**.

A partir de então torna-se necessário o retorno às questões indicadas no Capítulo I: Será que o discurso e a ação preservacionista resultantes desta prática estarão realmente evidenciando a **qualidade do lugar**?

CAPÍTULO III – UMA PRINCESA TOMBADA ÀS MARGENS DO RIO SALGADO: ICÓ, MONUMENTO NACIONAL (1996-2002)

“Nos últimos anos tenho argumentado com insistência que tal conjuntura [histórica a qual nos encontramos] é marcada por uma desdiferenciação de campos, de modo que a economia acabou por coincidir com a cultura, fazendo com que tudo, inclusive a produção de mercadorias e a alta especulação financeira, se tornasse cultural, enquanto que a cultura tornou-se profundamente econômica, igualmente orientada para a produção de mercadorias”.

Frédéric Jameson

“Essa nossa idéia de racionalizar tudo, de simplificar tudo, implica o risco de conduzir-nos a uma dimensão histórica que jamais existiu; com tal tipo de cultura corremos o perigo de restaurar cidades que jamais existiram e arquiteturas que nunca existiram, ou seja, estamos reinventando a cidade, o território e a arquitetura. Tudo isso tendo como base a lógica absurda da simplificação e a recusa da complexidade do núcleo urbano e do território”.

Riccardo Mariani

III. 1. Preservação do Patrimônio Cultural e a Ação do Planejamento Urbano: em busca da valorização da Qualidade do Lugar.

Os trabalhos realizados a partir do ano de 1996, tendo em vista o tombamento em nível nacional do centro histórico da cidade de Icó fazem parte de um conjunto de iniciativas que irão atestar a importância de três cidades como núcleos históricos representativos do processo de povoamento do Estado do Ceará: Aracati, Icó e Sobral (Mapa 11 – figs. 42 a 44, p.102). Nas justificativas apresentadas pelo IPHAN é marcante a importância conferida aos núcleos em questão como **idades-documento**, que atestam sob forma material um capítulo da história do país, marcada pela conquista do sertão nordestino. A singularidade destes espaços se apresenta como um traço característico, justificado devido à adequação ao meio físico-geográfico, a não disponibilidade de materiais nobres, como também de técnicas de construção mais avançadas.

Esta abordagem de se privilegiar os espaços como **documentos** é prática que passa a ser utilizada a partir de uma revisão conceitual do termo **cultura** dentro das políticas e práticas preservacionistas, que coloca em cheque preceitos canônicos – como a definição do monumento como **obras de arte** e os centros históricos como **conjunto de várias obras de arte** – levando em consideração novas formulações acerca deste termo, e suas eventuais derivações – cultura popular, culturas minoritárias, cultura do vulgar, a própria noção de patrimônio, agora tido como não só artístico e histórico, e sim, **cultural** (Choay, 2000). Neste processo, observa-se uma **expansão tipológica do patrimônio cultural**, onde se percebe uma ênfase dada à importância da **arquitetura menor** e do termo **monumento**

histórico em detrimento do até então **monumento artístico e histórico**, preceitos estes relacionados com a conceituação aplicada pela Carta de Veneza de 1964.²⁶

É de se perceber, entretanto, que a abordagem contemporânea não irá se estabelecer apenas no nível de conceituação. A utilização do patrimônio cultural como fator econômico, como alternativa para o desenvolvimento dos países periféricos – preconizado pela Carta de Quito de 1967 – ganha força na contemporaneidade, justificada pela função destinada às cidades como **pólos de atração de capital** (Harvey, 1992), atrelada à concepção de que as mesmas atuem como focos de resistência frente à tendência de formação do mundo globalizado, usando para isto a **força do lugar, singular e defensável**.

Os centros históricos passam a ser representações destes espaços, como **áreas específicas de imagens específicas** (Harvey, 1992). No âmbito das recomendações patrimoniais, atesta-se que estes conceitos se aproximam do que a Carta de Lisboa de 1995 indica como a **qualidade do lugar**, tendo como premissa a valorização do espaço. O referido documento irá indicar também, para um bom desempenho das atividades, o **preservar dinamizando**, procurando afastar os núcleos históricos da condição de espaços amorfos. A prática do planejamento urbano é evidenciada como forma mais eficaz para um bom reordenamento do espaço, através de seu desenvolvimento racional e a inserção das questões relacionadas ao patrimônio histórico dentro desta discussão.

²⁶ Estas premissas estão relacionadas com a teoria dos valores apontada por Riegl, em 1902, que contesta a canonização/elitização vigente em relação ao culto aos monumentos. Em contrapartida, Riegl, aponta para uma concepção relativa destes valores, em detrimento da concepção absoluta. Numa abordagem contemporânea, a **Arquitetura Menor** surge como algo que merece atenção, dado o seu valor como representatividade dentro de um determinado processo cultural.

Diante destas premissas, atesta-se que tanto a abordagem no âmbito das práticas preservacionistas como a prática atual da política de planejamento urbano terão em comum a necessidade de se privilegiar o **lugar**, seja através da valorização do patrimônio cultural, através de práticas como o Tombamento, seja através do incentivo à prática do desenvolvimento local e sustentável, aparentemente atribuindo mais “força” aos poderes municipais, e por conseguinte, a população.

A cidade de Icó está inserida dentro das duas políticas visto que foi considerada Patrimônio Nacional pelo IPHAN em 1997, e contemplada, desde 1996 pelo Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará – PROURB – numa ação conjunta entre Governo do Estado do Ceará e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, inserido-se desta forma em dois programas de valorização de **qualidade do lugar**.

O desenvolvimento deste capítulo estabelecerá as seguintes questões: entendendo que IPHAN e PROURB serão os agentes que irão atestar e definir a **qualidade de Icó como lugar**, como serão estabelecidos os parâmetros de definição? Para quem são direcionadas as ações? As intervenções – em projeto e as realizadas – enfatizam a essência/singularidade do lugar?

Em primeira instância, verifica-se o posicionamento da instituição IPHAN como detentora do saber intelectual e especializado, que, se apresentando como autoridade maior neste processo, acaba por transformar a condição do saber também no estabelecimento do poder, em diversas circunstâncias. Este aspecto irá indicar o direcionamento dado ao referido órgão na caracterização do **lugar**, como **espaço de representatividade histórica**. Esta

leitura, como se verá, será utilizada como “padrão” pelos demais agentes envolvidos no processo e, no caso específico do PROURB, será utilizado como alibi para caracterização do **lugar como espaço de competitividade**.

III.2. A ação do IPHAN: entre o tradicional e o (re)inventado.

III.2. 1. O poder de seleção – O tombamento: justificativas e delimitação das áreas de proteção.

A primeira instância do poder e do saber especializado difundido pelo IPHAN manifesta-se a partir dos estudos para tombamento, cujo resultado se faz materialidade com o traçado da poligonal delimitando as área de proteção – rígida e entorno, sendo o desenrolar deste processo orientado pelos preceitos regidos pela definição da Carta de Veneza. Como justificativa, pautada em conciso inventário e na delimitação da poligonal de tombamento e de entorno, a documentação apresentada pelo IPHAN 4^a.CR vai seguir as mesmas premissas já indicadas, com ênfase à cidade-documento relíquia do passado:

“A 4^a Coordenação Regional entende que o quadro da preservação urbana instituída pelo IPHAN a partir do tombamento em 1938, de seis cidades em Minas Gerais, não estará completo em sua atual evolução conceitual sem a proteção de núcleos urbanos que documentem a árdua conquista do sertão nordestino. Sem nenhuma dúvida, o conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó é um elemento fundamental na documentação deste significativo capítulo da história do país. A inclusão do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó no rol dos bens que compõem o patrimônio cultural da nação, se impõe com evidência. O melhor da arquitetura feita tradicionalmente no Ceará, inclusive no popular, concentra-se no conjunto de suas ruas cujo tombamento é mais que oportuno.” (IPHAN, 1996:34/36).

Estes aspectos são corroborados pelos diversos pareceres que recomendaram a homologação do processo, onde podemos citar o parecer de 17/10/1997, que destaca a importância do tombamento através: da representatividade do espaço no que diz respeito ao processo de povoamento e consolidação do interior do país e do Estado do Ceará; a riqueza arquitetônica e urbanística do espaço, como fonte documental; a permanência do seu traçado urbano original, facilitando a identificação e delimitação do “centro histórico”.

O documento acima é corroborado pelo parecer de 24/10/1997, denominado Impressões da Cidade, onde a arquiteta Cláudia Girão Barroso, chefe da Divisão de Proteção Legal – DEPROT – relata sua visita a cidade, concluindo que:

“O conjunto arquitetônico e urbanístico dessa cidade que surgiu no caminho do gado e se expandiu com as plantações de algodão, bem como com a comercialização de produtos de outras plagas, conforma uma paisagem urbana peculiar, assinalada pela força dos contrastes que sintetiza.”
(Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº O65/97, de 24 de outubro de 1997, p.17).

Pautados nesta documentação, estabelece-se a delimitação da poligonal de tombamento em suas instâncias: tombamento rígido, entorno e monumentos isolados. O “espaço preservável” se aproxima muito do delimitado pelos edifícios analisados por Rescala em 1941 e pré-estabelecidos nos estudos realizados pelo IPHAN a partir do ano de 1978, durante a fase de pré-tombamento, se concentrando na formação do espaço pecuarista – século XVIII – e suas eventuais transformações relacionadas com o processo civilizatório vinculadas à política do Império, pelas quais passaram as cidades brasileiras no século XIX. (Mapas 12 e 13 – fig. 45, p.106).

A justificativa de tombamento entretanto não é direcionada para a análise da cidade no contexto atual, com problemáticas resultantes das transformações ocorridas em períodos recentes, onde os vetores de ordem sócio-econômicos irão configurar importantes transformações no espaço urbano, tendendo a depreciação do mesmo. Podemos destacar a inserção do perímetro irrigado Icó/ Lima Campos e seus reflexos de ordem sócio-econômica – aumento do contingente populacional representando um excedente de mão-de-obra que irá gerar o aumento das atividades no setor informal.

Além do mais, apesar da preocupação de se vincular a preservação do referido núcleo histórico às abordagens conceituais contemporâneas através da ênfase na riqueza arquitetônica e urbanística do espaço como fonte documental, pode-se perceber ainda uma tendência a se valorizar os espaços como monumentos a retratar a imagem de fausto e magnificência do passado. É o que se atesta quando se depara com a não inserção do traçado da Rua Dr. Inácio Dias na área de tombamento rígido, visto que este espaço caracteriza o caminho do gado e escoamento das boiadas, a forma mais completa da apropriação do espaço e marca indelével da presença do boi no quadro urbano.

E se o Parecer de 24/10/1997 atesta, por um lado, esta condição quando relata que

“... Não foi, contudo, a Igreja Matriz, nem a Casa de Câmara e Cadeia ou qualquer outra construção que se pretendeu destacar no núcleo da vila criada em 1736, mas o próprio arruamento, amplo o bastante para comportar fluxo contínuo de manadas e tropeiros nas estradas que para ali confluíam. A amplidão da rua Dr. Inácio Dias realmente surpreende, sobretudo quando comparada à pequenez do casario. A própria Matriz que serviu de referência para a ereção da vila acaba por se subjugar espacialmente a esse eixo largo e longitudinal que domina a paisagem e testemunha o planejamento norteado para o desenvolvimento de uma sociedade urbano-rural pecuarista que,

mais tarde, esgotados os pastos, voltou-se para a agricultura, dedicando-se à produção do algodão”

(Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº O65/97, de 24 de outubro de 1997, p.03)

... por outro, busca justificar a não inserção deste espaço na poligonal de uma forma que se deixa implícita a prioridade dada ao histórico e monumental, apologético e previsível, sem maior vínculo com o presente e com os eventuais perigos em relação à perda da qualidade ambiental, como é o caso da construção da Igreja Nova, visto apenas como elemento de divisão do espaço:

“Prossegue-se pela rua Dr. Inácio Dias e o cenário urbano se modifica. A par de alguns sobrados e casas assobradadas, ali predominam as ‘pequenas casas térreas, de pouca frente, muito fundo e duas águas apenas, alinhadas ao longo das ruas’, lembrando a conhecida definição de Lúcio Costa .(...) Ao se percorrer metade dessa extensa rua, passa-se por outra igreja do Senhor do Bonfim, conhecida como ‘igreja nova’ ... [que] ... constitui-se na única edificação a se situar no eixo da rua Dr. Inácio Dias, indicando , por sua implantação e dimensões monumentais, o propósito oficial de se dividir a rua em dois ainda amplos mas distintos conjuntos de praças, demarcando dessa forma o final do agrupamento que começa no Largo do Theberge, próximo à primitiva Matriz, para o qual a igreja nova é voltada. Esse sítio, coincidentemente, corresponde à ocupação mais antiga da cidade ...[além do mais] ... a ausência de construções que possam constituir referenciais urbanos expressivos (...) mais fazem pensar em fim, do que em início de rua [justificando-se assim porque] ... a indicação de tombamento restringiu-se à parte mais antiga e o perímetro não inclui a igreja nova e o prosseguimento da rua Dr. Inácio Dias”. (Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº O65/97, de 24 de outubro de 1997, pp.09/10/26).

III. 2.2. O poder de persuasão: discurso e ação como agentes conscientizadores.

Em termos legais, a homologação deste processo passa a dar pleno direito à instituição, de estabelecer regras e parâmetros de intervenção na área tombada. Neste sentido é imprescindível que, para um bom controle de normatização do espaço, haja uma boa articulação entre as instâncias dos poderes públicos. O que se percebe, entretanto, é a predominância do poder decisório do IPHAN, pautado neste saber especializado: além de “orientar” as diretrizes que irão reorganizar o espaço – através da influência no corpo das propostas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – transformando o “diálogo” em absorção de idéias”²⁷, a instituição detém poderes de embargo de obras irregulares, como atesta o caso da intervenção no Mercado Público, proposta e iniciada pela Secretaria de Obras da Prefeitura, sem o devido aprovo do IPHAN, ou seja, sem o propalado diálogo.²⁸

Este saber, entretanto, dentro da política que atesta a “força do lugar”, necessita ser “democratizado”, ou seja, a **participação local** é um aspecto que precisa ser evidenciado, através do diálogo. A elaboração do documento intitulado **Icó: Patrimônio de Todos – roteiro para a preservação do patrimônio cultural** se apresenta como um dos elementos que irá buscar este diálogo com a população, no intuito de colocá-la a par do que seja

²⁷ Para atestar este fato, basta consultar documentos preparados pelo IPHAN, como o intitulado Dossiê Icó (2000), que tem a sua redação praticamente “transportada” para outros documentos, como no caso, para o TDR / Largo do Theberge (2001), a ser analisado mais adiante.

²⁸ Alguns ofícios expedidas pelo IPHAN, endereçados à Prefeitura Municipal de Icó e a população em geral, deixam claro o estabelecimento de tais poderes: o Ofício no.261/97 de 07/11/97, dá conhecimento da homologação do tombamento e informa a necessidade de que **todas as intervenções nesta área deverão passar pelo crivo da instituição**; já o Ofício no. 028/98 de 12/03/1998, informa que a planta enviada à Prefeitura contendo a delimitação da Poligonal de Tombamento deverá servir de subsídio à produção de **normas e critérios** por parte da Coordenadoria Regional, e que estas **deverão ser observadas e respeitadas nos âmbitos das Posturas Municipais**.

Patrimônio e o porquê da necessidade de sua preservação. Porém, questiona-se a forma de implementação deste diálogo, no sentido do estabelecimento do caráter de **verticalidade** como as questões são formuladas. A participação local nestes casos ainda se restringe ao mero **recebimento de informações**, no que diz respeito às ações a serem concretizadas.

A dupla função do estabelecimento do diálogo e do caráter conscientizador também vai estar presente nas intervenções realizadas pelo IPHAN no referido centro histórico, conforme indicado nas propostas de restauro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação, onde fica clara a intenção de se despertar na população ...

“... uma nova consciência preservacionista de que será objeto o próprio sítio histórico onde vários edifícios públicos e privados reclamem intervenções semelhantes, que, em conjunto, conformam um importante projeto de estruturação e de desenvolvimento sustentável para o município” (Jornal O Povo, matéria O Barroco Sertanejo, 14 de abril de 2000).

É através destas intervenções que o discurso vai estar exposto sob forma material, palpável, real. Nelas também estarão explícitos o **saber especializado** em sua concretude, funcionando este como elemento direcionador da transformação do espaço. A lógica destas intervenções priorizará os prédios públicos, visto que os mesmos deverão funcionar como veículos propagadores, ou agentes conscientizadores.

Dentro desta premissa, estabelece-se uma hierarquização, onde os **edifícios destacados** são priorizados como elementos que atestam a condição de **espaço tradicional** que tende a ser **recuperado**. Podemos tomar como exemplo os trabalhos de restauro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação, um dos edifícios com mais força simbólica na cidade, como

marco do surgimento do povoado e palco dos atos de religiosidade ligados ao cotidiano da vida sertaneja. A proposta de restauro foi endossada pela comunidade através de abaixo-assinado confirma o valor aferido a esta edificação.

Era necessário, portanto, que o IPHAN demonstrasse, a partir desse restauro, os meios a serem utilizados em suas propostas de intervenção, pautados no caráter de cientificidade²⁹ postulados pela Carta de Veneza de 1964: *“As obras ora utilizadas tiveram o caráter de restauro, observando-se porém intervenções posteriores que deixaram a marca de seu tempo e não comprometam a leitura do monumento”*. E prosseguindo, percebe-se que todo o trabalho foi pautado em *“...informações históricas referentes ao edifício ...(e) ... prospecções ... (executadas) ... durante as obras de restauro”* (Jornal O Povo, matéria *O Barroco Sertanejo*, 14 de abril de 2000). (ANEXO 02, p.177).

Munidos com este aparato documental, os técnicos do IPHAN buscaram justificar perante a comunidade, as intervenções feitas no edifício, que ora tendiam à volta da forma original – madeiramento do telhado refeito, deixando-o à mostra; portadas que buscam o aspecto original; paredes caiadas e portas pintadas de verde, resultados da prospecção – ora atestam e denunciam as intervenções posteriores e contemporâneas – a arcaria que foi aberta posteriormente, que foi preservada, deixando-se, no entanto, registrada a marca da antiga parede no piso; a colocação de um novo piso mais compatível com a “singularidade” do

²⁹ Atesta-se tal caráter de cientificidade, amparado nos postulados da Carta de Veneza: *Art. 2º. – A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e todas as técnicas que podem concorrer para o estudo e a proteção do patrimônio monumental; Art.9º. – A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito pelo material original e pelos documentos autênticos. Termina aonde começa a hipótese.”* (CARTA DE VENEZA, apud RPSPHAN no. 22, 1987: 106).

edifício, no caso, uma lajota similar à original que foi encontrada na prospecção, porém, optou-se por não restaurá-la visto que se encontra um palmo abaixo do nível do piso atual; nichos de madeira contemporâneos, porém, “*integrados à antiga arquitetura*”, realizados devido à impossibilidade de se restaurar os originais. (Figs. 46 a 52, p.113)

Este caráter de conscientização não é exclusividade apenas dos espaços tradicionais. Podemos constatá-lo também em intervenções contemporâneas, como é o caso do Projeto para a Câmara dos Vereadores de Icó. Intenção antiga, o projeto foi pensado, a princípio, a partir de estudos realizados por técnicos da prefeitura, para ser executado em terreno localizado na av. Ilídio Sampaio, em área protegida pela poligonal de tombamento. Analisado pelo quadro técnico do IPHAN, obteve reprovação e, a partir de então, foi elaborado outro projeto que partiu da tentativa de reconstituição da fachada do antigo sobrado, haja vista a existência de documentação que comprovasse as características do edifício antigo.

O resultado – inserido no que enquadro como elemento caracterizador do **espaço tradicional (re)inventado** – hoje já faz parte da paisagem do núcleo tombado, paisagem esta que tende para a formação de um cenário que evidencia a nostalgia do passado, porém, segundo os próprios técnicos do IPHAN, consegue um diálogo mais aproximado com a comunidade, apesar deste diálogo ter a característica de ser “*recusado a um público que não adquiriu, geralmente, por si próprio, esta linguagem e estas referências, (...) e que, na ocasião, se deixa iludir pela promessa de uma semantização fácil*” (Choay, 2000: 201). (Figs. 53 e 54, p.114)

Dentro do exposto, colocam-se algumas questões: O caráter conscientizador atribuído às intervenções em prédios públicos está cumprindo o objetivo? O esperado diálogo, se estabelece sob quais parâmetros?

A análise do documento intitulado **“Guia para formação de Processo”**, de 17/11/1999, apresenta condições para elucidação das questões. O referido documento consiste em um pedido de autorização – assinado pelo proprietário, João Francisco Farias da Costa – para projeto de reforma e ampliação de um prédio residencial, situado à Rua Ilídio Sampaio, 1944, já em andamento, mas suspenso por determinação do IPHAN, *“para melhor adaptação dentro dos padrões legais defendidos por este Instituto”*. Tendo em vista a apresentação de um novo estudo por parte do IPHAN, o proprietário solicita que a nova sugestão leve em conta *“um projeto que venha dar uma ampla visibilidade e conforto à sua família”*. O mesmo informa que a construção já tinha sido iniciada, antes do *“mapeamento idealizado por este Instituto”*, fato atestado em declaração em anexo.

Como resposta ao pedido, o Superintendente do IPHAN 4ª.SR envia Ofício no. 210/99 de 07/12/1999, onde coloca os seguintes pontos: ressalta que o processo enviado pelo proprietário não passou pela ciência e registro da Prefeitura Municipal e pede especial atenção ao prefeito e à Secretaria de Obras *“quanto às sugestões contidas no Parecer, bem como aos procedimentos relativos à organização dos processos de fiscalização e registro das obras, que doravante deverão ser seguidos por esta municipalidade”*. Anexo a este Ofício, um Parecer datado de 29/11/1999 assinado pela arquiteta Célia Perdigão, que encaminha a sugestão para intervenção na referida obra, atestando que em pesquisa no arquivo da 4ª.SR, *“a feição do imóvel no.1944, anterior à reforma”*, que deverá orientar a

intervenção nos seguintes aspectos: a fachada deverá voltar à feição mais próxima daquela que apresentava antes da reforma; o telhado deverá ser rebaixado e recuado, ficando a varanda a descoberto; o acesso ao pavimento superior deverá ser reorganizado na busca de uma recuperação parcial da composição estilística original da fachada. (Figs. 55 a 57, p.117)

O diálogo pretendido tende a ser mais “aproximado” quando se constata que a documentação referida acima não se apresenta como fato isolado, visto que já se percebem outras intervenções em propriedades privadas com as mesmas premissas da **recomposição estilística**. (figs. 58 e 59a,b – p.118)

Entretanto, esta ação não é tida como unanimidade. Podemos atestar tal fato diante das recentes intervenções – justamente na área ocupada pela classe popular, a Rua do Meio – onde não se respeita a tentativa de diálogo imposta de cima para baixo, tendo como consequência o embargo de tais construções.



Fig. 58 – Rua 7 de Setembro em 1993



Fig. 59a – Rua 7 de Setembro em 2001. A reforma da edificação à esquerda demonstra a “imposição” das idéias preconizadas pelo IPHAN.



Fig.59b - Detalhe do edifício à rua 7 de setembro – consequência da imposição do risco.

O fato é que constata-se em Icó, transformações que, baseadas nas premissas indicadas pelo IPHAN, órgão responsável pela difusão do saber, atestam duas vertentes: a **recuperação do espaço tradicional**, representativa do passado próspero, para onde está direcionado o sonho de um futuro promissor e cujas premissas de reorganização do espaço deverão tenderem para a ênfase da busca da **representação** desta imagem, ou seja, em busca da **(re)invenção da tradição e do espaço tradicional**.

A definição do lugar para o IPHAN resume-se portanto no atestar o valor do espaço como **representatividade histórica**, onde não se percebe uma preocupação mais ampla com a **cidade do Agora**, que atesta problemáticas urbanas relacionadas com a dinâmica do espaço. Em suma, privilegia-se o **espaço da representação** frente à **prática cotidiana**, evidenciando o **triunfo da forma**. Esta definição de **lugar** será utilizada, pela prática do planejamento urbano – através dos planos de ação orientados pelo PROURB – como elemento de caracterização do espaço como pólo de atração de capital, ou seja, o lugar passa a ser vinculado ao conceito de **competitividade**.

III.3. O Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará – PROURB: em busca da qualidade do lugar através do desenvolvimento sustentável e desconcentrado.

Diante destes aspectos retomo as questões relacionadas com as modificações administrativas que irão direcionar a prática do planejamento urbano no Brasil a partir dos anos 80, pautadas numa tentativa de descentralização político-administrativa dos Estados a evidenciar um maior poder de participação da instância municipal, em termos de captação de recursos financeiros. O Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará – PROURB

– se encaixa dentro desta política de planejamento, tendo como objetivo geral “a recuperação de áreas degradadas com a execução de obras de infra-estrutura e recuperação urbana”(Plano Estratégico – PES, 2001:03), apontando como caminho a ser seguido, a busca de um **desenvolvimento sustentável e desconcentrado**, dentro de uma caracterização do lugar como “*elemento propulsor das novas estratégias perseguidas pelos administradores públicos e a economia urbana, promovendo um melhor nível de competitividade*” (Plano de Estruturação Urbana – PEU, 2001: 07). (O grifo é nosso)

Este programa passa a contemplar 44 municípios do Estado do Ceará, dentre os quais o município de Icó.³⁰ A partir de 1996 começa a ser elaborado o **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**, tendo como elementos constituintes o **Plano Estratégico** e o **Plano de Estruturação Urbana**.³¹ Estes dois documentos constituem elementos de análise prioritária, visto que se tornam base para o processo de transformação / requalificação do espaço, estando a área reconhecida como Patrimônio Nacional inserida nestas questões. Entretanto, antes de qualquer análise sobre os referidos documentos, é preciso direcionar o pensamento para a forma como estão sendo encarados dentro do processo, os termos **sustentabilidade e descentralização**.

³⁰ A inserção do Município de Icó é justificada pela inclusão de um dispositivo na Constituição Federal de 1988, determinando que todos os municípios com população urbana superior a 20 mil habitantes teriam que elaborar e implantar o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

³¹ A conclusão do referido documento só veio a se efetivar no ano de 2001. Chamo a atenção do leitor que a partir deste momento passarei a denominar o Plano Estratégico – **PES**, e o Plano de Estruturação Urbana – **PEU**.

III.3.1. Desenvolvimento local e sustentável: utopia do terceiro milênio?

Pautado na definição de desenvolvimento sustentável como *“aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”*(Silveira in Rodrigues, AB.,2000: 89), evidenciando-a como uma nova utopia, conceito este utilizado no sentido de ser *“a expressão de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade que existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e porque merece a pena lutar”* (Rodrigues, AM. in Rodrigues, AB.,2000: 44), atesta-se a necessidade da busca por essa utopia, porém coloca-se a condição imperiosa de incorporação das idéias às políticas e práticas do planejamento territorial em nível local, sob o risco do discurso da sustentabilidade se transformar em mera retórica:

“Deter-se no lugar significa abandonar a crença predominantemente nas soluções pretensamente universais e opor-se a fórmulas externas. Há que confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação dos seus problemas e na tentativa de soluções originais, com base na sua própria experiência e na de outros grupos similares” (Rodrigues, AB in Rodrigues, AB.,2000: 58).

É necessário apontar para a condição de que os investimentos a serem realizados nas cidades não se relacionem apenas às atividades produtivas mas também a todas que podem possibilitar e/ou permitir o pleno desenvolvimento da capacidade de pensar, inquirir, questionar. O privilégio deve estar na capacidade de **ser** perante o **ter**.

Por fim, o desenvolvimento pretendido deverá ser visto como processo de superação dos problemas sociais onde o aumento da produção e o processo técnico deverão atuar como meios e não como fins, sendo o atendimento das necessidades humanas não só metas mas o próprio motor de desenvolvimento do processo.

III. 3.2. Intenções de valorização da qualidade do lugar em Icó através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Como discurso, a política do desenvolvimento sustentável apresenta cinco objetivos básicos: preservação e conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo; qualidade de vida. Estes pontos podem ser vistos com clareza na indicação da sustentabilidade como novo paradigma do desenvolvimento, citada no Plano de Estruturação Urbana de Icó:

“A sustentabilidade ... no seu conceito mais amplo engloba, não somente, a recuperação e preservação do patrimônio arquitetônico, histórico e natural, como também, a equidade e justiça social na partilha dos recursos econômicos tendo cinco abrangentes diretrizes: conciliação da conservação e do desenvolvimento; satisfação das necessidades humanas básicas; provisão de liberdade social e diversidade de cultura; e manutenção da integridade ecológica” (PEU, 2001:11).

Baseada nesta conceituação de desenvolvimento sustentável, a equipe responsável pela confecção do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó³² elabora o seu Plano

³² Planos Técnicos do Brasil, tendo a frente a arquiteta Maria Clara Caminha.

Estratégico, sendo suas diretrizes subsídios para a elaboração e implementação das demais etapas do PDDU, o Plano de Estruturação Urbana – PEU – e a seleção dos Projetos Estruturantes e elaboração dos respectivos Termos de Referências – TDR.

Como elemento de modernização pautado na política do desenvolvimento sustentável, o PDDU atuará como maneira mais eficaz de reversão do quadro de estagnação e decadência pelo qual atravessa o município, apoiando-se nos seguintes aspectos:

- Necessidade da articulação entre os poderes públicos, onde é colocada a posição política do Governo do Estado, de incentivar a **descentralização** das decisões, preconizadas pela prática do desenvolvimento local e sustentável, bem como ao incentivo à atuação da iniciativa privada, de maneira integrada às intenções e ações desenvolvidas pelos demais poderes públicos.³³
- Capacitação da população local para o aproveitamento das oportunidades de geração de emprego e renda, associando estas à redução do analfabetismo, a melhoria de qualidade do ensino fundamental e a oferta de oportunidades de capacitação profissional de nível médio e superior, em áreas de conhecimento ligadas às

³³ Algumas críticas são reservadas ao tipo de descentralização preconizada por iniciativa dos Governos de Estado, no sentido de funcionar como uma nova estratégia de manipulação da opinião pública, através de uma idéia “maquiada” de gestão participativa local durante o processo. Para Rodrigues, “*ao nosso ver a intervenção tem caráter paternalista e, portanto, autoritário, uma vez que o movimento é desencadeado por agentes estranhos ao grupo*” (Rodrigues, AB in Rodrigues, AB. , 2000: 62) (O grifo é nosso). No caso do PROURB, lembrar que o plano obtém financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – ou seja um destes agentes externos. Lembrar também que a área tombada pelo IPHAN por conta de seu valor como Patrimônio Nacional, possui uma verba destinada às intervenções que provém de outro agente externo, o Projeto Monumenta. Por outro lado, a inserção destes agentes externos e da iniciativa privada tem como justificativa básica a insuficiência orçamentária dos órgãos públicos para a realização dos referidos projetos.

vocações identificadas. Também dentro deste contexto enfatiza-se a questão da **participação local** como premissa básica para o bom desempenho da prática do desenvolvimento com base no lugar.³⁴

- Necessidade de intervenções governamentais direcionadas à obras de infra-estrutura – melhoria dos meios e vias de transporte; projetos de drenagem e sistemas de abastecimento d'água; implantação do esgotamento sanitário – além de ações públicas para reverter o quadro de degradação de áreas ambientais.
- Modernização do setor agroindustrial e aproveitamento das potencialidades do setor agropecuário, notadamente a bacia leiteira, estes dependendo basicamente da oferta de água dos reservatórios hídricos, que segundo o próprio Plano Estratégico, estão bastante comprometidos:

“O incremento de novos projetos e ampliação de alguns projetos em operação, inclusive os preconizados pelo PDDU, necessitarão da conclusão do Açude Castanhão e da construção da nova Jaguaribara, e eventualmente até da transposição das águas do Rio São Francisco. Em outras palavras, o fomento e ampliação do abastecimento de água e da agricultura irrigada no Estado do Ceará e município de Icó, obrigatoriamente, passarão pela consolidação desses dois empreendimentos hídricos governamentais de abrangências estadual e interestadual, proporcionando o aumento da oferta de água para usos múltiplos”(PES, 2001:08).

³⁴ Entretanto, não é demais lembrar a questão colocada por Silveira: *“que se deve deixar clara a distinção entre a participação ampla em todos os estágios do processo de planejamento, implementação e controle de ações de desenvolvimento, e a simples manipulação de recursos humanos para a implementação de projetos, programas ou planos turísticos concebidos de fora e impostos à população de forma mais ou menos autoritária”* (Silveira in Rodrigues, AB., 2000 : 96/97).

- Incremento da atividade turística no município: constatado que o turismo caracteriza-se como *“um dos segmentos mais dinâmicos e capaz de responder, no curto prazo, aos investimentos públicos e privados, em termos de geração de renda e emprego”* (PES, 2001:12), evidenciando-se a possibilidade de inserção desta atividade no processo de desenvolvimento em busca do caminho mais rápido para que se atinja a meta desenvolvimentista aspirada, toma-se como base o rico acervo arquitetônico aliado aos recursos naturais, para os quais devem ser voltadas as propostas.³⁵ (ANEXO 03, págs. 178 a 180)

III. 3.3. Justificativas para a implementação da atividade turística em Icó: “estratégias de convencimento”³⁶.

A condição de importante acervo arquitetônico cultural de Icó é incontestável, haja vista a sua posição como Patrimônio Nacional desde 1997. Há que se considerar, entretanto, que o município está situado numa região inóspita, em pleno Polígono das Secas, e com uma considerável distância da capital do Estado – cerca de 375 Km.³⁷ É necessário, portanto, uma política que justifique tal empreendimento, o qual estou denominado de **estratégias de**

³⁵Consta no Plano Estratégico dados referentes a estudos realizados pela Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Ceará – SECULT – que identificaram no município de Icó seis âncoras para o desenvolvimento turístico: cultural, esportivo, de lazer, de negócios, rural e religioso. Dentre estes, enfatizam-se o cultural e o rural, ou seja, “o rico acervo arquitetônico aliado aos recursos naturais” preconizados, os quais serão objetos de projetos prioritários, conforme será visto adiante. A consulta ao ANEXO 03 esclarece a ênfase dada à relação entre turismo e valorização do patrimônio cultural, ou seja, da desdiferenciação entre condição econômica e condição cultural da cidade.

³⁶ Ver nota de rodapé, no 16, capítulo I

³⁷ O próprio IPHAN, em documento endereçado a Secretaria de Turismo do Governo do Estado – SETUR – enfatiza esta problemática. (Dossiê IPHAN, 2000).

convencimento, tendo os poderes governamentais fundamental importância, ao atuarem como principais articuladores.

O IPHAN, a partir do reconhecimento e do tombamento do núcleo histórico como Patrimônio Nacional, utiliza o espaço como base para angariar recursos providos do Ministério da Cultura e do BID – através do programa Monumenta – e procurará vinculá-la a atividade turística, funcionando o referido espaço como atrativo, na justificativa de que tal empreendimento irá propiciar “*o fortalecimento de cidades históricas com a geração de emprego, criação de renda e qualificação de pessoal*” (Jornal o Povo, 13/11/2000). A mesma matéria atesta que o município já conta com vários projetos articulados pelos poderes públicos competentes, dentre eles os órgãos subordinados ao Governo do Estado – Secretarias de Cultura e Turismo. (ANEXO 04, p.181)

Estes projetos foram viabilizados por conta do novo processo de desenvolvimento das atividades do turismo no âmbito estadual, que preconiza a política de interiorização da referida atividade, tal como afirma o Plano de Estruturação Urbana:

“O Município deve assumir o controle de seu desenvolvimento urbano, a partir das potencialidades de suas atividades, recursos naturais, patrimônio arquitetônico e localização geográfica, aproveitando os novos vetores de estímulo ao desenvolvimento da indústria trazidos pelo suporte da SDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico) do Estado do Ceará e de desenvolvimento das atividades do turismo salientando a grande potencialidade do Município e a política de interiorização do turismo proposta pela SETUR (Secretaria de Turismo do Estado) (PEU,2001:16) (o grifo é nosso).

Em outras palavras, evidencia-se a partir de então não só o mar, mas também serras e sertão (ANEXO 05, p.182). A atividade turística aparece, neste âmbito, como solução decisiva para o rápido desenvolvimento econômico, sobressaindo-se sobre as demais atividades propiciadoras do propalado desenvolvimento.

É neste sentido que se colocam as proposições do Plano Estratégico – funcionando este como instrumento de ação do Governo do Estado – indicando a atividade turística como meio de atração e a “cultura”, representada pelo acervo arquitetônico como o “objeto”:

*“Icó integra o elenco dos vinte municípios históricos no Brasil, selecionados pelo Ministério da Cultura para ter prioridade nos investimentos destinados a restauração do acervo arquitetônico e cultural. Icó figura, ainda, como o único município cearense incluído no programa desse ministério. (...) A transformação de Icó em um destino turístico, no entanto, está condicionado à transformação dos elementos da cultura e os atrativos em atrações turísticas. (...) Com efeito, esses atrativos culturais, para trazerem resultados no campo do turismo, deverão ser estruturados como atrações turísticas, que comporão a matriz econômica do município. **A transformação dos atrativos em atrações fomentará diversos outros segmentos da economia do município, como a agricultura, o comércio, os transportes e os serviços em geral**” (PES, 2001:12) (o grifo é nosso).*

A posição da Prefeitura Municipal de Icó, estampada em seu plano de governo para o período 2001/2004, evidenciando a importância do turismo como maior fonte empregadora do mundo e a posição de Icó atestando potencialidades de sobra para atrair turistas nas áreas de eventos e cultura, irá corroborar com a já indicada estratégia de convencimento.

Sob esta ótica, passa-se a evidenciar o acervo arquitetônico como elemento de destaque – ou atrativos – bem como estabelece-se , dentro do Plano Diretor de Desenvolvimento

Urbano, diversas propostas de valorização do mesmo, através dos Planos de Prioridades. (ANEXO 06, p.183)

A análise destas propostas irá estabelecer a relação que se busca entre as questões preservação e valorização do espaço como forma de **requalificação da área**, através da prática da atividade turística, ou seja, voltamos novamente a relação de identificação entre **qualidade de vida e qualidade do lugar, sustentabilidade e turismo**. Vejamos: conforme indica o Plano de Estruturação Urbana, deve-se entender o reconhecimento da importância do **lugar** como elemento propulsor de novas estratégias em prol de um melhor nível de competitividade, passando este pensamento pela importância da intervenção do desenho na paisagem, a reorganizar o espaço urbano, oferecendo *“possibilidades de desenvolvimento e o pleno exercício da cidadania, dentro do conceito da auto-sustentabilidade”* (PEU, 2001:07).

Como pressupostos para que Icó possa atingir esta sustentabilidade, encontramos ênfase na relação complexo cultural / patrimônio ambiental, qualidade de vida e atratividade turística, bem como a inserção na rede cultural de fluxos econômicos, de capitais, mercadorias e serviços destacadamente os relacionados ao turismo e ao lazer. Dentro destas premissas estarão direcionados os planos de prioridades, que têm como objetivo a intervenção na paisagem, evidenciando a partilha “saudável” entre atividade turística, desenvolvimento sustentável e patrimônio cultural, no intuito de se chegar a uma qualidade de lugar, através da requalificação de áreas degradadas.

Mas será esta uma partilha que poderemos considerar “saudável”? Será alcançada, realmente, uma Qualidade de lugar? Estará se reconhecendo este lugar como **singularidade**?

Abro esta discussão a partir da análise das propostas de prioridades estabelecidas pelos documentos constituintes do PDDU – Plano Estratégico, o Plano de Estruturação Urbana e o andamento do processo através dos Termos de Referência – respaldados pela conceituação e atuação do IPHAN como órgão responsável pelas ações dentro da área tombada. Considero, entretanto, que antes da análise das intenções e do ato preservacionista em vigor, será preciso direcionar algumas questões que dizem respeito a relação **patrimônio cultural, sustentabilidade e turismo**.

III.3.4. Turismo e (in)sustentabilidade: algumas considerações

De início constata-se uma orientação global destes planos de desenvolvimento, em priorizarem a atividade turística como solução decisiva para o rápido desenvolvimento socioeconômico, em detrimento de outras atividades – fato indicado no próprio Plano Estratégico de Icó. Neste sentido, tal ênfase poderá provocar uma *“super aceleração desta em detrimento das demais, prejudicando a própria sustentabilidade do desenvolvimento turístico”* (Beni in Rodrigues, AB, 2000: 82), no sentido que o turismo é uma atividade econômica que está articulada com os elementos gerais da produção e do consumo, portanto, sendo uma atividade que **transforma** o espaço. E estando esta atrelada às demais atividades do modo industrial de produzir mercadorias, a tendência é a mesma ocasionar a insustentabilidade, pois esta produção pode gerar **destruição**, ou **produção destrutiva**.

Este aspecto ganha mais ênfase a partir do momento que entende-se o turismo como atividade econômica que tem por base o consumo de paisagens naturais exóticas e/ou a história passada, a privilegiar a “preparação” desta paisagem para tal, evidenciando de um lado os “objetos visíveis ao olho” – na busca do “reencontro com a natureza” e com “as formas pretéritas de organização social”, ou seja, a “paisagem histórica” – e de outro, a descaracterização das relações sociais, ou do espaço vivido, definidor do lugar. Em suma, os lugares – elementos importantes do discurso da sustentabilidade – passam a ser apropriados para a prática da atividade turística de forma ressemantizada, surgindo daí uma nova paisagem, absorvendo as características da atividade que a transforma, tais como: o privilégio do **ver** em relação ao **ser**: *“O turismo cria uma idéia de reconhecimento do lugar mas não o seu conhecimento, reconhecem-se imagens antes veiculadas mas não se estabelece uma relação com o lugar”*(Carlos in Yáziqi, 1999:31); o uso efêmero do território, indicando que a paisagem é recriada apenas para se **ver** e não para se **habitar**. Entretanto, a problemática se torna mais intensa quando se anuncia que este processo do uso do território é *“efêmero para as pessoas e contínuo na materialidade do território”*(Rodrigues, AM in Yáziqi, 1999:56).

A cidade é preparada para ser consumida intensa e fugazmente pelo turista e dentro desta preparação a prática intervencionista – através do desenho – se torna instrumento poderoso e operante.

Os centros históricos como elementos constituintes do chamado patrimônio cultural passam a ser utilizados com um caráter de **servilidade** pela atividade turística, onde vai se

privilegiar a **coisa de valor** em detrimento do **valor da coisa**, pois se a escolha de um determinado valor depende de significados atribuídos a este lugar, a prática do turismo vai estabelecer um valor extremamente automático, de mera fruição, que afasta cada vez mais a apreensão destes espaços através de sua habituabilidade, substituída por uma atividade basicamente contemplativa (Benjamin, 1987; Meneses *in* Yázigi, 1999). Aponta-se então para o entendimento do bem cultural “*não como um espaço da **existência corrente** (...) mas como o espaço de **representação cultural***” (Meneses *in* Yázigi, 1999: 96) (o grifo é nosso).

Este sentido de **representação cultural** condiz com que Jameson (2000) atesta como sendo crises de valores de historicidade típicas do mundo contemporâneo, onde abole-se a capacidade de transformação do mundo através dos referenciais históricos, tratados agora como meras “*canibalizações aleatórias de todos os estilos do passado, o jogo aleatório de alusões estilísticas*”(Jameson, 2000: 45). O autor indica a relação de crise dos valores com a crise do sujeito, que inverte a noção de **significado** pelo **efeito-de-significado**:

“o que geralmente chamamos de significado – o sentido ou o conteúdo conceitual de uma enunciação – é agora visto como um efeito-de-significado, como a miragem objetiva da significação gerada e projetada pela relação interna dos significantes” (Jameson, 2000:53).

Esta alteração tende a gerar o sentido de **esquizofrenia**, ou seja, a interpretação do real através de um amontoado de significantes distintos e não relacionados:

*“com a ruptura da cadeia de significação, o esquizofrênico se reduz à experiência dos **puros significantes materiais**, ou em outras palavras, a uma série de puros presentes, não relacionados no tempo”* (Jameson, 2000:53) (o grifo é nosso).

A relação de experiência coerente entre passado, presente e futuro – também indicada por Benjamin (1987) – esvai-se na **falta de profundidade**, na fruição, na prevalência do olhar sobre o tátil.

Entendendo cultura como uma “*condição de produção e reprodução da sociedade*” (Meneses *in* Yázigi, 1999: 89), atestando-se que ocorre no momento atual uma condição de expansão da cultura por todo domínio do social, e estabelecendo que a lógica cultural intensifica as relações com o mercado – segundo Jameson(2000), a cultura vira economia e o econômico passa a ser cultural - , atesta-se que os espaços “ditos culturais”, ressemantizados para o turismo, indicam esta condição de **efeito-de-significado** ou **representação cultural**, de maneira intrínseca: “*sacraliza-se assim, tanto a natureza como a história passada, transformadas em mercadoria*”(Rodrigues, AM *in* Rodrigues, AB, 2000:49). Ainda sobre este aspecto, a prática contemporânea da “canibalização dos estilos” tende a tornar os espaços ressemantizados ao mesmo tempo “estimulantes” – voltados para o consumo, para o mercado – e “nostálgicos”, estáticos, congelados, visando ao culto museificado, a **eterna imagem do passado**, na ótica benjaminiana.

Esta forma de apropriação se afasta de maneira clara do que pretende com a prática do desenvolvimento sustentável como **requalificação da vida urbana**, baseada na **qualidade do lugar**, já que as transformações tendem a “minar” e/ou “maquiar” os espaços, destituindo-lhes de sua característica como **espaço vivido**” (Carlos, 1996), e/ou espaço de pertença e da cotidianidade (Meneses *in* Yázigi, 1999), aspectos considerados indispensáveis para a sua compreensão, como **singularidade**.

Dentro desta abordagem, parte-se então para a análise das propostas de reorganização do espaço urbano da cidade de Icó, em cima do preconizado nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, contidas no Plano Estratégico, Plano de Estruturação Urbana e Termos de Referências, estas seguindo a orientação do discurso e ação preservacionista em decurso no referido espaço, sob a competência do IPHAN.

III.3.5. Os Planos de Prioridades: necessidade de “a imagem suplantar a realidade”.

Os projetos sugeridos como prioridades para a requalificação urbana de Icó, contidos Plano Estratégico, Plano de Estruturação Urbana e Termos de Referências, ratificam a condição ocupada pela atividade turística como elemento propiciador de um processo de rápido desenvolvimento socioeconômico, haja vista a indicação intensa da utilização desta atividade no corpo das propostas, ficando as demais atividades como meros agentes servis.³⁸ E se o turismo é apresentado de maneira prioritária, o “ator” para quem se direciona a atividade como elemento consumidor do espaço a ser transformado, também deverá ser priorizado.

³⁸ Podemos atestar este fato em várias proposições, tais como: No projeto de “restauração e Conservação do Largo do Theberge”, que tem como objetivo a “*reestruturação dos espaços urbanos da área do Largo do Theberge, valorizando seu patrimônio arquitetônico e contribuindo para **incentivar suas potencialidades turísticas***” (PES, 2001:80), e cujo programa enfatiza “*a criação de uma grande área de atração para atividades relacionadas ao lazer e atividades culturais, **fomentando o setor turístico***” (PES, 2001:80); No projeto denominado “Turismo Cultural e Rural”, cujo objetivo primordial consiste em “*promover a conservação e a valorização do patrimônio arquitetônico dando à área tombada pelo IPHAN e as demais áreas a infra-estrutura capaz de **resgatar a potencialidade turística de Icó***” (PES, 2001:74); ou também no projeto denominado “Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico tombado pelo IPHAN e Demais Patrimônios de Relevância”, cujo programa consta de “*integrar as edificações tombadas formando um complexo arquitetônico que possibilite a **implantação de um roteiro turístico***” (PES, 2001:76), em prol de benefícios que visem “*qualificar o principal local de **atração turística da cidade***” como também “*dotar a cidade de melhor **estrutura urbana e identidade cultural***”(???) (PES, 2001:77). (os grifos são nossos)

Nesta abordagem, *“fragmentam-se os lugares, exclui-se o feio, afasta-se o turista do pobre, do usual”* (Carlos in Yázigi, 1999: 31). O turista é tratado como “ser superior” e a cidade deve estar preparada para ele. É neste sentido que observa-se a proposta de “Restauração e Conservação do Mercado Público”: será que dentro do objetivo mais amplo de reestruturação do edifício, permitindo sua reutilização dentro de padrões higiênicos, contribuindo para liberar as suas potencialidades turísticas – através do qual se propõe a divisão de atividades, com a construção de um novo edifício para a comercialização de peixes, carnes e hortifrutigrangeiros – não estará embutido um outro objetivo, o de afastar o turistas de algo que os seus olhos não devem ver?

E o que dizer do projeto de “Requalificação e Ampliação do Terminal Rodoviário”, que procura em uma de suas diretrizes básicas, *“promover maior conforto aos usuários, especialmente os turistas, ...(que) ... deverão dispor de um local exclusivo de embarque e desembarque”*? (PES, 2001:133) (os grifos são nossos).

O caráter de servilidade do patrimônio cultural em relação à atividade turística já foi constatado neste capítulo. A análise aqui proposta, além de ratificar tais proposições, passa também a direcioná-las, dar-lhes um sentido, no caminho da **tematização dos espaços**, baseados nos preceitos estabelecidos pelo IPHAN.

Esta condição de **espaço tematizado** desenvolve-se em dois níveis: numa primeira instância aponta-se para a busca de valorização do espaço que tem como principal elemento caracterizador o que estou denominando de **espaço tradicional**, ou seja, o espaço cujos valores simbólico/culturais estão atrelados à condição de existência do patrimônio

considerado nacional – a “cidade-documento” tombada pelo IPHAN – cuja permanência dos usos originais atestam o fortalecimento como elementos caracterizadores do lugar, consistindo estes em espaços edificados e não edificados.³⁹

Estes estarão sempre tratados de uma maneira hierárquica dentro das propostas, ou seja, será buscada de maneira clara a **recuperação** destes espaços pelo fato de serem representativos de um passado “rico, heróico e belo”. A transformação de Icó em destino turístico estará condicionada basicamente a valorização do espaço histórico, através do “desenvolvimento de **roteiros tematizados**, que recuperem e representem os principais fatos e personagens que compõem a história da colonização do Ceará e o apogeu econômico da cidade de Icó, nos séculos XVIII e XIX” (PES, 2001: 12).

Apona-se para uma idealização do espaço que aparece como **imagem recuperada** de um passado próspero, no intuito de se atingir a partir do mesmo a imagem de uma cidade com um futuro promissor, como consequência da prática da atividade turística, ou seja, definida

³⁹ Este espaço, já definido pela delimitação da poligonal de tombamento, é ratificado no Plano de Estruturação Urbana, sob forma de unidades de zoneamento: “**Unidade de Zoneamento 1 (UZ 1)** – Corresponde ao sítio histórico da Cidade de Icó, onde quaisquer intervenção urbanísticas deverão resultar numa ambiência urbana, que se harmonize com as características do setor histórico, entre outras, suas proporções, alinhamentos, materiais, padrões de insolação e ventilação e elementos paisagísticos; **Unidade de Zoneamento 2 (UZ 2)** – Corresponde à área de entorno segundo decreto do IPHAN. É proposta a ordenação desta área com o incremento das atividades comerciais e de serviços, observando as proporções de ocupação do solo, de modo a possibilitar a compatibilização de novas construções e novos usos entre a área de preservação máxima pelo tombamento e as áreas onde é admissível a renovação” (PEU, 2001: 29) (Ver Mapa 14, p.142) .

a imagem – a cidade-documento – tratar-se-á de valorizá-la, vinculada ao turismo e à tematização.

Podemos atestar a afirmativa, na proposta denominada “Turismo Cultural e Rural”, que tem por objetivo *“estruturar o turismo cultural do município, valorizando o patrimônio histórico, cultural e documental, legado dos ciclos econômicos do gado e algodão”*, e estabelece como programa a definição de *“roteiros temáticos, recompondo o trecho percorrido pelos antigos comerciantes do gado bovino, resgatando a Estrada Geral do Jaguaribe, as igrejas, os fatos e vultos históricos”*. Dentro do mesmo programa está a premissa de se *“criar um espaço público que abrigue a **reconstituição histórica de Icó**”* (PES, 2001:74) (os grifos são nossos). O espaço passa por um processo de hierarquização, onde os valores são obtidos através destes aspectos de representatividade.

A busca de valorização da imagem recuperada deste espaço abre precedente para o surgimento de uma segunda instância, onde, enfatizando-se a hierarquização indicada, as intervenções contemporâneas – seja restauro, reforma, recomposição, acréscimo, nova construção – têm o compromisso de afirmarem a imagem de cidade – documento. Em outras palavras, pautado na **recuperação da imagem** da cidade do ciclo do couro e do algodão, próspera, o **desenho da paisagem** – conforme (PEU, 2001:07) – contemporâneo, aponta para a **(re)invenção da imagem** do espaço tradicional.

Uma abordagem prioritária nestes aspectos relacionados com a definição do centro histórico como **representação**, onde o mesmo passa a ser visto muito mais como *“aquilo que parece, representa e oferece aos nossos sentidos”*(Fortuna in Fortuna, 1997:233),

afasta-se cada vez mais da necessidade do tratamento deste espaço como elemento integrante – condicionador e condicionado – da dinâmica da cidade, caracterizada por sua totalidade.

Apesar de algumas propostas indicarem a necessidade de integração entre diversos setores da cidade, não é dado um direcionamento às atividades para a execução de tais ações. O espaço continua sendo trabalhado fechado em sua característica de representatividade histórica. Poderemos perceber esta questão se analisarmos os Planos de Prioridades relacionados – direta e indiretamente – com a área tombada pelo IPHAN, tomando como espaço para análise a Unidade de Zoneamento UZ1 – correspondente à área denominada como **de proteção rigorosa** – acrescentada pelas áreas relativas à Unidade de Zoneamento UZ9 – Unidade de Preservação do Rio Salgado – e área comercial, sob a influência do Mercado Público, edifício também inserido na área de proteção do IPHAN, como **monumento isolado**.⁴⁰ (Mapa 14, p.140)

Em linhas gerais, baseados nas orientações contidas no PDDU, podemos indicar um quadro caracterizador das citadas áreas, que evidencia os seguintes aspectos:

1. Em relação à “evolução e morfologia urbana”, atesta-se, de maneira geral, “a convivência pacífica entre setores”.

⁴⁰ Foram analisadas as seguintes propostas: VL-10 – Restauração e Conservação do Largo do Rosário / Largo do Monte; VL-11 – Restauração e conservação das edificações da rua Ilídio Sampaio e rua do Meio (trecho tombado pelo IPHAN); VL-12 – Restauração e conservação do Mercado Público; VL-18 – Centro Cultural da Casa de Câmara e Cadeia; VL-.09 – Restauração e Conservação do Largo do Theberge; SL-13 – Valorização da área ao longo do Rio Salgado; TDR / Largo do Theberge.

2. O incentivo ao desenvolvimento de comércio e serviços, maiores responsáveis pelo aumento da geração de emprego e renda na década de 90, bem como pela absorção cada vez maior da mão-de-obra egressa do setor primário e do funcionalismo público.
3. Incentivo a implementação de atividades voltadas para o lazer, ao longo das vias arteriais e na UZ1; incentivo para a formação de novas polarizações comerciais de impacto urbano, através da consolidação dos eixos centrais de comércio e serviços e dos corredores de uso misto, localizados nas rodovias que cruzam a sede.
4. Com relação a área de preservação do Rio Salgado, foi atestada a necessidade de se priorizar a recuperação do ambiente degradado, *“conciliando saneamento ambiental à preservação do meio e ao aproveitamento das potencialidades turísticas locais”* (PEU, 2001:69), que irá direcionar as premissas para a proposta de “Urbanização ao Longo do Rio Salgado”, indicando para a necessidade de desassoreamento do rio, funcionando este como opção de lazer, com possibilidade de integração à área tombada, através da criação / construção de elementos como o Parque Urbano Linear e a Via Paisagística, dotando a área de infra-estrutura de apoio ao lazer e turismo.

Os aspectos relacionados com estas duas áreas e a necessidade de integração destas com a área tombada pelo IPHAN indicam a importância de se direcionar as ações tendo em vista a dinâmica dos espaços, evitando-se o entendimento dos mesmos como “acabados”, amorfos. Portanto, atreladas às propostas que primam pela “recuperação do espaço tradicional”, estas

questões referentes à dinâmica da cidade, e por consequência a integração entre os seus diversos setores, deverão pelo menos ser tratadas na mesma ordem de hierarquia.

Para evidenciar a importância destas considerações podemos nos remeter tanto a exemplos palpáveis – como no caso da invasão do comércio na área residencial do centro histórico, que contraria o que é explicitado no Plano de Estruturação Urbana (“convivência pacífica entre setores”)⁴¹ – como também ao nível de prognósticos, visto que se considerarmos a possibilidade de integração entre o rio Salgado e o Largo do Theberge (espaço extremamente propício à implantação de um parque urbano) evidentemente será necessária uma reflexão maior quanto ao futuro das quadras localizadas entre estas áreas. (Mapa 15-figs 60 e 61, p.141)

⁴¹ Aqui não me reporto apenas a considerações sobre a depreciação da **imagem** do centro histórico, como também à novas relações de uso/ocupação/parcelamento do solo, que atestam a decadência da qualidade de vida do lugar.

Entretanto – e infelizmente – é fácil perceber que as propostas tendem a evidenciar o aspecto imagético do espaço, tratado de maneira homogeneizadora, a revelar a diversidade constatada pelo próprio Plano de Estruturação Urbana. Podemos vincular esta ênfase dada ao **espaço idealizado**, tratado “*como se houvesse na sociedade lugares idílicos, sem conflitos, marcados pela natureza em estado puro, como lindos cartões-postais*” (Silva in DPH/PMSão Paulo, 1992:17) em detrimento do **espaço real**, à apologia do turismo como atividade propulsora do desenvolvimento esperado para a cidade.

Esta mesma atividade pode ser considerada também como fator preponderante para a necessidade integração da cidade numa vida contemporânea, tendo as propostas de intervenção no espaço que estarem inseridas nesta abordagem, construindo o **espaço protético** (Choay,2000). Poderemos perceber tais questões – homogeneização do espaço, hierarquização do espaço tradicional e integração entre setores pela condição imagética – de maneira mais clara analisando as propostas referentes ao setor compreendido pelas rua Ilídio Sampaio / rua do Meio e Largo do Theberge.

Tais propostas apresentam como objetivo em comum a recuperação de edificações de valor arquitetônico atualmente **degradadas**, porém dão a esta característica de degradação um enfoque que se restringe ao sentido imagético, sem uma preocupação maior em se detectar quais são as causas que ocasionam tal degradação.⁴² Para corroborar tal abordagem, atesta-se nas propostas, preocupações relacionadas à **compatibilidade visual** entre os setores, que ora instituem a demolição, ora a recomposição estilística, como maneiras de adequação ao

⁴² No meu entender esta degradação, que aparece com maior nitidez na materialidade dos edifícios, também é causada por aspectos relacionados com a funcionalidade e com o valor afetivo que são atribuídos aos mesmos.

espaço tradicional, este priorizado devido a sua característica singular, ou seja, Patrimônio Nacional.⁴³ A integração entre setores se dará portanto pela condição imagética.

Dentro deste objetivo de recuperação / adequação dos espaços, podemos perceber uma nítida disposição hierárquica com relação tanto às propostas para os espaços edificados – os monumentos são tidos como **edificações destacadas**⁴⁴, e para onde serão direcionadas as principais ações contidas nos “Projetos Executivos de Recuperação das Edificações Históricas”⁴⁵. Em geral, estas edificações são tidas como **íntegras**, na escala de

⁴³ Pode-se considerar as seguintes propostas de “compatibilidade visual” através de demolição: a demolição de edificações incompatíveis com a proposta de requalificação do patrimônio para a área tombada pelo IPHAN, contidas tanto nas propostas de restauração do Largo do Theberge, como também na restauração dos imóveis da avenida Ilídio Sampaio e Rua do Meio (PES, 2001:80); a proposta de remoção dos obstáculos visuais existentes, no projeto de “restauração e conservação do Largo do Rosário/ Largo do Monte” (PES, 2001:87); a proposta de “Recuperação, integração e compatibilização do Largo do Theberge com o Patrimônio Histórico e Arquitetônico situado em seu entorno”, contido no TDR/Largo do Theberge (2001: 04); as ações direcionadas nos projetos executivos de recuperação das edificações históricas contidas no TDR/Largo do Theberge, que Sugerem “a demolição das edificações que se configurem **obstáculo visual** no largo, tais como restaurantes ao lado e atrás do Teatro, os quiosques e a Igreja Nova(ver a propósito a sugestão de estudo de solução paisagística que evite a demolição” (TDR/Largo do Theberge ,2001: 22/23) (o grifo é nosso).

Com relação à recomposição estilística, pode-se citar dentro da mesma proposta de ação citada acima “a recuperação das edificações incluindo seus parâmetros externos (recomposição de ornatos e elementos arquitetônicos, pintura de fachadas, recuperação de cobertas, etc.); adequação das fachadas das demais edificações aos padrões do sítio histórico” (TDR/Largo do Theberge ,2001: 22/23).

⁴⁴ “Edificações destacadas são aquelas que pertencem ao grupo monumental do sítio histórico, a maioria delas de uso público. Na área em questão são exemplos dessas edificações: o Sobrado do Canela Preta, a Igreja do Bonfim, a Cadeia, o Teatro da Ribeira e a Casa Paroquial. Afora essas ou assemelhadas, as demais edificações podem receber melhoramentos e reconstituições dos seus parâmetros externos”.(TDR/Largo do Theberge, 2001: 04).

⁴⁵ Em linha gerais, os projetos estão centrados nas seguintes ações: “Recuperação e preservação das edificações, incluindo seus parâmetros externos (recomposição de ornatos e elementos arquitetônicos, pinturas de fachadas, recuperação de cobertas etc.); Adequação das fachadas das demais edificações aos padrões do sítio histórico; Demolição das edificações que se configuram obstáculo visual no Largo, tais como restaurantes ao lado e atrás do Teatro, os quiosques e a Igreja Nova (ver a propósito a sugestão de estudo de solução paisagística que evite a demolição da Igreja); Desapropriação e restauração do Sobrado do Canela Preta, de modo que o mesmo possa ser utilizado pelo Poder Público em atividade que induza o reconhecimento e a valorização do Patrimônio tombado; Restauração do Teatro da Ribeira dos Icós,

caracterização quanto ao “estado de conservação e manutenção”⁴⁶ – como também com relação aos espaços não edificados – como pode-se observar nas premissas para a elaboração do “Projeto Executivo de Urbanização do Largo do Theberge”, a indicar que o mesmo deverá ser concebido integralmente, mas deverá ser apresentado em 03 setores distintos: o setor 1, que concentra as edificações destacadas; o setor 2, área de transição onde predomina o uso do setor esportivo e onde está localizada a Igreja Nova, edificação tida como incompatível para a imagem do espaço – que deverá, conforme explicita o referido TDR, demolida ou escamoteada; e o setor 3, predominantemente residencial, considerado “*área de menor expressão, comparativamente com os outros setores*”(TDR/Largo do Theberge, 2001: 17).⁴⁷ (Mapa 15 - Fig. 62, p.141)

dotando-o de equipamentos cênicos adequados e possibilitando sua melhor utilização; Restauração da Casa da Câmara e Cadeia, implantando em sua estrutura um centro cultural; Restauração da Igreja Nosso Senhor do Bonfim; Restauração e adaptação da Casa Paroquial e do Museu Sacro-Histórico”(TDR/Largo do Theberge, 2001: 25/26).

⁴⁶ Conforme o TDR/ Largo do Theberge, as edificações estão divididas em 03 níveis quanto ao seu estado de conservação e manutenção: “**Íntegras:** aquelas que mantêm o seu perfil original ou resultante da adição sem conflitos de outros elementos no decorrer do tempo (ex: Igreja Matriz e Teatro da Ribeira);**Descaracterizadas:** aquelas que mantendo algumas linhas originais (fachada no limite do lote, cobertura original etc), apresentam alterações significativas no seu desenho (esquadrias rasgadas, revestimentos incompatíveis, tratamentos de fachadas etc), podendo ser recuperadas mediante prospecção e pesquisa histórica (ex: casas do lado esquerdo da Matriz);**Desconformes:** aquelas que resultam de reformas radicais e que já não mantêm qualquer relação com a antiga implantação (casas do outro lado do adro da Matriz, recuadas com 2 pavimentos). Ainda conforme o mesmo documento, “os trabalhos de recuperação devem valorizar as 2 primeiras categorias de edificações”. (TDR/ Largo do Theberge, 2001: 26).

⁴⁷ A hierarquização / setorização do Largo do Theberge já era indicada na justificativa para proposta de tombamento do centro histórico de Icó.

Neste sentido, o espaço tradicional é direcionado a funcionar como tantos outros espaços que estão “*colocados a disposição de todos como (...) produtos culturais, fabricados, embalados e difundidos tendo em vista o seu consumo*” (Choay, 2000: 185).⁴⁸ O espaço protético tende, portanto, a sobrepor o espaço vivido, com grandes possibilidades da **imagem suplantar a realidade**, visto que o direcionamento das propostas tende a privilegiar aquela, em detrimento de questões mais relacionadas com a **singularidade** do lugar.⁴⁹

Todas estas questões analisadas até então, inserem-se como **prognósticos**, pois estão pautadas em propostas e projetos que se apresentam como diretrizes para o reordenamento urbano. Entretanto, fica explícito aqui a necessidade de uma maior reflexão sobre o direcionamento destas intenções, visto que, baseado na idealização de um espaço sugerido pelas diretrizes dos Planos de Reordenamento Urbano, poderemos, dentro de um prazo de 20 anos – estabelecidos para a implementação das intervenções – nos depararmos com uma Icó que aparecerá de fato, em duas instâncias, uma sobreposta à outra: a que revela a sua condição de existência, e a cidade-prótese a atestar a sua condição imagética, de representação cultural.

⁴⁸ Quanto a “integração na vida contemporânea” (Choay, 2000), nada mais esclarecedor que a concepção do projeto de Recuperação Urbana do Largo do Theberge, que “*envolve a elaboração de projeto de restauro arquitetônico, de projeto urbanístico, projeto paisagístico, desenho de equipamentos de lazer e mobiliário urbano, projetos de comunicação visual e complementares*”(TDR/Largo do Theberge ,2001: 08), funcionando estes como elementos valorizadores do espaço tematizado e protético. Nesta mesma condição, indica-se uma outra proposta que visa “*criar um corredor turístico cultural no conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN com a recuperação de fachadas, projetos de luminotécnica, comunicação visual, definindo o percurso*”(PES, 2001:74).

⁴⁹ Podemos perceber tais questões quando propostas direcionadas a áreas com características morfológicas e espaciais diferenciadas – como no caso do Largo do Theberge e as Ruas Ilídio Sampaio e do Meio – apresentam em suas considerações principais, extremas semelhanças, tendo as mesmas, direcionamentos de ações relacionadas basicamente à transformações imagéticas, seja recuperada, seja (re)inventada.

CONCLUSÃO

“O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tâmara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.

Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tâmara é impossível saber. Do lado de fora, a terra estende-se vazia até o horizonte, abre-se o céu onde correm as nuvens. Nas formas que o acaso e o vento dão às nuvens, o homem se propõe a reconhecer figuras: veleiro, mão, elefante ... “

Ítalo Calvino

Morrendo e resistindo,

Resistindo e morrendo.

Gustavo Barroso

O caminho trilhado pela institucionalização da memória através do discurso e da prática preservacionista, gira em torno da **ressemantização dos bens culturais**, estes a cumprirem uma função que, no caso dos bens culturais imóveis – edifícios e centros históricos – passa a ser ditada pelos agentes e valores ordenadores do espaço, a revelarem práticas paradoxais, entre o preservar e o destruir, tanto no âmbito conceitual como na materialidade.

No caso específico da ação preservacionista no Brasil, numa primeira instância (1937 – 1979), foi conferida uma abordagem **homogeneizadora** aos bens **artísticos e históricos**, atrelada à necessidade da construção e/ou consolidação de valores relacionados com a formação de um sentido de coletividade – o estabelecimento do ideal de **nação** e o Estado, orientado por intelectuais modernistas, como legitimador deste processo – e toda a carga de reconhecimento destes bens como veículos propagadores deste ideal, a retratarem um passado rico, heróico e belo, através de seu caráter de excepcionalidade, como objetos artísticos aptos a contemplação.

Num segundo momento (1979 – 1985), as práticas são direcionadas para a afirmação de uma condição de **diversidade** dos bens representativos desta nação, em detrimento da conceituação canônica e elitizadora até então utilizada. As novas abordagens conceituais privilegiam a relativização do culto aos monumentos, ao mesmo tempo em que se atesta a ineficácia da condição eminentemente “artística” dos centros históricos no que tange à busca de soluções para os problemas urbanos ocasionados pela dinâmica das cidades, que se apresentam ao mesmo tempo como obras de arte, espaços de vivência e alvos da lei do mercado.

As mudanças no discurso e nas práticas de preservação, portanto, vão orientar a ressemantização dos espaços a partir dos seguintes valores e agentes: a condição de obra de continua a ser ressaltada, porém ocorrendo a expansão tipológica patrimonial; o bem artístico e histórico passa a ser definido como **bem cultural**; as questões patrimoniais passam a ter um direcionamento mais social, de **cidadania**; a nova função dos espaços tende a orientar as ações numa perspectiva mais **mercadológica**; o Estado continua a utilizar o bem patrimonial como instrumento de legitimação do poder, entretanto, numa atitude “modernizante”, abre canal para a inserção de outros agentes, exteriorizando a questão.

A abordagem que privilegia a diversidade em detrimento da homogeneização abre precedente para a **banalização da prática preservacionista**, a partir do momento em que todas as instâncias passam a reivindicar este direito à condição de bens passíveis de preservação.

Esta questão passa a enfatizar cada vez mais o paradoxo patrimonial: se por um lado, pode-se considerar uma abertura em prol da “democratização” da prática da preservação – através do direito à reivindicação, como também um número mais vasto de bens a serem preservados – por outro, no sentido inverso se afasta deste processo, visto que os agentes e valores de orientação continuam legitimando uma prática capitalista travestida de “democracia participativa”, que não atribuem a estes participantes um lugar no processo de definição das ações. Além do mais, a condição de diversidade por si só se mostra ineficiente a partir do momento em que se desconsideram formas para se alcançar um verdadeiro conhecimento dos bens em questão.

Numa abordagem mais recente, a partir da década de 90, atesta-se a exacerbação destas questões: a diversidade cultural vira um “vale-tudo”, legitimadas pela ação do órgão responsável pelo saber especializado – IPHAN – que orienta conceitualmente, porém revela a necessidade da articulação com outros agentes, para o bom desempenho das funções; por outro lado, a política de planejamento urbano implementada a partir dos anos 80, também orienta a “democratização” das ações, onde a instância do poder municipal é “valorizada”, nas questões relacionadas com a gestão e captação de recursos financeiros, através da prática do **desenvolvimento local e sustentável**, em prol da diminuição das desigualdades sócio-econômicas. Ao mesmo tempo, amparados pelo discurso da “modernização”, abre-se espaço para o fortalecimento de práticas globalizantes nestes locais, dentre as quais observa-se um apelo veemente em prol do desenvolvimento da atividade turística.

As práticas preservacionistas contemporâneas, então vão apontar para **a ressemantização do patrimônio cultural, tendo em vista a “utilização”, por parte das práticas capitalistas, deste patrimônio como produto apto a funcionar como “pólo de atração de capital”**.

Podemos de alguma forma entender que este processo já era verificado a partir do final da década de 60, haja vista a orientação seguida por programas como o PCH, que já ressaltava a necessidade das cidades históricas se adequarem a uma função atrelada a atividade turística. Neste mesmo Programa, foi atestada a necessidade de articulação entre diversos agentes em prol de um melhor desempenho dos ideais preservacionistas. Entretanto, alguns

elementos apresentam características que diferenciam estes momentos, entre os quais me reporto particularmente aos seguintes:

1. A assertiva de que no mundo contemporâneo **tudo virou cultura** e por conseguinte, no caso das cidades históricas, **patrimônio a ser preservado**. Os bens culturais, “popularizados”, dotados de significações culturais, se tornam alvos das novas estratégias ao mesmo tempo políticas e culturais, e por conseguinte, fontes para captação recursos, “valorizados” na lógica capitalista como “mercadorias de luxo”.
2. Relacionada com a questão anterior, a política de “democratização” anunciada pelos agentes responsáveis pela prática do planejamento urbano, irá evidenciar a **singularidade** como elemento de **valorização do lugar**. Este lugar entretanto, deverá cumprir a sua missão como objeto apto à **competitividade**.

Em outras palavras: a prática preservacionista contemporânea, ao valorizar o lugar como **espaço de significação cultural**, o torna apto a responder a sua função no mundo capitalista, como **espaço competitivo**. Esta condição acaba na maioria das vezes por afastar esta prática de sua finalidade de origem, revelando-se como paradoxo e atestando a sua condição como elemento caracterizador da modernidade.

Estas questões foram evidenciadas no decorrer do presente estudo através da análise do caso da prática preservacionista em decurso no núcleo histórico da cidade de Icó, o qual apresento a partir de então minhas conclusões.

O tombamento do núcleo histórico da cidade não só evidencia o valor inestimável do espaço como elemento referencial /simbólico considerado peça importante para a compreensão do processo de povoamento nordestino e particularmente do estado do Ceará, como também amplia esta valoração cultural e o integra aos bens culturais representativos da nação, assim como outros núcleos dispersos pela imensidão do território brasileiro. O impacto desta condição pode ser detectada pelo sentimento de orgulho ostentado tanto pelos técnicos do IPHAN responsáveis pela ação do tombamento, a indicarem a condição de primazia de Icó como um dos **primeiros núcleos sertanejos tombados no país**, como também por boa parte da população icoense.

Entretanto, esta cidade **Patrimônio Nacional** é a mesma que apresenta um quadro marcado por um intenso processo de estagnação, detectado desde o início do século XX – quando o Vale do Jaguaribe perde a condição hegemônica dentro do estado – e que tem como uma das principais conseqüências a depreciação da qualidade ambiental do espaço urbano, evidenciada em boa parte por conta de intervenções impostas pelos poderes públicos e/ou institucionais – União, Estado, Município, Igreja – que não privilegiaram o **lugar** em sua essência.

Paradoxalmente, são estes mesmos agentes que irão direcionar discursos e ações em prol da reversão deste quadro de estagnação e degradação vivido pela cidade, através da tentativa de inserção / integração das propostas relativas à busca de uma qualidade do lugar, às praticas exercidas pelo mundo de acumulação flexível. Disfarçados pelo discurso de uma política que privilegia a “participação local”, amparado no “moderno e democrático” conceito de “desenvolvimento local e sustentável”, o Governo do Estado, através do

Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará – PROURB – procurará na verdade inserir as práticas globalizantes na rede municipal cearense, num âmbito que a primeira vista tende a privilegiar o **local**.

O caráter global de tal empreendimento pode ser detectado através do conceito atual de práticas políticas modernizantes, tais como parcerias com a iniciativa privada e órgãos “externos” financiadores, em prol de uma “melhor eficácia das ações”, bem como através do incentivo à implementação de atividades orientadas pelas premissas do atual estágio do sistema capitalista, entre as quais, o turismo, atualmente “atividade propiciadora da maior geração de emprego e renda no mundo”. A viabilidade de prática desta atividade acaba sendo atestada, amparada em estratégia bastante “convicente”, a qual todas as instâncias do poder público acenam afirmativamente.

Quanto ao âmbito local, a mesma política utilizada para atestar a viabilidade das práticas globais passa a indicar em seu discurso a necessidade de se evidenciar as potencialidades do lugar. No caso de Icó, a valoração simbólico/cultural do espaço atestada pela sua condição de Patrimônio Nacional, ao mesmo tempo que ressalta o seu potencial como **espaço de representatividade cultural**, também o evidencia como **espaço de competitividade**.

A característica competitiva do lugar passa a se sobressair perante a sua representatividade cultural, visto que esta última por si só não se mostra capaz de reverter o quadro de estagnação e, como conseqüência a melhoria da qualidade de vida na cidade. Entretanto, é através de sua condição de objeto de significação de valores simbólico-culturais – a cidade-

documento atestada pelo IPHAN – que serão captados os recursos financeiros necessários à implementação dos projetos de reordenamento urbano. Portanto, esta condição de representatividade cultural deverá ser evidenciada pelas propostas de intervenção na paisagem.

Estas propostas terão como vetores de orientação, de um lado, o IPHAN como instância do saber e o PROURB que absorve este saber, e de outro, a prática do turismo como mola propulsora do desenvolvimento sócio-econômico. Tais vetores, em suas ações, indicam um processo de subordinação do **lugar** em sua instância representativa do **ser**.

No caso do turismo, privilegia-se o **ver**, pois condiciona-se o lugar a uma instância de **espaço idealizado**, o afastando das práticas cotidianas, como foi visto através das análises de propostas ditas prioritárias, tais como a requalificação do Mercado Público e a construção, no terminal rodoviário, de local exclusivo para embarque e desembarque de turistas.

Sob outro aspecto, as ações desenvolvidas pelo IPHAN tendem a privilegiar o **parecer ser**: ao mesmo tempo em que trabalha-se de maneira correta em prol da recuperação do espaço tradicional – o restauro da Igreja Matriz, amparado em bases científicas se torna um exemplo – por outro lado a imagem deste espaço se torna modelo a ser seguido pelas intervenções contemporâneas – tanto no âmbito público como privado – atestando assim o poder de persuasão desta prática, a se basear no diálogo fácil e rápido, porém que obscurece a relação de experiência coerente que se deve estabelecer entre o passado e o presente.

Esta orientação de se trabalhar o lugar como “fato histórico fechado em sua representação” também será utilizada pela ação do planejamento urbano através das propostas estabelecidas pelo PROURB. Os planos de prioridades obedecerão a abordagem conceitual do IPHAN, no sentido de direcionarem as propostas na busca da representação do espaço idealizado – a imagem da “princesa dos Sertões”. Neste sentido, a intervenção na paisagem terá em suas propostas prioritárias – na maioria das vezes, relacionadas à prática do turismo e a valorização da cidade através do patrimônio cultural – uma abordagem superficial, relacionada com a **tematização do espaço**, enfatizando uma hierarquização, tanto ao tratamento dado aos espaços tradicionais, a serem recuperados perante o seu entorno, a ser adequado, como também na relação entre a área tombada e os seus setores adjacentes (Para atestar estas condições, basta relacionarmos a quantidade de projetos prioritários que têm o Patrimônio Cultural como alvo de apreciação, em detrimento de outras ações que considero emergenciais – relativas a projetos de natureza social, por exemplo).

Tomando ainda como parâmetro a relação de articulação entre a área tombada e setores adjacentes, constata-se que a negação da cidade como totalidade, através de sua dinâmica. O **espaço idealizado** acaba sendo “protegido” na demarcação de sua poligonal e na sua condição de **representação cultural**. Porém, o nível de segurança se mostra fragilizado perante a dinâmica do espaço: demonstra-se claramente este aspecto tanto através do diagnóstico que indica a invasão do comércio na área tombada, como pelo prognóstico de transformação da área situada entre o rio Salgado e o Largo do Theberge.

Através da análise do caso de Icó, constatou-se que a institucionalização da memória, que a partir de suas bases conceituais estabelecem suas práticas, se revela como um processo

paradoxal, a partir das seguintes afirmativas: A diversidade cultural, responsável pela inserção da cidade no rol dos espaços preserváveis, desaparece em sua essência, pois as práticas de intervenção na paisagem acabam por afirmar a sua condição de **espaço homogêneo**; por conseguinte a conceituação de espaço como **lugar** não se concretiza, visto que o espaço vivido é subordinado em relação à sua **representação**. Portanto, estuda-se, lê-se, constrói-se e preserva-se não a cidade, mas o que se diz dela.⁵⁰

Ao utilizar, no título desta dissertação, o termo “tombada”, procurei direcionar as questões aqui contidas na busca da revelação da ambigüidade conferida ao mesmo: a condição do Tombamento – proteção sob forma de Lei – não reduz o risco da Princesa dos Sertões se sentir fragilizada, e “tombar” – perder as referências, não sentir o “pé-no-chão” – visto que as ações tendem a gerar uma confusão e não diferenciação entre o **real** e a sua **imagem**. As considerações feitas durante a dissertação revelam a pertinência de tal afirmação.

Assim como a Tamara “visitada” por Calvino, dentro de pouco tempo Icó poderá ser reconhecida não pela sua essência, mas como ela se apresenta e pelo que ela simboliza. Enquanto isto, a cidade continua sua saga de resistência e morte ressaltada pelo poeta.

⁵⁰ Otlia Arantes, num artigo intitulado “Cultura da Cidade: animação sem frase” (*in* RSPHAN, no. 24, 1996) nos alerta para o fato de que “a cidade também passou a ser o que se diz dela”. Tomando como base esta colocação, indico que também os estudos e as práticas transformadoras do espaço acabam por estabelecerem suas relações com a “representação” das mesmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**PUBLICAÇÕES / TEXTOS:**

- ABREU, João Capistrano. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Sobre a Memória das Cidades in Anais do V Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. Campinas: PUCCamp, 1998. [CD-Rom]
- A LÂMPADA DA MEMÓRIA: John Ruskin. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1996. (PRETEXTOS, Série b, Memórias, 2).
- ANDRADE, Manuel Correia. *O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste*. 2ª.Edição. Recife: SUDENE, Coordenadoria de Planejamento Regional, 1979.
- ANDRADE, Mário de. *Cartas de Trabalho*. Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1981.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, Brasília: INL, 1976.
- ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o Passado: estratégias de preservação do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARANTES, Otília. *Cultura da Cidade: animação sem frase*, in *Revista do SPHAN*, no.24, Brasília,1996.
- ARANTES, Otília. *O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos*. São Paulo: EDUSP, 1995
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 4ª.Edição, 1998.

- AZEVEDO, Roberto Marinho de. *Será o novo Pelourinho um Engano?*, in *Revista do SPHAN no.23*. Brasília, 1994.
- BAPTISTA, Maurício Nogueira. *O Planejamento Urbano como Instrumento de Preservação*. Revista do SPHAN, nº 19. Brasília, 1984.
- BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Fortaleza: Editora Universitária, 1965.
- BENJAMIN, Andrew; OSBORNE, Peter (orgs.). *A Filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas, volume I*. São Paulo: Brasiliense, 3ª. Edição, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Sociologia*, Ed. Ática, São Paulo, 1991. organizadores: Flávio Kothe e Florestan Fernandes.
- BITTENCOURT, Luiz Cláudio. *O Desenho do Colonizador* in PADILHA, Nino (org.). *Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador: Mestrado da FAUFBA, 1998.
- BOSI, Vera. *Participação e Pesquisa na Preservação do Patrimônio Cultural*. Revista do SPHAN, nº 22. Brasília, 1987.
- BRAGA, Renato. *Henrique Theberge*, in *Revista da Academia Cearense de Letras, nº 60*, ano 1956.
- CALVINO, Ítalo. *Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no / do Mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CARTA DE VENEZA. *Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios*. Revista do SPHAN, nº 22. Brasília, 1987.

- CARTA DE REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA. *Carta de Lisboa*, in *Anais do I Encontro Brasileiro de Reabilitação Urbana, Centros Históricos*. Lisboa, 1995.
- CASTRO, José Liberal. *Pequena Informação Relativa à Arquitetura no Ceará*. Fortaleza: EDUFC, 1977.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Portugal: Edições 70, 2000.
- CHOAY, Françoise. *Destinos da Cidade Européia: Séculos XIX e XX*. in: *RUA: revista de arquitetura e urbanismo*. Salvador: MAU-FAUFBA, v.1, n.6, 1996
- CONNOR, Steven. *Cultura Pós-moderna: Introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Editora Loyola, 1992.
- COSTA, Lúcio. *Documentos de Trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
- COUTO, Pe. *História do Icó*. Crato: Tipografia e Ação, 1960.
- DUARTE Jr., Romeu. *Ceará no Século XVIII: Icó, Aracati e Sobral*, in *Revista OCEANOS*, Portugal, 1999.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-modernismo*. São Paulo: Estúdio Nobel, 1995.
- FEATHERSTONE, Mike. *Culturas Globais e Culturas Locais*, in FORTUNA, Carlos (org.). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Portugal: Celta Editora, 1997.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de F. (orgs.). *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/FAUFBA, 1992.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ; IPHAN, 1997.

- FORTUNA, Carlos. *Destradicionalização e Imagem da Cidade*, in FORTUNA, Carlos (org.). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Portugal: Celta Editora, 1997.
- GALLO, Haroldo. *Contribuição para a Compreensão da Preservação Pontual do Bem Cultural e sua Área Envoltória no Brasil* in *Anais do V Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. Campinas: PUCCamp, 1998. [CD-Rom]
- GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*, Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1947
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*, Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.
- GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1986.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Ed. Loyola, 5ª. Edição, 1992.
- HARVEY, David. *Espaços Urbanos na “Aldeia Global”*: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX, in *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo n° 1, agosto 1994*. Belo Horizonte: PUC-MG.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IMOPEC. *Propostas Alternativas: Vale do Jaguaribe, natureza e diversidade cultural, volumes 1 e 2*. Fortaleza, 1999/2000.
- IPHAN. *Cartas Patrimoniais* in *Cadernos de Documentos n°3*. Brasília, 1995.

- JAMESON, Frédéric. *A Cultura do Dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- JAMESON, Frédéric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2000.
- KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: O Marxismo da Melancolia*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflitos de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- MAGALHÃES, Aluísio. *E Triunfo?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.
- MAGNAVITA, Pasqualino Romano. *A Desmemória: uma tendência no universo telemático* in *Anais do V Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. Campinas: PUCCamp, 1998. [CD-Rom]
- MATTOS, Olgária. *Os Arcanos do Inteiramente Outro: A Escola de Frankfurt, a melancolia, a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MEC/SPHAN/FNPM *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980.
- MICELI, Sérgio. *Refrigério da Cultura Oficial*. Revista do SPHAN, nº 22. Brasília, 1987.
- MILET, Vera. *A Teimosia das Pedras: um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano*. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

- MONNET, Jérôme. *O Álíbi do Patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado*, in *Revista do SPHAN*, no.24, Brasília,1996.
- MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. Revista do SPHAN, nº 22. Brasília, 1987.
- NASCIMENTO, José Clewton. *Icó – de Vila Pastoril à Princesa dos Sertões: uma história de rupturas e permanências*, in *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Natal, 2000 [CD-Rom].
- NETO, Clóvis Ramiro Jucá. *As Vilas do Ceará Colonial ligadas à Pecuária*, in *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Natal, 2000 [CD-Rom].
- NEVES, Guilherme Pereira. *Da História como Memória da Nação à História enquanto Crítica da Memória Nacional*. Revista do SPHAN, nº 22. Brasília, 1987.
- PAIVA, Olga Gomes de (coord.). *Icó – Patrimônio de Todos: roteiro para a preservação do patrimônio cultural*. Fortaleza: IPHAN, 1998.
- PEDRÃO, Fernando. *Raízes do Capitalismo Contemporâneo*. Coleção Obras Didáticas. Série Economia & Planejamento, nº 31. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.
- PEREIRA, Paulo César Xavier. *Construindo o Patrimônio e a Memória na Cidade Contemporânea* in *Anais do V Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. Campinas: PUCCamp, 1998. [CD-Rom]
- PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PMIcó. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001. [CD – Rom]. Este documento contém os Plano de Estruturação Urbana (PEU), o Plano Estratégico (PES), e o Termo de Referência do Largo do Theberge (TDR/Largo do Theberge).

- PRADO Jr.,Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. *Avançando no Tempo: Plano de Governo. Gestão 2001/2004*.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/ SECULT/DPH. *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, 1992.
- RESTAURO: Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1996. (PRETEXTOS, Série b, Memórias, 1).
- RIEGL, Alois. *El Culto Moderno a los Monumentos: caracteres y origen*. Madrid: Visor, 1987.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 3ª.Edição, 1997.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica (orgs.). *Fim de Século e Globalização: o novo mapa do mundo*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.
- SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Paulo F. *Formação das Cidades no Brasil Colonial*. Coimbra, 1968.

- SILVA TELLES, Augusto Carlos. *Planos Regionais e Definição de Prioridades para o Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste*, in *I Seminário de Estudos sobre o Nordeste*. Salvador, 26 a 29 de novembro de 1974.
- SILVA TELLES, Augusto Carlos. *A Preservação e a Valorização no Sentido Cultural e Turístico do Núcleo Urbano de Icó – Ce.*, in *I Seminário de Estudos sobre o Nordeste*. Salvador, 26 a 29 de novembro de 1974.
- SILVA TELLES, Augusto Carlos. *Centros Históricos: notas sobre a política brasileira de preservação*. Revista do SPHAN, nº 19. Brasília, 1984.
- SOUSA, Simone (org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1989.
- SOUZA, Célia Ferraz. *Reabilitação dos Centros Urbanos: decadência e realidade, uma relação inversa*, in *Anais do V Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. Campinas: PUCCamp, 1998. [CD-Rom]
- THEBÉRGE, Pedro. *Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social do Estado do Ceara, 1973.
- IAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo, HUCITEC, 1999.
- ZANCHETI, S.; LACERDA, N. *A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: avaliação do caso do bairro do Recife* in *Revista Econômica do Nordeste*, volume 30, nº 01. Fortaleza: Escritório técnico de estudos econômicos do Nordeste/BNB, janeiro/março de 1999.
- ZANCHETI, S., MARINHO, G., MILET, V.(orgs.). *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*. Recife: MDU/UFPE, 1995.

TRABALHOS ACADÊMICOS:

FERRARE, Josemary. *A Preservação do Patrimônio Histórico: um RE-pensar, a partir da experiência de Marechal Deodoro*. Dissertação (Mestrado), FAUFBA: 1996.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. *O Cenário da Vida Urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX/XX*. Dissertação (Mestrado), FAUFBA: 1997.

NASCIMENTO, José Clewton. *Desenvolvimento Urbano, Política Cultural e Preservação do Patrimônio Histórico/Arquitetônico: uma proposta para a cidade de Icó*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1993 (monografia de conclusão de graduação).

SANT'ANNA, Márcia. *Da Cidade Monumento à Cidade Documento: trajetória de normas de preservação nas cidades do Brasil (1937-1990)*. Dissertação (Mestrado), FAUFBA: 1995.

OFÍCIOS / PARECERES:

IPHAN _Dossiê IPHAN, apresentado a Secretatia de Turismo do Estado do Ceará, 2000.

_ Estratégias de Planejamento e Instrumentos para Gestão de Sítios Urbanos Tombados.

_ Icó – Estudo para Tombamento Federal, volume I

_ Icó – Patrimônio de Todos: Roteiro para a Preservação do Patrimônio Cultural, Fortaleza, 1999.

_ Levantamento de Informações sobre os Sítios Tombados, 1999.

- _ MEMORANDO 630/96, de 04 de outubro de 1996, endereçado a Chefe de Divisão de Proteção Legal, Arq. Cláudia M. Girão Barroso.
- _ Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº 065/97, de 24 de outubro de 1997.
- _ Parecer DEPROT Nº 059/97, datado de 17 de outubro de 1997.
- _ Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº 065/97, de 24 de outubro de 1997
- _ Parecer PROJUR/IPHAN/RJ Nº 53, de 04 de novembro de 1997.
- _ Parecer do Conselho Consultivo do IPHAN, de 25 de novembro de 1997.

ARTIGOS DE JORNAIS:

- DIÁRIO DO NORDESTE. *Ameaçado o Patrimônio Histórico do Estado*. 15 de maio de 1985
- DIÁRIO DO NORDESTE. *Cidades Históricas, o Fim de uma Era: sem preservação, Icó perde a identidade*. 1º. de outubro de 1987.
- DIÁRIO DO NORDESTE. *Cidades Históricas, o Fim de uma Era: o passado não pode ficar comprometido*. 02 de outubro de 1987.
- DIÁRIO DO NORDESTE. *Cadeia de Icó, um Patrimônio que Vira Ruínas*. 14 de fevereiro de 1988.
- O POVO. *Icó: o que restou do ciclo do couro*. 20 de maio de 1973.
- O POVO. *Inspiração Barroco-Sertaneja*. 14 de abril de 2000.
- O POVO. *Preservação e Desenvolvimento*. 09 de fevereiro de 2000.
- O POVO. *Icó define projetos para receber verbas do Ministério da Cultura*. 13 de novembro de 2000.
- TRIBUNA DO CEARÁ. *Patrimônio histórico de Icó está sendo desfigurado*. 07 de maio de 1990.

TRIBUNA DO CEARÁ. *Atrações turísticas de Icó estão sendo criminosamente destruídas.*

23 de maio de 1990.

A GAZETA. *O que está acontecendo com o Icó?* no. 07 – novembro / dezembro de 1991.

FOLHA DO SALGADO. *Icó recebe selo turístico; PDDU inicia trabalho em Icó.* no. 06 –
dezembro de 1998.

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural.

DEPROT – Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo.

FPNM – Fundação Nacional Pró-Memória.

IMOPEC – Instituto da Memória do Povo Cearense.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PCH – Programa de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste.

PDDU/ICÓ/CE – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó, CE.

PES – Plano Estratégico (componente do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano).

PEU – Plano de Estruturação Urbana. (componente do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano).

PROURB – Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará.

RSPHAN – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SDE/CE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará.

SECULT/CE – Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Governo Federal do Brasil.

SETUR/CE – Secretaria de Turismo do Estado do Ceará.

SUDEC – Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SR – Superintendência Regional do IPHAN.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

TDR – Termo de Referência. (componente do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano).

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, ou Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

MAPAS

01 – Bacia hidrográfica do Rio Acaraú. Fonte: LIMA, Padre João Mendes. *Sobral na História do Ceará e Personalidade do Padre Ibiapina*, 1976.

02 – Bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe. Fonte: SUDENE. *Estudo Geral da Base Sócio-econômica do Jaguaribe*, 1967.

03 – Principais estradas do Ceará colonial. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica apresentada em IMOPEC. *Propostas Alternativas: Vale do Jaguaribe, natureza e diversidade cultural – I*, Fortaleza, 1999.

04 – Icó. Dinâmica Urbana, meados do século XIX. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica apresentada em PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001.

05 – Icó. Dinâmica Urbana, final do século XIX. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica apresentada em PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001.

06 – Ramais Ferroviários, Estado do Ceará. Fonte: confeccionado a partir de citações indicadas em GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1947, e FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturite: 1870 – 1930*. Fortaleza: NUDOC, 1989

07 – Icó. Dinâmica Urbana, meados do século XX. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica apresentada em PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001.

08 – Trecho do Perímetro Irrigado Icó – Lima Campos. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica cedida pelo DNOCS.

09 – Icó. Dinâmica Urbana, anos 1980 / 1990. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica apresentada em PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001.

10 – Icó, Uso e Ocupação do Solo, década de 1990. Fonte: NASCIMENTO, José Clewton do. *Desenvolvimento Urbano, Política Cultural e Preservação do Patrimônio Histórico / Arquitetônico: uma proposta para a cidade de Icó*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1993 (Monografia de conclusão de graduação).

11 – Localização das cidades representativas do ciclo da pecuária, tombadas pelo IPHAN / 4ª. SR. Fonte: revista OCEANOS, Portugal: 2000.

- 12** – Imóveis relacionados no Relatório de Rescala, 1941. Fonte: IPHAN / 4^a. SR.
- 13** – Poligonal de tombamento. . Fonte: IPHAN / 4^a. SR.
- 14** – Zoneamento da cidade de Icó. PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001.
- 15** – “Centro Histórico “ de Icó. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica apresentada em PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001.

LISTA DE FIGURAS

- 01** – Ouro Preto. Sítio histórico tombado pelo seu caráter de excepcionalidade. Fonte: Revista do SPHAN, no. 22, 1987.
- 02 (a,b)** – O ideário modernista e a busca da identidade nacional. Ouro Preto e o prédio do Liceu de Artes e Ofícios. Fonte: Revista do SPHAN, no. 22, 1987.
- 03** – Olinda / PE – Prática preservacionista que vai do caráter excepcional ... Fonte: Revista do SPHAN, no. 19, 1984.
- 04** - ... à presença da dita arquitetura modesta, passando pela participação popular nas decisões. Fonte: Revista do SPHAN, no. 19, 1984.
- 05** – Pelourinho, Salvador – Novas cores e nova função, vinculados à mercantilização do espaço. Fonte: cartão postal Brasil turístico –106- Salvador/BA, “terra da felicidade”. Fotografia de Aristides Alves, cedida pela BAHIATURSA.

06 – Casa de Câmara e Cadeia de Icó, pavimento térreo. Edifício iniciado em 1741, porém só concluído por volta de 1821. Fonte: levantamento realizado por alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará.

07 – Disposição típica de uma residência em Icó. Área nobre com acesso por via principal; serviços com acesso pela Rua do Meio. Fonte: levantamento realizado por alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará.

08 – Hierarquização das vias. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica apresentada em *PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó, 2001.*

09 e 10 – Monumentalidade dos edifícios e espaços públicos ... Fonte: desenhos de Clewton Nascimento.

11 e 12 – ... em contraste interessante com a uniformidade do casario “chato e pesadão”. Fonte: desenhos de Clewton Nascimento.

13 – Igreja do Monte. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.

14 – Igreja do Rosário. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.

15 – Trecho da Rua Ilídio Sampaio (antiga Rua Grande). Uniformização do espaço a partir das recomendações do Código de Obras e Posturas de 1850. Fonte: desenhos de Clewton Nascimento.

16 – Teatro da Ribeira dos Icó. Fachada neoclássica. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.

17 – Teatro da Ribeira dos Icó. Interior “sertanejo”. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.

18 e 19 – Residência em Icó. Exterior modernizado, interior tradicional. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.

20 e 21 – A feição das casas populares da Rua do Meio. Fonte: desenhos de Clewton Nascimento.

- 22 e 23** – Mercado Público. Exterior e interior. Fonte: desenhos de Clewton Nascimento.
- 24** – Solar dos Anteros. Fonte: desenhos de Clewton Nascimento.
- 25** – Sítio São José. Fonte: desenhos de Clewton Nascimento.
- 26** – Lotes relativos à expansão sudoeste. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica apresentada em PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001.
- 27** – Lotes relativos à expansão nordeste. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica apresentada em PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001.
- 28 e 29** – Área comercial, 1940. Fonte: arquivo Almério Silva.
- 30** – Igreja Matriz, década de 40. Presença do patamar. Fonte: arquivo Almério Silva.
- 31** – Igreja Matriz, década de 70, já sem o patamar. Fonte: arquivo Fernando Pequeno.
- 32** – A construção da Igreja Nova interferindo na leitura do espaço. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 33 e 34** – Espaços resultantes da irregularidade das ruas. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 35 e 36** – Os grandes passeios. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 37** – Beco do Urso, década de 70. Fonte: arquivo Fernando Pequeno.
- 38** – Beco do Urso, década de 90. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 39** – Praça Marcial Teixeira Pequeno, década de 90. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 40** – Espaço público no bairro Cidade Nova. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 41** – Habitações no bairro Cidade Nova. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 42** – São José dos Portos dos Barcos, Aracati. Fonte: revista OCEANOS, Portugal: 2000.
- 43** – Ribeira dos Icó, Icó. Fonte: revista OCEANOS, Portugal: 2000.

- 44** – Ribeira do Acaraú, Sobral. Fonte: revista OCEANOS, Portugal: 2000.
- 45** – Um dos trechos da Rua Ilídio Sampaio. Desenhos produzidos na década de 80. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.
- 46** – Igreja Matriz, 1993. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 47** – Fachada da Igreja Matriz, restaurada em 2000. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 48** – Porta principal, em 2000. A parede caiada de branco e a cantaria. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 49** – Detalhe do trabalho em cantaria, em 2000. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 50** – Interior, em 2000. Alteres de madeira e estrutura da coberta deixada à mostra. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 51** – Nichos contemporâneos, porém integrados à antiga arquitetura. Foto de 2000. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 52** – Piso. Lajota similar a encontrada na prospecção. Foto de 2000. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 53 a** – Sobrado na Rua Ilídio Sampaio – década de 80. Fonte: arquivo Fernando Pequeno.
- 53 b** – O sobrado em ruínas – década de 90. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 53 c** – Reconstituição da fachada do sobrado – construção da Câmara dos Vereadores de Icó, em 2000. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.
- 54 a** – Projeto da Câmara dos Vereadores de Icó – Fachada. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.
- 54 b** – Projeto da Câmara dos Vereadores de Icó – Corte longitudinal. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.
- 55 a** – Imóvel, Ilídio Sampaio, 1944. Situação existente. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.
- 55 b** – Imóvel, Ilídio Sampaio, 1944. Proposta do IPHAN para o térreo. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.

55 c – Imóvel, Ilídio Sampaio, 1944. Proposta do IPHAN para o superior. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.

56 – Imóvel, Ilídio Sampaio, 1944. Corte. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.

57 – Imóvel, Ilídio Sampaio, 1944. Fachada. Fonte: arquivo IPHAN 4^a. SR.

58 – Rua 7 de Setembro, em 1993. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.

59a – Rua 7 de Setembro, em 2001. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.

59b – Detalhe do edifício à rua 7 de setembro – consequência da imposição do risco. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.

60 – (Des)integração entre áreas: zona comercial. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica apresentada em PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001.

61 (a,b,c,d) – Invasão comercial na área histórica, em 2001. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.

62 (a,b) – (Des)integração entre áreas: Rio Salgado e Largo do Theberge. Fonte: confeccionado sobre base cartográfica apresentada em PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001.

ANEXOS

ANEXO 01 – Código de Obras e Posturas de Icó, 1850 – compilado das Resoluções

Provinciais do Ceará, ano 1850.

“Art. 1 – Fica considerado terreno próprio para edificação e construção urbana, o que decorrer da capella de N. Sra. da Conceição do Monte da margem direita do Salgado até o de N. Sra. do Rosário, e da beira do Rio para o nascente até o lugar denominado Forca.

Art. 4 – A Câmara nomeará um ou mais arruadores conforme entender preciso, aos quaes compete:

Parágrafo 1º - Demarcar, alinhar as ruas e praças que de novo se abrirem, e alinhar todos os edifícios que se construírem nas ruas já existentes, observando o alinhamento e mais regularidades e preceitos adiante estabelecidos.

Parágrafo 2º - Alinhar e perfilar todos os edifícios, casas e muros, e regular sus frentes.

Parágrafo 3º - O corduador perceberá por cada palmo que alinhar quarenta réis, e por alinhar e perfilar as frentes dos edifícios com todas as dimensões necessárias, seiscentos réis, pagos pelo dono da obra.

Parágrafo 4º - O arruador que contravier será multado na quantia de oito mil réis e procederá ao novo alinhamento, perfilamento, etc., sem perceber emolumento nenhum; na mesma multa incorrerá quando não observar em tudo as regularidades estabelecidas.

Art.7 – As ruas que se abrirem de novo terão pelo menos oitenta palmos de largura, as de travessa sessenta; os becos não terão menos de quarenta palmos; todo aquelle que edificar alterando a largura que se houver designado, sofrerá a multa de oito mil réis, e fazer observar a largura dada a sua custa, e na metade incorrerão os mestre.

Art. 8 – Todas as ruas serão divididas por travessas, ou becos em quarteirões, cada um dos quaes não conterà menos de vinte casas com 600 palmos de frente nem mais de 700, com 400 ao menos de fundo, inclusive o quintal, nem mais de 500. Os contraventores sofrerão a multa de seis mil réis.

Art. 9 – Os prédios que se edificarem, nunca terão menos de vinte palmos de frente e d’ahi para cima na rasão de cúpula 20, 30, 40 e 60, devendo ser cada dez palmos para uma porta, ou janella, de maneira que uma casa de trinta palmos tenha 3 portas, de 40 quatro, e d’ahi para cima na mesma proporção. Os proprietários infractores sofrerão a multa de dez mil réis, e demolição a sua custa a obra começada.

Art. 10 – Os prédios dos ângulos das ruas travessas, ou becos serão de tacaniça, e terão duas frentes, seguindo sempre os preceitos semétricos estabelecidos. Os proprietários que edificarem de outra forma, sofrerão a multa do artigo antecedente.

Art. 11 – Os prédios que se houverem de edificar, guardarão as dimensões seguintes: as casas térreas terão de altura vinte palmos; as portas externas d’ altura dose e meio; de largura cinco. Os sobrados, de altura 38 palmos, seguindo as mesmas dimensões quanto às portas externas dos baixos, e no primeiro andar 12, e a mesma largura, e as soleiras dos andares térreos terão o mesmo nivelamento. Os contraventores sofrerão multa de 15\$rs, e demolição da obra começada.

Art. 12 – Todas as casas que se edificarem, ou reedificarem, terão cornijas. Os infractores serão multados em oito mil réis, e ser feita cornija a sua custa.

Art. 15 – Ninguém poderá ter em seos prédios rótulas de abrir pra fora, sob pena de pagar dous mil réis e de serem mudadas a sua custa.”

ANEXO 3 - QUADRO X

Projetos Estratégicos Prioritários e os Setores Estratégicos e Estratégias Associadas

(continua)

PROJETO	SETOR E ATIVIDADE ESTRATÉGICA	ESTRATÉGIA (Nº.)
I ÁREAS E ATIVIDADES VETORES DE DESENVOLVIMENTO		
1.1 .. Projeto de Abrangência Regional (VR)		
Projeto VR-1: Escola de Agronomia no Baixo-Médio Vale do Jaguaribe.	Desenvolvimento Social.	1, 2 e 6
Projeto VR-2: Escola de Medicina Veterinária Baixo-Médio Vale do Jaguaribe.	Desenvolvimento Social.	1, 2 e 6
Projeto VR-3: Central de Sanidade Animal e Vegetal no Baixo-Médio Vale do Jaguaribe	Setores Primário, Secundário e Meio Ambiente.	1, 2 e 5
Projeto VR-4: Central de Abastecimento de Produtos Agropecuários no Baixo-Médio Vale do Jaguaribe	Sector Terciário.	1, 2 e 5
PROJETO	SETOR E ATIVIDADE ESTRATÉGICA	ESTRATÉGIA (Nº.)
I ÁREAS E ATIVIDADES VETORES DE DESENVOLVIMENTO		
1.2. Projeto de Abrangência Local (VL)		
Projeto VL-1: Escola Profissionalizante Agrícola e de Tecnologia de Alimentos de Nível Médio	Desenvolvimento Social.	6
Projeto VL-2: Reforço/Reestruturação das Ações de Capacitação de Recursos Humanos e Geração de Emprego e Renda.	Desenvolvimento Social, Setores Secundário e Terciário.	6
Projeto VL-3: Qualificação dos Professores do Ensino Fundamental.	Desenvolvimento Social.	6
Projeto VL-4: Reestruturação Curricular dos Ensinos Fundamental e Médio.	Desenvolvimento Social.	1, 2 e 6
Projeto VL-5: Zoneamento Agro-econômico e Ambiental	Sector Primário, Secundário e Médio.	1, 2 e 3
Projeto VL-6: Distrito Industrial	Sector Secundário.	2, 3 e 5
Projeto VL-7: Turismo Cultural e Rural.	Sector Secundário e Serviços.	2
Projeto VL-8: Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Tombado pelo IPHAN e demais Patrimônios de Relevância.	Desenvolvimento Social, Setores Secundário e Terciário.	6

QUADRO X

Projetos Estratégicos Primários e os Setores Estratégicos e Estratégicas Associadas

(continua)

PROJETO	SETOR E ATIVIDADE ESTRATÉGICA	ESTRATÉGIA (Nº.)
I ÁREAS E ATIVIDADES VETORES DE DESENVOLVIMENTO		
1.2. Projeto de Abrangência Local (VL)		
Projeto VL-9: Restauração e Conservação do Largo do Theberg.	Desenvolvimento Social, Setores Secundário e Terciário.	6
Projeto VL-10: Restauração e Conservação do Largo do Rosário/Largo do Monte.	Desenvolvimento Social, Setores Secundário e Terciário.	6
Projeto VL-11: Restauração e Conservação das Edificações da Rua Ilídio Sampaio e Rua do Meio (Trecho Tombado pelo IPHAN)	Desenvolvimento Social, Setores Secundário e Terciário.	6
Projeto VL-12: Restauração e Conservação do Mercado Público.	Desenvolvimento Social, Setores Secundário e Terciário.	6
Projeto VL-13: Fomento à Mecanização Municipal.	Setores Primário e Secundário.	1
Projeto VL-14: Recuperação da Infra-estrutura de Irrigação e Drenagem do Projeto Icó-Lima Campos.	Setores Primário e Secundário.	1 e 2
Projeto VL-15: Parque Municipal.	Infra-estrutura Urbana e Meio Ambiente.	3 e 5
Projeto VL-16: Pólo de Lazer do Açude Lima Campos.	Infra-estrutura Urbana e Meio Ambiente.	3 e 5
Projeto VL-17: Mirante de Antenas no Entroncamento da Rodovia do Cruzeiro com a BR-116.	Desenvolvimento Urbano.	3 e 5
Projeto VL-18: Centro Cultural da Casa de Câmara e Cadeia.	Infra-estrutura Urbana e Meio Ambiente.	3 e 5
PROJETO	SETOR E ATIVIDADE ESTRATÉGICA	ESTRATÉGIA (Nº)
II – ÁREAS E ATIVIDADES DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO		
II.1. Projeto de Abrangência Regional (SR)		
—	—	—

QUADRO X

Projetos Estratégicos Primários e os Setores Estratégicos e Estratégicas Associadas

(conclusão)

PROJETO	SETOR E ATIVIDADE ESTRATÉGICA	ESTRATÉGIA (Nº)
II – ÁREAS E ATIVIDADES DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO		
II.2. Projeto de Abrangência Local (SL)		
Projeto SL-1: Ampliação do Sistema de Abastecimento D'água na Cidade de Icó.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5
Projeto SL-2: Ampliação e Modernização do Sistema de Abastecimento D'água da Sede do Distrito de São Vicente.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5
Projeto SL-3: Ampliação e Modernização do Sistema de Abastecimento D'água da Sede do Distrito de Pedrinhas.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5
Projeto SL-4: Ampliação e Modernização do Sistema de Abastecimento D'água da Sede do Distrito de Icozinho.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5
Projeto SL-5: Ampliação e Modernização do Sistema de Abastecimento D'água da Sede do Distrito de Cruzeirinho.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5
Projeto SL-6: Sistema de Drenagem na Cidade de Icó.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5
Projeto SL-7: Sistema de Esgotos Domésticos na Cidade de Icó.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5
Projeto SL-8: Plano Setorial do Aterro Sanitário.	Infra-estrutura Urbana e Meio Ambiente.	3 e 5
Projeto SL-9: Requalificação e ampliação do Terminal rodoviário.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5
Projeto SL-10: Obras de Engenharia de Tráfego do Entroncamento BR-116/Variante em Belmont.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5
Projeto SL-11: Requalificação dos Espaços Públicos e dos Núcleos Urbanos.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5
Projeto SL-12: Reordenação dos Bairros Periféricos.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5
Projeto SL-13: Urbanização da Área ao Longo do Rio Salgado.	Infra-estrutura Urbana.	3 e 5



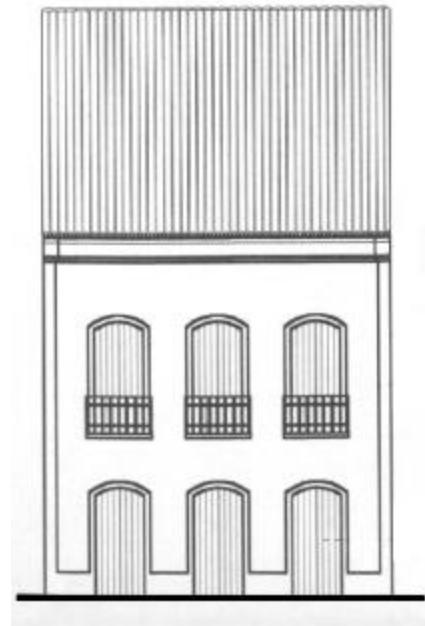
Sobrado na rua Ilídio Sampaio (década de 80)



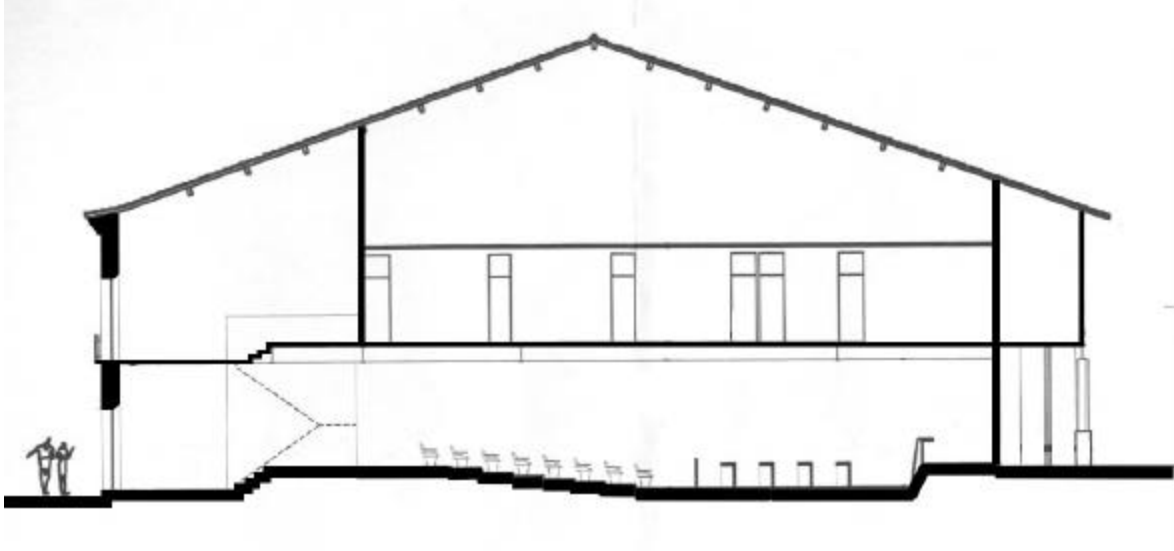
O mesmo sobrado em ruínas (década de 90)



Reconstrução do sobrado através do projeto da Câmara dos Vereadores de Icó (outubro 2000)



Projeto Câmara dos vereadores de Icó – Fachada



Projeto Câmara dos vereadores de Icó – Corte longitudinal